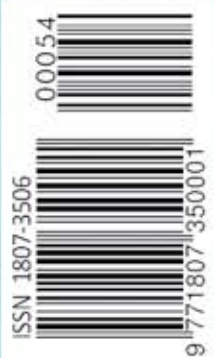


# Revista AduSP

Associação dos Docentes da USP  
Seção Sindical da Andes-SN - Maio de 2013 - Nº54

## Conflito de interesses na Saúde

*Guido Cerri,  
secretário estadual,  
gere contratos entre  
organizações privadas  
que ele integra e  
o governo de SP*



**Soraya  
e os desafios  
da Unifesp**

## UNIVERSIDADE

6

ENTREVISTA: Soraya Smaili  
“Um tremendo desafio”

## SUS AMEAÇADO

19

**Empresário do setor, secretário da Saúde “dá as cartas” em duas OSS**  
Débora Prado e Tatiana Merlino

27

**Imune às denúncias, FFM expande seu poder na saúde pública de SP**  
Débora Prado e Tatiana Merlino

## USP & DITADURA MILITAR

38

**Ameaças e agressão do CCC a Rocha Barros causaram a sua morte**  
Luiza Sansão

45

**Comissão da Verdade investiga navio-prisão “Raul Soares”**  
Maurici de Oliveira

## SIMPÓSIO DA FFLCH

60

**PT migra para a ordem, mas reduz desigualdade e deixa PSDB sem discurso**  
Nelson Lin

67

**Dilemas das esquerdas na América Latina, em contexto de crise**  
Hugo Fanton

74

**Forte, ativismo digital incomoda mídia, mas sofre ameaças e riscos**  
Bia Barbosa

80

**Devemos mesmo “transformar ciência em negócios”?**  
Dafne Henriques Spolti

92

**Transição conservadora, direitos humanos e luta por verdade e justiça**  
Bia Barbosa

## MEMÓRIA

98

**Terceirizando a punição?**  
Barbara Lopes

#### DIRETORIA

Heloísa Daruiz Borsari, César Augusto Minto, Elisabetta Antonietta R. M. C. Santoro,  
Carla Roberta Carvalho, Helder Garmes, Jessé de Oliveira, Marcelo Ventura Freire,  
Demóstenes Ferreira da Silva Filho, Sérgio Souto, Fabiana Cristina Severi

#### Comissão Editorial

Jessé D'Assunção Rebello de Souza Júnior, José Marcelino de Rezende Pinto,  
José Maria Pacheco, Luiz Menna-Barreto, Marcos Barbosa de Oliveira,  
Osvaldo Coggiola, Pedro Paulo Chieffi, Primavera Borelli, Sumaya Mattar

**Editor:** Pedro Estevam da Rocha Pomar

**Assistente de redação:** Mariana Queen Nwabasili

**Fotografias da capa:** Cecília Bastos (principal) e Letícia Verdi

**Editor de Arte:** Luís Ricardo Câmara

**Assistente de produção:** Rogério Yamamoto

**Secretaria:** Alexandra Moretti e Aparecida de Fátima dos R. Paiva

**Distribuição:** Marcelo Chaves e Walter dos Anjos

Tiragem: 6.000 exemplares

Gráfica: Formacerta

Adusp - S. Sind.

Sede provisória:

Rua Dr. Ernâni da Gama Correia, 498

CEP 05539-040 - Butantã - São Paulo - SP

Internet: <http://www.adusp.org.br> • E-mail: [imprensa@adusp.org.br](mailto:imprensa@adusp.org.br)

Telefone: (011) 3724-8900

A Revista **Adusp** é uma publicação quadrimestral da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo, destinada aos associados. Os artigos assinados não refletem, necessariamente, o pensamento da Diretoria da entidade.

Contribuições inéditas poderão ser aceitas, após avaliação pela Comissão Editorial.

# OS NEGÓCIOS DO DOUTOR GUIDO

Poucas organizações privadas acumularam tanto poder político quanto as fundações privadas, ditas de apoio, que atuam no setor da saúde. Duas delas, a Fundação Faculdade de Medicina (FFM) e a Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM), tendo se credenciado como “organizações sociais”, respondem atualmente, ao lado da Santa Casa de Misericórdia, pela maior parte dos contratos de gestão que privatizam a saúde pública em São Paulo (Estado e Capital).

Eis que, com diversos contratos em andamento com o governo estadual, a FFM tem a felicidade de ver seu presidente guindado ao posto de... secretário estadual da Saúde! Precisamente o titular da pasta encarregada de gerir tais contratos. O presidente, então, licencia-se do cargo. É o que consta do site da fundação privada: “presidente licenciado”, dando a entender que voltará em algum momento.

Giovanni Guido Cerri tornou-se professor titular da Faculdade de Medicina da USP em 1996, e logo galgou todos os postos disponíveis na hierarquia daquela unidade e do seu Hospital das Clínicas, inteiramente controlado pela fundação privada. Ao longo dos anos, o radiologista Cerri tratou igualmente de seus próprios negócios. Criou empresas de medicina diagnóstica, tornou-se sócio cotista de um grupo poderoso do setor de laboratórios e associou-se a um reputado hospital privado, o Sírio-Libanês.

Ao assumir a pasta estadual da Saúde, Cerri permaneceu como membro do Conselho de Administração do Hospital Sírio-Libanês, embora este também mantenha uma “organização social” que possui contrato milionário com o governo Alckmin. A julgar pelo site da instituição privada, Cerri exerce ainda o cargo de coordenador do centro de radiologia do hospital. Não são evidências suficientes de conflito de interesses?

Não faz tanto tempo assim, o governador demitiu um funcionário de escalão inferior da Secretaria de Segurança Pública, que tinha sua própria empresa (também contratada pelo governo, como forma de “melhorar a remuneração” desse funcionário), a qual por sua vez comercializava dados com terceiros. Situação inaceitável, proclamou Alckmin na época. Pois bem, o caso atual é infinitamente mais grave. Como demonstra a reportagem de Débora Prado e Tatiana Merlino iniciada na p. 19, Cerri é o principal responsável pela gestão de contratos que, somados, ultrapassam a casa do bilhão de reais. E que interessam diretamente a instituições privadas às quais ele continua ligado por muitos laços.

## **Emílio Ribas em perigo**

Outra reportagem das mesmas jornalistas, na p. 27, traz à luz a estarrecedora situação de abandono vivida pelo Hospital Emílio Ribas, gerido desde 2009 pela mesmíssima FFM, que tenta ampliar seu controle sobre a instituição pública. Denúncias de irregularidades resultaram em inquérito policial e representação ao Ministério Público Estadual.

## **Unifesp**

A professora Soraya Smaili nos concedeu longa entrevista, na qual detalha alguns dos desafios que terá de enfrentar como reitora da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). A consulta oficial à comunidade faz parte do Estatuto da Unifesp, e foi ela que permitiu a eleição de Soraya, num contexto de acirrada disputa entre três chapas. Continua, assim, o notável processo de mudanças na antiga Escola Paulista de Medicina.

## **Perdemos Zinclar, Edmundo e Leonel**

Desde que saiu a edição 53, os movimentos sociais brasileiros perderam três grandes lutadores: em janeiro de 2013, João Zinclar, repórter-fotográfico de raízes populares; e em pleno fechamento da presente edição, os professores Edmundo Fernandes Dias (Unicamp) e Leonel Itaussu (FFLCH-USP), destacados acadêmicos e ativistas do movimento docente. Também nos deixou o grande pesquisador e compositor Paulo Vanzolini.

*O Editor*



**ENTREVISTA**  
SORAYA SMAILI

# “UM TREMENDO DESAFIO”

Daniel Garcia



“Sou mulher, não sou professora titular, não sou médica e, ainda por cima, sou mais jovem em relação à maioria dos docentes”. Soraya Soubhi Smaili, 50 anos, resume desse modo a quebra de paradigmas que sua posse na Reitoria da Universidade Federal de São Paulo — Unifesp, antiga Escola Paulista de Medicina — envolve e implica, bem como sinaliza os desafios que poderá vir a enfrentar, ao longo de um mandato de quatro anos: 2013-2017.

Soraya foi vitoriosa na consulta estatutária feita à comunidade da Unifesp, em outubro de 2012, disputada por três chapas. Sua Chapa, a 3, intitulada “Unifesp Plural e Democrática”, e que teve como candidata a vice-reitora a conhecida pesquisadora Valéria Petri, recebeu 3.640 votos (39% dos válidos). Contudo, a eleição não é automática. O resultado da consulta precisa ser submetido ao Conselho Universitário (Consu), que vota uma lista tríplice de reitoráveis a ser enviada ao Ministério da Educação (MEC). A votação do Consu conferiu 39 votos para a Chapa 3 e 22 votos para a Chapa 2, “Renovação e Experiência”. Desse modo, o nome de Soraya foi referendado, por maioria, como o primeiro da lista tríplice encaminhada ao ministro Aloysio Mercadante.

Em janeiro deste ano, quando concedeu entrevista à *Revista Adusp*, a nova reitora ainda não havia sido nomeada, mas o então reitor Walter Manna Albertoni já lhe havia cedido a sala de transição no prédio da Reitoria, para reuniões que permitiriam aos novos gestores um conhecimento mais detalhado de algumas questões administrativas da instituição. Quando o ministro finalmente empossou no cargo, em 7 de fevereiro de 2013, a professora tornou-se oficialmente a primeira mulher (e o primeiro docente não titular) a dirigir a Unifesp desde sua fundação, em 1994.

Ativa no movimento estudantil quando graduanda, na USP de Ribeirão Preto, e depois na pós-graduação (que cursou na própria Unifesp), entre 1989 e 1990 Soraya presidiu a Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG). Ao ingressar no corpo docente, passou a militar no movimento sindical. Entre 2001 e 2003, presidiu a Associação dos Docentes da Unifesp (Adunifesp). Hoje é reconhecida pela proximidade com os sindicatos e com os movimentos sociais. “Não temos a pretensão de fazer uma revolução. Se conseguirmos mudar pensamentos e fazer o início de uma transformação na universidade, já será muito bom”.

Docente do Departamento de Farmacologia da Unifesp há vinte anos, a nova reitora valoriza a formação e a pesquisa acadêmica, até mesmo como forma de respaldar seu engajamento na vida política universitária. Livre-docente, tem dois pós-doutorados em instituições de primeira linha dos Estados Unidos. Comenta, a propósito: “Os adversários políticos se espantam comigo, porque sou alguém que tem carreira acadêmica”.

À *Revista Adusp*, Soraya conta como superou as dificuldades durante a campanha eleitoral, quais são os gargalos administrativos e políticos da Unifesp, e anuncia mudanças importantes no relacionamento institucional com os funcionários técnicos e o corpo docente; na extensão, que será valorizada; e na comunicação externa e interna. “Mais do que uma mulher, uma visão de mundo foi eleita, outra geração. É um tremendo desafio, mas também uma conquista de grande tamanho”.

A entrevista foi concedida a **Mariana Qween Nwabasili** e **Pedro Estevam da Rocha Pomar**.

**Revista Adusp.** Como surgiu a chapa “Unifesp Plural e Democrática”? Como foi possível a uma chapa com características, digamos, “contra-hegemônicas”, ganhar a eleição?

**SORAYA.** A nossa candidatura nasceu dentro do DCE. Toda a campanha foi feita dentro do DCE, porque eu não queria usar nem o espaço, nem os telefones da Adunifesp para fazer campanha. Era preciso separar bem as coisas. Então, nós nos reuníamos em alguns espaços da universidade, no meu instituto, nas salas de aula e no espaço de reuniões do DCE. A candidatura começou como um movimento. Logo no seu início, precisávamos nos caracterizar, então escrevemos um manifesto e criamos um nome. Assim surgiu o movimento “Unifesp Plural e Democrática”, no final de maio.

Na verdade, nesse período ainda nem existia a candidatura. Só tínhamos feito um manifesto para a Unifesp, porque estávamos preocupados com a Reitoria, com as eleições que iam acontecer em outubro de 2012. As inscrições foram abertas no dia 10 de julho. Inscrevemos a chapa “Unifesp Plural e Democrática” para disputar no dia 23 de julho. Fomos a última chapa a se inscrever, ou seja, ainda depois das inscrições abertas, nós levamos duas semanas para decidir se iríamos disputar. Gosto de destacar que, no começo do movimento, tínhamos sim uma preocupação com a eleição, apesar de isso não ser central, e estávamos no meio da greve das universidades federais.

**Revista Adusp.** O movimento foi um produto da greve das institui-

ções de ensino superior em 2012?

**SORAYA.** Não. A greve potencializou, criou mecanismos e facilitou a nossa comunicação. Até aquele momento, não existia um pacto permanente de interlocução entre os docentes dos diferentes *campi* da Unifesp. Isso só aconteceu durante aquela greve, o que foi um grande mérito da paralisação nacional. A Unifesp praticamente não fez greve depois que passou por sua grande expansão [em 2004]. A última greve em que entramos tinha sido em 2005, por causa dos professores associados. Mas foi muito limitada, não foi uma greve de grande abrangência.

*Surgiu a preocupação com o que iríamos fazer, já que ia ocorrer a eleição para a Reitoria: se teríamos uma pauta; se deveríamos promover debates. Reuniões que foram crescendo, num curto espaço de tempo. Isso deu origem ao nosso movimento “Unifesp Plural e Democrática”*

A greve nacional de 2012 começou em 17 de maio. Na Unifesp, ela teve início no dia 23 de maio, principalmente nos *campi* da expansão, mais precisamente Diadema. Diadema estava hiper-movimentado e aí os outros *campi* já estavam muito mobilizados. A Adunifesp não teve

de correr para se mobilizar, porque a greve já estava madura. Na verdade, a insatisfação já havia começado em 2011 e só foi crescendo. Juntado a questão de falta de condições com a questão do Reuni, e todas as demais insatisfações, a greve eclodiu no país inteiro, inclusive na Unifesp. Num primeiro momento, o movimento estudantil também se envolveu muito. Pela primeira vez, em mais de vinte e cinco anos, havia uma greve estudantil na EPM. A paralisação estudantil começou em Guarulhos, foi para os outros *campi* da expansão e chegou à EPM. Os estudantes de medicina decidiram pela paralisação em uma assembleia lotadíssima, histórica. Foi uma coisa impressionante.

Em meio a essa conjuntura, surgiu a preocupação com o que iríamos fazer, já que ia ocorrer a eleição para a Reitoria e nós precisávamos nos mobilizar. Nós passamos a nos questionar se teríamos um conjunto de propostas; se teríamos uma pauta, como havíamos feito no passado; se deveríamos promover debates. Todas essas preocupações nos levaram a fazer reuniões que começaram pequenas e depois foram crescendo, num curto espaço de tempo. Isso deu origem ao nosso movimento. Foi uma somatória de fatores: a greve dos docentes potencializou a greve dos estudantes; existia insatisfação com relação às condições da Unifesp, com a falta de infraestrutura, de democracia interna. Enfim, existia a necessidade de mudanças.

**Revista Adusp.** Então pode-se dizer que o desfecho também expressou uma insatisfação acumulada

da de sucessivas gestões?

**SORAYA.** Como disse, foi uma somatória de fatores que convergiram e que, sim, tiveram a ver com questões antigas, com coisas que foram sendo construídas ao longo dos últimos vinte anos. No geral, existia um desejo de democratizar a EPM. Segmentos que não tinham a possibilidade de influenciar a universidade, que são os estudantes e os funcionários, necessitavam de voz, ação e participação. Isso vem de antes da expansão. Os docentes menos titulados e que não são médicos não tinham participação também. Dentro do *campus* São Paulo, existe uma parcela grande de não médicos que não consegue fazer parte de uma determinada elite que sempre comandou a Unifesp nos últimos vinte, trinta anos.

Nos últimos oitenta anos, o único momento em que houve um respiro com relação a esse tipo de mentalidade de grupos — que não vou nem dizer quais são, porque foram diferentes e se sucederam — foi na candidatura do professor Nader Wafae, em 1986. Durante a nossa campanha, lembramos muito dele por ter sido exemplo de uma candidatura fruto do primeiro processo de consulta na EPM. Lembro que eu estava chegando, em 1986, e participei dessa mobilização estudantil, que também alavancou a candidatura do Nader, que acabou ganhando na comunidade. E era uma eleição informal, feita pelas entidades, porque naquela época a consulta não era estatutária, como é hoje. A preferência da comunidade levou o Nader a ser incluído na lista sextupla. O então ministro da Educação [Marco Ma-

Daniel Garcia



ciel] o escolheu, por ter sido o mais votado na consulta. Foi uma história interessante. Por causa dessa candidatura do Nader e da diretoria que ele fez tivemos alguns ganhos que têm reflexo até hoje. Mas isso foi apenas por quatro anos. Então quando volta, digamos, à mesma lógica, conseguimos avançar mais um pouquinho.

**Revista Adusp.** Estudantes, funcionários e professores da extensão tiveram maior peso para o resultado favorável à sua chapa na consulta. Como avalia isso?

**SORAYA.** Nós vencemos entre os funcionários com uma distância enorme dos outros candidatos. E entre os estudantes foi a mesma coisa. Entre os docentes, houve um equilíbrio. Pendeu a um equilíbrio por causa do *campus* São Paulo ter um grande número de docentes. São 600 professores em São Paulo e mais 600 na expansão. Realmente, entre os docentes da expansão, a Chapa 3 venceu em todos os *campi*.

Mas gosto de dizer que não fomos perdedores entre os professores do *campus* de São Paulo, apesar de algumas matérias jornalísticas terem insinuado isso. Não é assim, porque os votos ficaram divididos entre as três chapas em São Paulo.

A Chapa 2 venceu entre os docentes, a grande maioria médicos; Rosana Fiorini Puccini, candidata da Chapa 1 [“Unifesp com todos”], que também é médica, ficou em segundo lugar; e nós, da Chapa 3, ficamos em terceiro. Entre os funcionários de São Paulo nós ganhamos com muita diferença. Já entre os estudantes a Rosana ganhou, e nós ficamos em segundo lugar. Então existiu uma distribuição. Se considerássemos a paridade no *campus* São Paulo, por exemplo, ficaria muito equilibrado. Agora, se fosse paritário no âmbito geral, em todos os *campi*, nossa chapa ganharia até por uma diferença maior.

*A expansão realmente se tornou enorme com o Reuni, que trouxe todos esses colegas novos, docentes e estudantes.*

*Esse foi o lado bom da expansão, apesar de todos os problemas de condições e de infraestrutura. De maneira geral a expansão foi fenomenal, possibilitou uma energia nova*



**Revista Adusp.** Como acha que os *campi* da expansão têm feito diferença no processo de eleição para reitor?

**SORAYA.** A Unifesp se transformou em universidade em 1994, mas ficou ainda muito restrita ao campus de São Paulo. Quando isso aconteceu, a comunidade disse: “Opa, então agora nós somos uma universidade e as coisas podem mudar”. Ocorreu uma mudança de estatuto; no Conselho Universitário nós começamos a ter mais representação estudantil, que era pequena e se ampliou, e a representação dos funcionários também aumentou. Quando aconteceu a expansão da universidade para outros *campi*, em 2004, começando com a criação do *campus* da Baixada Santista, nós, do movimento democrático da universidade, dissemos: “Agora vamos virar uma verdadeira universidade, teremos um ambiente mais democrático, mais oportunidades de respirar”. Só que isso ficou controlado durante uns bons pares de anos. E aí a expansão realmente se tornou enorme com o Reuni [Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais], que realmente trouxe todos esses colegas novos para a universidade, docentes e estudantes. Esse foi o lado bom da expansão, apesar de ter sido essa expansão com essas questões todas e com todos os problemas que se desdobraram, com relação às condições e à infraestrutura. Mas de maneira geral a expansão foi fenomenal, foi excelente. Possibilitou uma energia nova, novas pessoas que endossaram a greve nacional das federais em 2012.

## TRAJETÓRIA ACADÊMICA FORTE

Leticia Verdi/MEC



Soraya Smaili ingressou na antiga Escola Paulista de Medicina (EPM) como aluna, em 1986, para fazer mestrado e doutorado. Neste período, tornou-se presidente da Associação dos Pós-Graduandos (APG-EPM) e da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG). Em 1992, prestou concurso e entrou para a carreira docente no Departamento de Farmacologia. Em 1997, fez estágio de pós-doutorado na Thomas Jefferson University, na Filadélfia, e em 1998 e 1999, no National Institutes of Health, em Bethesda, também nos Estados Unidos. Em 2001, elegeu-se presidente da Associação dos Docentes (Adunifesp). Fez livre-docência em 2005, período em que foi coordenadora do Laboratório de Microscopia Confocal da Unifesp, onde atua até hoje. Exerceu os cargos de secretária regional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e de coordenadora da Pós-Graduação em Farmacologia da Unifesp, de 2006 a 2012. A fotografia registra a posse em Brasília, ao lado do ministro Mercadante.

O governo acabou botando um pouco de gasolina nisso, ao não dar as condições para esse monte de gente cheia de energia, cheia de vontade de construir uma coisa nova, de ter uma carreira, de lutar. Então, na verdade, foi energia para nossa mobilização. Com relação a esta última eleição, tem de haver o reconhecimento de que os *campi* da expansão gritaram por mudança, mas não só

eles. Boa parte do *campus* São Paulo também quer mudança.

**Revista Adusp.** Acha necessária a renovação trazida pela expansão, Reuni?

**SORAYA.** Percebo que, nos últimos anos, o que cresceu muito no *campus* São Paulo foi a pesquisa, a pós-graduação. Porém, a graduação continuou muito semelhante, ou seja, o número de docentes não

mudou. Que acabou acontecendo? Esses caras envelheceram. O campus de São Paulo mesmo envelheceu. Ele tem alguns problemas muito semelhantes aos que existem na USP, por exemplo. A média de idade de docentes no *campus* é de 55 anos. Durante muito tempo eu, com 50 anos de idade, fui a docente mais nova do meu departamento. Foram dez anos sendo a professora mais nova, hoje ainda sou a quarta mais nova. Então é um *campus* que envelheceu, porque não aconteciam concursos. E mesmo com o Reuni, feito para os *campi* da expansão, o *campus* São Paulo não se expandiu, continua com os cinco cursos de graduação que tinha há trinta anos. Temos uma mudança que vem da expansão e que obriga a universidade a mudar. Isso é bom, é positivo.

**Revista Adusp.** O Consu referendou a escolha da sua chapa pela comunidade. Por outro lado, a Chapa 2 recebeu 22 votos desse conselho. Houve uma tentativa de atropelar a Chapa 3 e, além disso, atropelar o próprio processo eleitoral baseado na consulta?

**SORAYA.** Sim, teve isso também. Como não deu certo, nossos adversários políticos na campanha se espantaram. Eles não imaginavam que iríamos nos organizar e nos mobilizar também para o Consu. Tivemos só uma semana para fazer isso, e nessa semana detectamos claramente que havia um movimento [contra nós], um grupo que ainda tinha esperança de passar a Chapa 2 como primeira na lista tríplice. Essa ação geraria um pretexto, uma desculpa ou um argumento para possibilitar a escolha da can-

didata da Chapa 2, quando a lista fosse encaminhada [ao MEC] junto com a consulta, já que são obrigados a mandar a consulta para o MEC, porque ela é estatutária, um processo formal da universidade. Se tivesse ocorrido a mudança na lista tríplice, nós correríamos sérios riscos, não tenho a menor dúvida. E mesmo depois da lista tríplice, ainda havia muito burburinho de pessoas da EPM inconformadas com o resultado, tentando articular alguma coisa, mais uma vez, depois do envio da lista. Uma parte disso se acalmou muito quando a transição começou. Eles se espantaram com a nossa organização, atuação política e capacidade de mobilização.

**Revista Adusp.** A transição foi tranquila? Quais foram suas primeiras articulações durante esse período?

**SORAYA.** Quem pediu a transição fomos nós. Não foi uma iniciativa da Reitoria, mas ele [reitor Walter Manna Albertoni] aceitou de imediato. Achou um pouco estranho, mas aceitou. Claro, dentro do possível, acho que ele entendeu que a melhor coisa para o final de sua gestão seria não criar nenhum constrangimento, porque seria um problema a mais para administrar. Então teve sensibilidade para reconhecer que era o melhor a ser feito. Acho que eles pensaram que seria uma transição um pouco *light* e nós começamos a fazer um monte de reuniões, montar organograma. Fomos fazendo o trabalho, fazendo relatórios, reuniões, discutindo entre a gente.

A primeira coisa que fizemos quando chegamos foi perguntar on-

de estava o organograma da universidade — e não tinha. Não havia um organograma. Nós que montamos. Conforme fomos fazendo as reuniões, vimos que a estrutura cresceu muito e de maneira desordenada. A outra gestão não tinha controle sobre no que a estrutura da universidade se transformou, porque essa estrutura foi mudando com a expansão, que foi enorme e realmente feita sem nenhum planejamento. Nada. Zero. Não sei nas outras universidades, mas aqui não houve. Foi uma cultura de apagar incêndio o tempo inteiro.

Durante a campanha inteira, fizemos plenárias abertas e, depois da eleição, continuamos com isso. Nessas plenárias, começaram a aparecer pessoas que apoiaram as outras chapas e, com isso, começamos a ampliar. Hoje, tem gente das outras chapas no nosso grupo de transição. Uma dessas pessoas vai ser pró-reitora de Administração, a professora Janine Schirmer, da Escola Paulista de Enfermagem. Ela apoiava a Chapa 1, e é uma força importante, uma pessoa em quem temos confiança política para fazer o trabalho. Então, até para primeiro escalão nós estamos considerando essas composições.

Nas plenárias, também fomos explicando como estava a transição, como era o organograma, o que estávamos fazendo. Quer dizer, era uma espécie de prestação de contas que, ao mesmo tempo, foi criando o fato consumado. No final do ano passado, o [então] reitor até me apresentou ao ministro da Educação em uma reunião da Associação Nacional dos Dirigentes

das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Em uma outra ocasião, eu fui com ele visitar o prefeito eleito de Osasco, que é onde nós temos um *campus*. Ele também queria ir visitar o prefeito de Guarulhos antes de sair; disse que onde o prefeito fez o sucessor, queria me levar, porque daí ele se despediria do antigo e eu me apresentaria para o futuro. Ele indicou que eu faça uma reunião com os novos prefeitos [nas cidades] onde temos *campi*.

**Revista Adusp.** No manifesto de sua chapa está escrito: “Todos os *campi*, departamentos e setores acadêmicos e administrativos devem ter condições dignas de desenvolver seus planos e projetos, de forma transparente e colaborativa, contribuindo para a qualificação da instituição e da sua vida acadêmica”. Como articular os *campi*? O que será preciso?

*Existe uma mudança na influência hegemônica da Escola Paulista de Medicina.*

*A Unifesp não é mais a EPM. Essa é uma mudança inexorável, a menos que um grupo queira a separação da EPM, o que pode até passar pela cabeça de alguns, mas seria um erro, uma loucura*

**SORAYA.** Acredito que tenhamos de reconhecer que existe uma

Daniel Garcia



mudança na influência hegemônica da Escola Paulista de Medicina. A Unifesp não é mais a EPM. Não basta mais só ela para a administração de toda a universidade. É preciso deixar claro para a EPM que a universidade cresceu de tal maneira que não existe mais como apenas a sua comunidade ser a maioria para controlar. Será preciso dialogar com todos os outros para poder fazer parte dessa universidade, para construir uma universidade. Essa é uma mudança inexorável e talvez uma parcela da comunidade ainda não tenha se dado conta de que vai ser necessário, sim, construir junto, negociar, abrir mão de certas coisas. É um fato que não tem mais como retroceder, a menos que um grupo queira a separação da EPM, o que pode até passar pela cabeça de alguns, mas seria um erro, uma loucura. Nós somos uma universidade e temos que trabalhar conjuntamente. O primeiro passo para isso é olhar para a expansão. Temos

de pensar que a avaliação passa também pelos *campi* da expansão. Mas não só.

Como disse, uma das nossas preocupações foi trazer pessoas para esta gestão que não fizeram parte de nossa campanha e, assim, ter o reconhecimento no campus São Paulo, principalmente na EPM. Então, reconhecemos que teremos de compor as forças com a EPM para que possamos fazer um governo. Nesse sentido, foi feito todo um processo de discussão entre os membros do movimento “Unifesp Plural e Democrática” sobre a importância de trazermos para essa gestão pessoas que nós entendemos que podem dar uma contribuição para este projeto, sempre baseada no programa. Do contrário, não vamos conseguir. Afinal, os conselhos centrais, por exemplo, não mudaram. Não adianta nós termos tido 39% de votos, se a democracia interna ainda não aconteceu. Precisamos de mais elementos, mudanças nos conselhos centrais e no próprio processo eleitoral. Tudo isso precisa ser discutido, porque vamos continuar com a estrutura anterior. É uma mudança de direção, mas a estrutura antiga continua.

**Revista Adusp.** Que diferencial o programa de sua chapa trará para a gestão?

**SORAYA.** Esse programa foi fruto de um movimento, um trabalho importante, interessante, de muita mobilização, dentro de uma dinâmica em que as pessoas interessadas numa determinada área contribuíram em um aspecto. Como exemplo, eu cito sempre a política de sustentabilidade, que os outros

programas não tinham, mas nós tínhamos porque havia um grupo de pessoas do nosso movimento que estuda e trabalha com políticas de sustentabilidade. Também tínhamos pessoas voltadas para a questão da formação continuada, do ensino, da graduação, da pós-graduação, da extensão e da assistência estudantil, que é uma parte superimportante do projeto. Além disso, tinha um grupo bem grande, no qual eu me incluo, envolvido nas políticas de pós-graduação, mas principalmente nas políticas globais e nas questões administrativas. Então, parte muito significativa do programa diz respeito à reforma administrativa. E esse é um ponto-chave por conta de dois grandes aspectos. O primeiro diz respeito à própria administração: como se estruturam as questões do orçamento, a distribuição do orçamento, a discussão sobre o orçamento, que não existia. Nesse sentido, falamos muito sobre a descentralização da administração e do orçamento. Hoje, tudo está centralizado na Reitoria. O segundo aspecto é o planejamento, que também não aconteceu. Nisso entra a questão da infraestrutura, por exemplo.

**Revista Adusp.** Com base no programa, quais mudanças estão previstas na administração da universidade ?

**SORAYA.** Não temos um política de gestão de pessoal na Unifesp. Nós propusemos nesse programa criar uma Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, o que já existe em algumas universidades federais e não existe na nossa, embora tenhamos feito essa proposta já há alguns anos. Há

algum tempo já estamos falando sobre isso, nós do movimento docente da universidade. Essa política de gestão de pessoas é absolutamente necessária, porque hoje um dos maiores problemas que temos é um departamento de recursos humanos que trata das questões técnicas, mas não tem política de gestão. Por exemplo, não existe uma política de formação dos nossos técnicos-administrativos e não existe uma política de atendimento à saúde, tanto aos docentes quanto aos técnicos-administrativos. Levantamentos mostram que os nossos técnicos estão adoecendo. A maioria das doenças está relacionada principalmente à saúde mental, como depressão e alcoolismo. Existem também adoecimentos relacionados a repetições de atividades pesadas, resultando em lesões osteomusculares. Já entre os docentes, a porcentagem maior de doenças são as cardiovasculares. A categoria tem adoecido muito de neoplasias também. Mas os docentes, de alguma forma, acabam tendo atendimento, ou melhor, até conseguem se virar. Não todos, mas uma parcela dos professores consegue ter um plano de saúde ou ter conhecimento, porque estão em uma escola médica e as pessoas se conhecem. Então, o maior gargalo hoje em atendimento à saúde é o funcionário. Os funcionários realmente estão cansados, muito sobrecarregados e precisam ter uma política de atendimento à saúde para a prevenção dessas doenças.

O Hospital São Paulo, por exemplo, é um dos locais onde os funcionários apresentam mais doenças. Vários setores não têm local

para comer e eles não têm onde descansar, não têm acolhimento. Além disso, muitos locais de trabalho estão deteriorados e precisam de um olhar urgente. Realmente é uma parcela enorme da força de trabalho que está hoje bastante debilitada por conta dessas questões de saúde e também por falta de reconhecimento e valorização do trabalho. Por isso, dentro da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas queremos criar um departamento de desenvolvimento de pessoal para dar cursos de formação. Nós temos cursos de mestrado e doutorado em diversas áreas que podem ser dados para os nossos funcionários. Considerando os trabalhadores do Hospital São Paulo, também temos a obrigação de instituir a jornada de 30 horas para os que fazem turnos de 12 horas. E para podermos fazer isso, vamos reformular o Conselho Gestor da Universidade.

*Na Pró-Reitoria de Extensão temos um grande desafio que é a introdução dos projetos sociais como uma política, pois extensão não é curso pago. Durante muito tempo na Unifesp a extensão foi usada como canal para cursos pagos. Os projetos sociais ficaram sempre à margem*



Entre as federais, a Unifesp é primeira entre os programas de pós-graduação, proporcionalmente ao número de docentes, claro, já que a UFRJ, por exemplo, tem 3 mil docentes. Mas, na Unifesp, isso se mantém graças ao esforço dos pesquisadores. E isso precisa mudar. Nós precisamos ter um olhar institucional para o pesquisador e para a pesquisa. Assim, faremos com que haja crescimento da pós-graduação, porque, hoje, o que essa área cresceu foi com base no investimento de recursos práticos individuais dos pesquisadores.

Na Pró-Reitoria de Extensão temos um grande desafio que é a introdução dos projetos sociais como uma política, pois extensão não é curso pago. Durante muito tempo na Unifesp, e na USP também, a extensão foi usada como um canal para propiciar os cursos de especialização que depois viraram um nicho para os cursos pagos. Então, os projetos sociais ficaram sempre à margem da extensão. Por isso, nós estamos trazendo para essa Pró-Reitoria a professora Florianita [Campos], que é do *campus* da Baixada Santista. Fizemos isso, porque lá na Baixada existe um projeto pedagógico por meio do qual o ensino, a pesquisa e a extensão são desenvolvidos conjuntamente nos primeiros dois anos de todos os cursos de graduação. São projetos multidisciplinares, nos quais o aluno faz pesquisa com extensão ou faz extensão com pesquisa. Esse projeto tem sido feito com muito sacrifício, mas está indo bem e está tendo muitos desdobramentos no *campus* da Baixada. Nós queremos trazer essa concepção de extensão para a Pró-Reitoria.

A política de comunicação deve sofrer uma boa reestruturação. Isso foi algo que também foi desestruturado nos últimos tempos. Há quatro ou cinco anos, a Unifesp tinha uma TV. Fomos pioneiros em TV universitária e isso foi desativado. O então reitor, Ulysses Fagundes Neto, resolveu desativar a TV, achando que era muito gasto. E com isso foram cortando e cortando, e não temos mais política de comunicação institucional. Então, hoje, quem pauta a imprensa sobre a Unifesp é a própria imprensa. Nós não pautamos a imprensa. Acontece Guarulhos [conflitos no *campus*], só aparece Guarulhos [na mídia]. As outras coisas que a universidade está fazendo não aparecem. Temos um jornal da instituição que é elaborado por profissionais muito dedicados, mas não tem uma estratégia de comunicação e muitas vezes não é lido. A nossa página na Internet é desordenada, não tem identidade visual. Não estamos informando o que estamos fazendo, nem o que queremos fazer. Para isso, é preciso ter uma reformulação na política de comunicação tanto institucional, para falar com a imprensa e ter uma forma de visibilidade, quanto interna. Também estamos trazendo uma pessoa para cuidar disso, que é o professor Cláudio Cardoso, da área de Comunicação da Universidade Federal da Bahia. Ele vai dar uma contribuição para nós, porque não temos essa área na nossa universidade ainda. As coisas foram crescendo e se ampliando rapidamente e agora temos que “correr atrás” para tentar administrar de alguma forma.

*A questão da infraestrutura também envolve reformas no campus São Paulo. São prédios antigos, vários deles em deterioração. Nos campi da extensão estamos sofrendo muito com as construções.*

*Osasco tem um enorme terreno, mas não tem um projeto para construção. O prédio de Guarulhos não saiu até hoje*

**Revista Adusp.** Em 2012, os alunos de Guarulhos fizeram uma greve de cinco meses (iniciada em 23 de março) reivindicando melhorias na infraestrutura do campus. Estão sendo previstas melhorias na infraestrutura dos *campi* da extensão? O que dizer sobre o problema?

**SORAYA.** Neste momento realmente sofremos muito com os projetos de infraestrutura da universidade. Não tem planejamento e não tem projeto para os prédios, para as reformas e para os equipamentos que foram sendo adquiridos. Hoje, por exemplo, parte dos equipamentos não tem manutenção, então pensamos em um programa de sustentabilidade desses equipamentos. Vale dizer que a questão da infraestrutura também envolve as reformas no *campus* São Paulo, porque esse *campus* tem muitas

Daniel Garcia



estruturas, laboratórios e prédios, mas a manutenção de tudo isso não acontece. São prédios antigos, vários deles em deterioração, alguns menores, outros maiores. Precisamos trabalhar na recuperação desses prédios em São Paulo.

Nos *campi* da extensão, será necessária atenção para as novas edificações, porque estamos sofrendo muito com questão das construções. Osasco tem um enorme terreno, mas não tem um projeto para construção. Em Santos o primeiro prédio levou sete anos para ser feito, e só foi inaugurado no começo de 2012. O prédio de Guarulhos não saiu até hoje. Também existe um drama nessa história: quatro processos licitatórios. Diadema levou seis anos também para construir um prédio em um local que está com sérios problemas. O prédio principal desse *campus*, o único que conseguimos construir, é junto com a Uniforja, que é uma cooperativa, uma

espécie de metalúrgica. As duas instituições convivem no mesmo terreno. É um projeto mirabolante. Os prédios estão no mesmo terreno, mas não se comunicam. Daí existe todo um sistema de segurança para que essa cooperativa — que era a antiga Conforja e agora chama-se Uniforja, e tem o emblema do governo federal — funcione no local. Isso tudo nós fomos descobrindo também. Ou seja, existem problemas que são muito sérios: a manutenção dos laboratórios e das salas de aula; mas também existe o problema das construções, necessárias por conta da expansão. Esse também é um aspecto administrativo relacionado a orçamento, descentralização e infraestrutura.

**Revista Adusp.** Existe algum *campus* da expansão que se destaca positivamente?

**SORAYA.** São José dos Campos foi o que mais se desenvolveu planejadamente. Primeiro, porque teve um pensamento mais estratégico que partiu do próprio gestor que estava lá. Segundo, porque a cidade deu um peso muito grande para a Unifesp lá. Isso foi um diferencial. O prefeito de São José dos Campos teve uma visão de que a presença da Unifesp na cidade era estratégica para o desenvolvimento do parque tecnológico na região e para o próprio desenvolvimento do município. Então ele deu terreno e ajudou na construção de prédio. Em Guarulhos, por exemplo, estamos patinando até hoje. Em Osasco também, mas aí não sei até que ponto. Sei que Osasco não veio com o Reuni, foi

um adendo, digamos, ao Reuni. E lá é um *campus* novo, tem dois anos. Mas Osasco tem um potencial grande, pode ser muito diferente de Guarulhos. Existe um terreno enorme lá, comprado pelo MEC há seis anos. Esse terreno é um dos melhores que Unifesp tem hoje, porque tem 200 mil m<sup>2</sup>, é um planalto, e está a 400 metros de uma estação de trem, ou seja, tem acesso, que é um dos grandes dramas hoje dos nossos *campi*. Diadema tem problema de acesso, Guarulhos tem problema de acesso. Existe uma discussão de construirmos um *campus* no Embu, mas lá terá um problema de acesso que será dos piores também. Vamos ter de negociar com o MEC.

**O termo**  
**“internacionalização”**  
**é um jargão novo para**  
**uma coisa antiga e**  
**necessária. Não sou**  
**ingênua a ponto de achar**  
**que as novas políticas**  
**que estão vindo com essa**  
**denominação não tenham**  
**um caráter produtivista.**  
**Mas a internacionalização**  
**também pode ser vista no**  
**sentido da colaboração,**  
**do intercâmbio**

**Revista Adusp.** Segundo notícia de 17/12/2012 do jornal *Brasil de Fato*, Luiz Carlos de Oliveira, de 20 anos, estudante de filosofia da Unifesp de Guarulhos, suicidou-se. A reportagem alegou que ele era rejeitado por alguns colegas da faculdade pelo fato de ser negro e pobre. Como vê a política de cotas que a Unifesp já seguia e a nova lei do governo federal para a reserva de vagas nas universidades federais?

**SORAYA.** Tem que ter cotas. A Unifesp foi uma das primeiras a ter políticas de cotas para oriundos de escolas públicas e isso ocorreu há dez anos. No primeiro ano da lei de cotas do governo federal, não teremos problemas, porque, hoje, já atingimos a meta de 12% de alunos de escolas públicas ocupando nossas vagas. Mas acho que é preciso ter mais recursos para a permanência desses alunos na universidade.

Sobre o estudante que se suicidou, existe um conjunto de fatores: a vulnerabilidade social da família; o fato de ser estudante de um *campus* que tem problemas e com um movimento estudantil de diferentes vertentes políticas. É importante destacar que, no *campus* de Guarulhos, o NAI [Núcleo de Acessibilidade e Inclusão, responsável pelo atendimento psicológico de alunos] tem 500 atendimentos mensais. Esse *campus* tem um conjunto de pessoas com mais vulnerabilidade social. Lá, 70% dos estudantes são oriundos de escolas públicas e são da periferia. O Bairro dos Pimentas [onde se situa o *campus* de Guarulhos] é um local ermo, afas-

tado. Isso vai ser investigado, mas existe todo um contexto, podem ter sido todos esses fatores que levaram o estudante ao suicídio. Eu não acredito em homicídio. É importante salientar que ele nunca procurou o atendimento psicológico oferecido no campus, então não tínhamos um histórico sobre ele. O que fazemos com relação a isso? Temos que dar mais atenção a esse núcleo de atendimento psicológico oferecido em um *campus* localizado em uma região de vulnerabilidade social.

**Revista Adusp.** Em uma de suas entrevistas, você fala da necessidade de internacionalização da Unifesp. Mas nos tempos atuais de produtivismo acadêmico, a internacionalização costuma estar associada à elaboração de rankings e a critérios de produção científica que às vezes não se relacionam com temas nacionais. Em que consiste a internacionalização que você pretende implantar ou estimular como reitora?

**SORAYA.** Primeiro é preciso dizer que existem alguns nomes novos para coisas antigas que fazem parte do fazer acadêmico. O termo internacionalização é um jargão novo para uma coisa antiga e necessária. Claro que não sou ingênua a ponto de achar que as novas políticas que estão vindo com essa denominação não tenham um caráter produtivo, considerando um aspecto mais quantitativo. Mas a internacionalização também pode ser vista como algo antigo que devemos fazer no sentido da colaboração, do intercâmbio, da contínua troca. Há quinze anos, eu fiz parte da

internacionalização, quando fiz o meu pós-doutorado, e isso foi fundamental para o desenvolvimento da pesquisa que fiz depois. Mudou a minha visão de mundo. É nesse sentido que devemos enxergar a internacionalização. Mas, pelo menos na minha concepção de internacionalização, o problema é que existe uma preocupação em nos equiparar sempre olhando para fora, principalmente para o hemisfério Norte. Nunca olhamos para o Oriente ou para os países do hemisfério Sul, só olhamos para cima.

Não estamos preparados para o grau da internacionalização que está sendo exigido por conta dessas questões quantitativas. É preciso apoio para a internacionalização. O governo federal lança o programa Ciência Sem Fronteiras e aí põe 100 mil bolsas. Mas onde é que a coisa esbarrou muito fortemente? Cadê a permanência estudantil? Cadê a formação desses jovens? Como ele vai aprender uma língua se não consegue nem se sustentar dentro da universidade? Aqui na Unifesp, os alunos esbarrraram no problema do domínio da língua. Muitos dos estudantes que queriam ir [estudar fora] não conseguiram passar nos testes de língua estrangeira. São questões mais básicas e fundamentais.

Dizem também que parte da internacionalização é trazer o estudante de fora. Mas como é que se traz o estudante tendo, por exemplo agora, o drama dos angolanos aqui? Estão trazendo um monte de gente, mas não temos moradia e restaurante universitário nem para os nossos alunos nem para os

estrangeiros. Vira um drama em dobro, porque, além de tudo, os estrangeiros são discriminados, não têm condições de subsistência e ainda têm as barreiras da língua e da cultura. Pelo que sei, a bolsa de permanência [para intercambistas estrangeiros] é de 400 reais mensais, então eles também têm dificuldade de achar onde ficar.

***A SPDM se transformou em algo que não temos controle. Com relação ao Hospital São Paulo, precisamos ter mais transparência. Não quisemos usar um discurso falacioso de que “vamos federalizar o Hospital São Paulo”. Porque esse é um imbroglia grande que nem governo e Ministério Público conseguiram resolver***

**Revista Adusp.** Relacionam-se fortemente com a Unifesp duas entidades privadas: a FAP, dita fundação “de apoio” à universidade; e a SPDM, que embora não tenha estatuto de fundação assemelha-se a esse tipo de entidade, e, tal como a Fundação Faculdade de Medicina, tem atuado como gestora de inúmeros equipamentos públicos de saúde do Estado e de municípios paulistas, acentuando o processo de privatização imposto pelo PSDB em São Paulo. Como você pretende lidar com esse problema?

Daniel Garcia



**SORAYA.** O funcionamento das fundações nas universidades federais está sob a proteção de decretos federais. O que a FAP tem feito nos últimos anos é ser mais transparente em seus processos. Seu ex-presidente [professor Durval Rosa Borges] forçou os diretores da FAP a publicarem relatórios de gestão que, atualmente, são divulgados com o nome de todos que recebem [pagamentos]. O que podemos melhorar é fazer com que a FAP mantenha total transparência em todos os seus procedimentos. Há alguns anos, já conseguimos garantir que o reitor da Universidade não seja o presidente da fundação, o que seria um conflito de interesses. Acho que ainda precisa ficar claro quanto recursos a FAP recebe, de onde recebe e onde estão sendo aplicados. Isso ainda não é esclarecido pelos atuais relatórios. Também é preciso mais transparência com relação aos critérios de concessões para os apoios à fundação. E é im-

portante identificarmos o que está sendo encaminhado à FAP como desvio de funções pelas quais a universidade deve ser a real responsável. Uma editora de livros e publicações, por exemplo, deveria ser criada e gerida pela universidade [e não pela FAP, como ocorre atualmente].

Já a SPDM se transformou em algo que não temos controle. Ela é uma administradora de hospitais em São Paulo que não tem mais controle. Isso começou com uma fundação que tinha relação com o Hospital São Paulo, que é da Unifesp, mas é privado, não federal. Com relação ao Hospital São Paulo, precisamos ter mais transparência também. Mas nesse aspecto eu não queria dar esperança para algo que podemos não conseguir, uma vez que já passamos por muitos movimentos em prol da federalização do hospital, sem obtermos sucesso. Então, se conseguirmos terminar a gestão tendo mais transparência e caminhar para a federalização, já estaremos fazendo uma grande coisa. Nós não quisemos usar um discurso falacioso durante a campanha, dizendo “vamos federalizar o Hospital São Paulo”. Talvez tenhamos sido mais conservadores com relação a isso, mas é porque esse é um *imbroglia* grande, que nem o governo e nem o Ministério Público conseguiram resolver. Se o governo federal quiser resolver essa questão, ele consegue. Mas nós, sozinhos, não iremos conseguir.

**Revista Adusp.** Como foi vista a sua proximidade com os sindic-



tos e movimentos sociais durante a campanha? Essa proximidade irá influenciar a gestão?

**SORAYA.** Durante a campanha isso veio à tona muitas vezes, mas conseguimos nos sair bem. A candidata da Chapa 1 [Rosana Puccini], apesar de ser uma pessoa muito interessante, tentou colar isso, mas não colou. Foi colocado de maneira não explícita que a nossa candidatura teria uma interferência dos sindicatos e das entidades na Reitoria. Isso chegou a constar em documentos. Mas, quando essa questão apareceu nos debates, eu disse que nós do Sindicato dos Docentes sempre lutamos pela autonomia e pela democracia, então de maneira alguma o sindicato interferiria na administração, assim como não utilizaríamos o sindicato para “comprar” a nossa administração. Disse também que eu esperava que a Adunifesp continuasse crítica [em relação à nova gestão]. Mas é claro que, se estivermos fazendo tudo certinho, queremos ter o apoio. Apoio no sentido de reconhecer o que estivermos fazendo.

As entidades representam um aspecto muito importante desse projeto que queremos implantar na universidade; mas, lógico, não iremos interferir na autonomia delas. É assim que pretendemos nos manter: com respeito à autonomia, mas com uma boa interlocução, um bom trabalho conjunto, inclusive com o movimento estudantil. Vale dizer que sou sindicalizada e sempre defendi a carreira docente, nossa vida universitária. Então não tenho qualquer problema em ser

taxada como sindicalista. E, logicamente, eu respeito o que a categoria decide.

*Ser a primeira mulher a assumir a Reitoria da Unifesp é uma mudança numa estrutura conservadora e machista. A primeira professora a se tornar titular aqui foi a minha vice, Valéria Petri, há apenas 15 anos. Não é o fato de eu ser mulher que vai mudar as coisas, mas isso é um dos elementos da mudança*

**Revista Adusp.** Você será a primeira mulher a dirigir a Unifesp. Também será a primeira vez que o cargo de reitor será exercido por um docente que não pertence à área médica *stricto sensu*. Isso é apenas uma curiosidade ou representa uma mudança substancial na antiga Escola Paulista de Medicina?

**SORAYA.** Isso chegou a ganhar um tom jocoso no começo da campanha. Um ex-reitor chegou a me dizer que duas mulheres enfraqueceriam a chapa e recomendou que eu colocasse um homem para vice-reitor. Ele estava reproduzindo o que uma parcela dos professores

da EPM iria pensar mesmo. É uma coisa legal ser a primeira mulher a assumir a Reitoria da Unifesp. É uma mudança em uma estrutura conservadora e machista, não dá para dizer que não é. A primeira professora a se tornar titular aqui foi a minha vice, Valéria Petri, há apenas quinze anos.

É lógico que as questões de gênero não se sobrepõem às outras. Não é o fato de eu ser mulher que vai mudar as coisas, mas isso é um dos elementos da mudança, está relacionado com um desejo de mudança e com uma visão de mundo, ao ponto de os meus colegas homens aceitarem o resultado. Mas o fato de eu ser mulher, sozinho, não seria nada, só um factóide, se eu fosse a primeira reitora, mas com um projeto igual [aos anteriores]. Isso é bom, porque nós podemos trazer à administração da universidade um outro olhar.

Mais do que uma mulher, uma visão de mundo foi eleita, outra geração. Geralmente quem vai para a Reitoria está no fim da carreira. Eu não estou no fim da minha e ainda quero fazer muito mais. Sou mulher, não sou professora titular, não sou médica e, ainda por cima, sou mais jovem com relação à maioria dos docentes aqui. Então, somada ao fator de gênero está a idade, ou seja, esta vai ser uma gestão mais jovem também. Isso pode ser um elemento a nosso favor para as relações com os estudantes, com os funcionários e com os docentes novos. É um tremendo desafio, mas também uma conquista de grande tamanho.

# EMPRESÁRIO DO SETOR, SECRETÁRIO DA SAÚDE “DÁ AS CARTAS” EM DUAS OSS

Débora Prado e Tatiana Merlino  
Jornalistas

Francisco Emolo/Jornal da USP



*Emblemática a presença de Guido Cerri, professor titular da Faculdade de Medicina da USP, no cargo de secretário estadual da Saúde: além de possuir três empresas que atuam no setor, ele é “presidente licenciado” do Conselho Curador da Fundação Faculdade de Medicina (FFM) e mantém cargos importantes no Hospital Sírio-Libanês. As duas entidades privadas são credenciadas como “Organizações Sociais de Saúde” (OSS) e celebraram contratos milionários com o Estado. A atuação simultânea de Cerri nas frentes pública e privada configura conflito de interesses*

Médico radiologista, professor da USP, Giovanni Guido Cerri assumiu o principal cargo da gestão pública da saúde em São Paulo em meio a uma batalha política e judicial travada pelos tucanos. O convite para que Cerri assumisse a Secretaria de Saúde partiu do governador Geraldo Alckmin em 2011, justamente quando a polêmica em torno da entrega de equipamentos públicos às “Organizações Sociais de Saúde” (OSS) ganhou novo fôlego. Isso porque o governo estadual teve que lamentar, naquele ano, o adiamento de seus planos de aumentar as receitas dessas entidades permitindo, nos hospitais públicos geridos por elas, a utilização de até 25% dos leitos do Sistema Único de Saúde (SUS) para atender pacientes de convênios médicos particulares.

O instrumento pensado com esta finalidade foi a Lei Complementar (LC) 1.131/2010, aprovada a toque de caixa na curta gestão do vice-governador em exercício Alberto Goldman, e defendida por Alckmin. O governo do PSDB buscava assim estender a outros hospitais públicos o modelo vigente no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina (HCFMUSP), inteiramente gerido pela Fundação Faculdade de Medicina, privada, e no Instituto do Coração (InCor), totalmente subordinado à Fundação Zerbini, privada. Ambos com segunda porta para atendimentos “VIP”, em percentuais superiores a 30% dos leitos. Ocorre que o Ministério Público Estadual (MPE) lançou um balde de água fria no Palácio dos Bandeirantes, ao solicitar e obter medida judicial que impediu a vigência da LC 1.131/2010 (vide texto na p. 25).



**Incor, um dos hospitais públicos de SP inteiramente controlados por fundações privadas**

Nesse contexto em que os movimentos sociais (e outros protagonistas do setor) atacavam fortemente as OSS, foi sintomática a nomeação de Cerri, chamado para o cargo que ficara vago com a morte inesperada do então secretário Luiz Roberto Barradas Barata: com carreira e trajetória política ligadas à Faculdade de Medicina da USP, o médico e professor nascido em Milão sempre exerceu cargos de comando no HCFMUSP e na Fundação Faculdade de Medicina (FFM), que se tornou uma das maiores OSS em atividade. Mais ainda: Cerri faz parte do Conselho de Administração do Hospital Sírio-Libanês, outra importante instituição privada credenciada como OSS.

Em síntese, o secretário escolhido por Alckmin representava justamente duas das mais fortes “Organizações Sociais de Saúde” que atuam

em São Paulo. Nesse cálculo pode-se incluir, ainda, a Fundação Zerbini, cujo Conselho Consultivo também contava com a presença de Cerri.

O site da FFM, consultado em 12/3/2013, informa que Cerri é “presidente licenciado” tanto do seu Conselho Curador quanto do seu Conselho Consultivo, deixando de dizer em que data se licenciou. Vale a pena conhecer as atribuições do principal colegiado dessa fundação privada, conforme sua própria definição: “O Conselho Curador, órgão máximo da Fundação Faculdade de Medicina, tem como função promover e estabelecer a política geral da FFM, para a realização de seus objetivos estatutários”.

Destaque-se que Cerri já havia presidido o “órgão máximo” da FFM. Ele desempenhou as mesmas funções na gestão iniciada em





rante a pasta, para efeitos desse contrato, é precisamente Guido Cerri.

*Não bastassem seus laços com a FFM, o secretário da Saúde tem comprometedor relação com o Sírio-Libanês, que após tornar-se OSS tem contrato com a Secretaria. Cerri integra o Conselho de Administração, atua no corpo clínico e chefia a área de radiologia do hospital*

novembro de 2002 e encerrada em 2006, que coincidiu com o primeiro período em que exerceu a direção da Faculdade de Medicina. Permaneceu como membro do colegiado de 2007 a 2010, quando, ao eleger-se novamente diretor da Faculdade, foi mais uma vez guindado à presidência do Conselho Curador. Saiu para assumir a Secretaria da Saúde.

Uma longa permanência portanto, na qual foram firmados pela fundação privada contratos que, à frente da Secretaria, Cerri administrará agora como responsável pela contraparte. Cabe atentar para a escala de valores envolvidos: somente o contrato de gestão do Instituto do Câncer (Icesp), firmado pela FFM com a Secretaria em dezembro de 2008, acarreta a transferência de R\$ 1,134 bilhão para a fundação privada, até dezembro de 2013. O representante da FFM pe-

Outro aspecto digno de nota é que a FFM paga remuneração adicional para médicos e funcionários do HCFMUSP, quebrando a isonomia salarial que existe relativamente ao restante da USP e na saúde pública. O esquema é descrito assim pelo próprio Cerri, em entrevista concedida à revista *Ser Médico*, do Conselho Regional de Medicina (edição 39, abril-junho de 2007), quando convidado a discorrer sobre “o papel” da FFM e da Fundação Zerbini: “Ambas desenvolvem papéis essenciais baseados em dois princípios: a gestão das verbas do SUS e a captação de recursos para possibilitar a complementação salarial dos funcionários, de forma que eles permaneçam na instituição e não sejam apenas ali treinados para trabalhar em outro lugar. E esse papel, as fundações fazem muito bem”. Em seguida, afirma: “Através delas, os pesquisadores recebem uma com-

plementação salarial proporcional aos resultados do trabalho”.

Uma extensa e detalhada tabela de “premiação por desempenho”, instituída pela Faculdade de Medicina para orientar a complementação salarial paga pela FFM, foi publicada na edição 24 da *Revista Adusp*, de dezembro de 2001 ([http://www.adusp.org.br/files/revistas/24/p67\\_72.PDF](http://www.adusp.org.br/files/revistas/24/p67_72.PDF)). Naquele momento, há doze anos portanto, a FFM pagava R\$ 4.000 para um grupo de 21 docentes que obtinham maior pontuação na tabela; R\$ 2.500 para os 26 seguintes; e R\$ 1.500 para outros 26, o que totalizava R\$ 188 mil por mês, ou R\$ 2,256 milhões por ano, apenas para este grupo de 76 docentes em regime de dedicação integral (RDIDP) melhor pontuados. Um dos beneficiários da tabela é o próprio Cerri, graças aos altos cargos ocupados por ele.

Igualmente comprometedor é a relação do secretário com o Hospital Sírio-Libanês, que mantém a OSS Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês. Em dezembro de 2012, a página eletrônica do Sírio-Libanês celebrou o fato de que “Prof. Giovanni Cerri é eleito membro honorário da Radiological Society of North America”. O corpo da notícia informa que Cerri, “secretário de Estado da Saúde de São Paulo e integrante do Conselho de Administração do Hospital Sírio-Libanês, foi escolhido membro honorário da Radiological Society of North America (RSNA)”. Acrescenta que esse título, “entregue durante o congresso anual da entidade, em 26 de novembro, reconhece as importantes contribuições” do médico para o desenvolvimento da



radiologia. “Foi a segunda vez que um brasileiro recebeu essa honraria. No hospital, o prof. Giovanni é também membro do corpo clínico e responsável pela área de radiologia geral no Centro de Diagnósticos” (vide <http://www.hospitalsiriolibanes.org.br/Informes/2012/12%20-%20Dezembro/14-12-12/prof-giovannicerri.html>).

A página digital da FFM (<http://extranet.ffm.br/saladeimprensa21/releasehome/DrGiovanniCerriNovo-DiretorFMUSP.ashx>) confirma que, em fins de 2010, Cerri era “coordenador do Centro de Diagnóstico por Imagem do Hospital Sírio-Libanês”, cargo que em tese não poderia exercer, pois desde 2002 trabalha na USP em RDIDP, como informa seu próprio currículo Lattes, atualizado em 9/4/2012.

Ocorre que o Sírio-Libanês passou a administrar, em janeiro de 2012, duas unidades de saúde estaduais, uma vez que a gestão do Hospital-Geral do Grajaú e do AME Interlagos foi transferida para a OSS Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês. Reportagem da *Folha de S. Paulo* informa que o Sírio receberá cerca de R\$ 115 milhões anuais do governo estadual. Além dos novos contratos, a OSS Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês é também encarregada da Unidade de Reabilitação Lucy Montoro, em Mogi Mirim.

Ao firmar, autorizar ou permitir os novos contratos, Cerri incorreu em claro conflito de interesses, pois representava ambas as partes, como secretário estadual de Saúde e como membro do Conselho de Administração do Sírio-Libanês.

***Entre agosto de 2009 e novembro de 2010, Cerri integrou o Conselho de Administração do grupo DASA, um dos maiores conglomerados de medicina de diagnóstico do país, controlador dos laboratórios Lavoisier e Delboni Auriemo.***

***O secretário possui três empresas de medicina, entre elas a Medcer Diagnósticos por Imagem***

Por muito menos, a atuação simultânea nas frentes pública e privada de um mesmo setor já resultou em demissão no governo estadual. Foi o que ocorreu com o sociólogo Túlio Kahn, afastado da chefia da Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, em 2011, após denúncia do jornal *Folha de S. Paulo*, que o acusou de utilizar o acesso a dados sigilosos da pasta para favorecer sua própria empresa do ramo, a Angra Consultoria.

Após o afastamento de Kahn, Alckmin declarou à rádio Jovem Pan: “Ele fez um bom trabalho nessa área de estatísticas, de interpretação dos índices de segurança de São Paulo. É um profissional competente. Mas essa atividade empresarial dele é incompatível com o

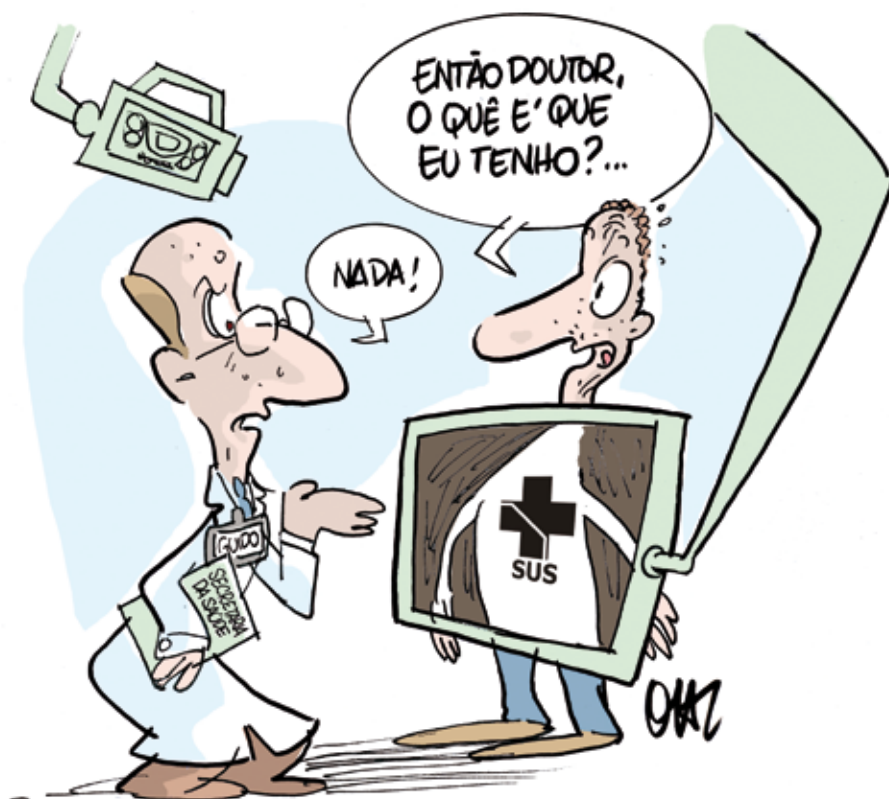
cargo que ocupa. Então, será substituído hoje de suas funções”.

Cerri é, também, próximo de um dos maiores conglomerados do mercado de medicina de diagnóstico do Brasil, o grupo DASA, Diagnósticos da América S.A, que atua no setor público via terceirizações. A DASA detém atualmente 25 marcas distintas, como os laboratórios Lavoisier e Delboni Auriemo. Mas sua atuação é ainda maior, já que, além das unidades próprias, ela presta serviços de apoio para cerca de 4.000 laboratórios.

Ao adquirir o CientíficaLab em julho de 2007, a DASA iniciou sua prestação de serviços para o setor público de saúde, “mercado no qual ainda não atuava e que passou a representar uma nova frente de crescimento dentro do plano estratégico da empresa”, segundo informa a própria companhia. Em dezembro de 2011, o CientíficaLab atendia 619 pontos de coleta, entre hospitais e rede ambulatorial, em 30 clientes públicos nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e Tocantins.

A companhia de capital aberto, em comunicado ao mercado, informou aos seus acionistas, em agosto de 2009, a integração de Cerri no seu Conselho de Administração, cargo que ocupou até renunciar em novembro de 2010. O Conselho é responsável por deliberações estratégicas da empresa, como a nomeação de presidentes, e aos conselheiros só é permitido um tipo de vínculo com a DASA: a participação acionária.

Atualmente Cerri possui três empresas registradas na Junta Co-



mercial de São Paulo. A Medcer Diagnósticos por Imagem, aberta em 2007, atua no setor de diagnóstico e consultas e tem como sede um edifício empresarial no Itaim Bibi, bairro nobre de São Paulo. Nesse mesmo local a *Revista Adusp* encontrou outra empresa, a Imeg Administração de Consultórios Ltda, que apresenta como proprietários professores da Faculdade de Medicina da USP, entre eles o secretário estadual da Saúde.

São de sua propriedade, ainda, a Cerri Serviços Médicos Ltda; e a Menezes e Cerri Serviços Médicos Ltda, ambas com sede no mesmo endereço de residência do secretário em outro bairro nobre de São Paulo, a Cidade Jardim.

***“É lógico que há conflito de interesses, não vejo isso com bons olhos. Da mesma forma que um secretário da Fazenda tem que abdicar do cargo de diretor de um banco, de uma grande financeira, na Saúde não pode ser diferente”, opina o professor Franchini Ramires, do InCor***

A reportagem solicitou à Secretaria de Saúde informações sobre as empresas de Cerri, bem como entrevista com o secretário, porém não foi atendida até o fechamento desta edição. Não foram encontradas páginas eletrônicas ou informações públicas sobre qualquer uma das empresas.

As ligações de Cerri no setor privado são vistas por alguns atores da saúde pública como evidente conflito de interesses, enquanto outros são mais cautelosos. “Isso é uma questão de foro íntimo, não posso traçar regras e normas comportamentais para o secretário. Mas, se eu fosse detentor das duas funções, deixaria uma delas”, comenta Cid Carvalhaes, presidente do Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp).

Já para Paulo Spina, integrante do Fórum Popular de Saúde de São Paulo, certamente há “um conflito de interesses enorme, porque ele está transferindo diversos recursos para a FFM, que hoje tomou conta da saúde”. “A cada ano cresce exponencialmente o que é investido nas OSS, enquanto o montante investido no SUS diretamente se mantém [estagnado]. A gente vê isso de uma forma muito crítica, não só por conta da Fundação Faculdade de Medicina, mas de todas as outras OSS. Cada organização carrega diferentes conflitos de interesse”, dispara.

O professor José Franchini Ramires, diretor do InCor e ex-diretor da Fundação Zerbini, avalia que Cerri deveria ter deixado seus cargos em entidades privadas para assumir o posto no setor público. “É lógico que há conflito de in-

teresses, não vejo isso com bons olhos. Da mesma forma que um secretário da Fazenda tem que abdicar do cargo de diretor de um banco, de uma grande financeira, na Saúde não pode ser diferente”, opina. “Como secretário da Saúde, ele tem que estar desligado de todas as outras atividades. Fica muito difícil tomar decisão como secretário, sendo membro de uma outra instituição. Por vezes, pode-se precisar tomar uma decisão naquela instituição que contrarie aquilo que se defende na Secretaria de Saúde, ou vice-versa”, justifica.

O fato inegável é que a privatização de serviços e unidades públicas de saúde por intermédio da entrega de seu controle às OSS, em São Paulo, vêm se ampliando nos últimos anos, e particularmente no decorrer da gestão Alckmin-Cerri, na contra-mão do coro de setores que condenam o modelo. Somente por contratos de gestão, o governo estadual informa manter 37 hospitais, 38 ambulatórios, um centro de referência, duas farmácias e três laboratórios de análises clínicas administrados por OSS. São hospitais, Ambulatórios Médicos de Especialidade (AME), Centro de Referência do Idoso (CRI), Centros de Reabilitação da Rede Lucy Montoro, Centros Estaduais de Análises Clínicas (Ceac), Serviços de Diagnóstico por Imagem (Sedi), Centro de Armazenamento e Distribuição de Insumos de Saúde (Ceadis) e Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde (Cross).

Daniel Garcia



Professor Franchini Ramires

***O montante de recursos que a Secretaria da Saúde destina às OSS só cresce. As despesas pagas subiram de R\$ 2,90 bi, em 2010, para R\$ 3,26 bi em 2011, e R\$ 3,53 bi em 2012.***

***Para 2013, a previsão é de R\$ 3,93 bilhões***

Um professor da Faculdade de Medicina da USP, que prefere não se identificar por receio de sofrer retaliações internas, considera que é inegável o enfraquecimento da saúde pública em São Paulo na gestão de Cerri, mesmo se comparado ao seu antecessor, o sanitarista Barradas Barata, também tucano. Para ele, Cerri é uma espécie de “síndico do setor privado” e sua nomeação, portanto, é representativa.

“Há uma grande diferença de uma gestão para a outra. O Cerri é um empresário da radiologia, sócio de ‘ene’ clínicas e sempre atuou no setor priva-

do concomitantemente com sua carreira de professor. Já o Barradas tinha outra trajetória, era médico sanitarista, com formação em medicina social pela Santa Casa. Isso significa que ele tinha maior conhecimento técnico e compromisso com o SUS”, compara.

Quando faleceu, em 2010, Barradas foi substituído temporariamente por Nilson Ferraz Paschoa até a nomeação de Cerri, em 2011. Embora Barradas tivesse cedido a algumas práticas privatistas do PSDB, ele mantinha um diálogo maior com os atores de saúde defensores do SUS e, na prática, resistiu de alguma forma a medidas mais extremas, “como a privatização do Instituto Emílio Ribas e a entrega de 25% do SUS para planos de saúde, que o Cerri entrou para defender e só não implementou porque o governo foi barrado na justiça”, cita a fonte.

Por repetidas vezes, Cerri defendeu a LC 1.131/2010, declarando apoio a ela já na cerimônia de sua posse em 2011, no auge da polêmica. De lá para cá, o montante de recursos destinado pela Secretaria da Saúde a atendimento médico e hospitalar realizado por OSS só cresce. As despesas pagas subiram de R\$ 2,90 bilhões, em 2010, para R\$ 3,26 bilhões em 2011, e R\$ 3,53 bilhões em 2012 — conforme consulta de despesa da Secretaria com ação 48520000, no Portal da Transparência do Estado. Para 2013, a previsão é de novo aumento, uma vez que a dotação inicial de despesas da pasta está em R\$ 3,93 bilhões. Se concretizado o repasse nesse valor, o aumento na destinação de recursos às OSS, de 2010 (ano anterior à entrada de Cerri) para 2013, será de 35,5%.



## LIMINAR BRECA ENTREGA DE 25% DOS LEITOS SUS A CONVÊNIOS, NAS UNIDADES GERIDAS POR OSS

O modelo inaugurado com as “Organizações Sociais de Saúde” se tornou uma forma de burlar a Constituição Federal, pois esta define que a saúde, enquanto setor essencial, deve ser totalmente pública, e veta a transferência de propriedade do Estado para o setor privado. Em São Paulo, decidido a ampliar a entrada do setor privado no SUS, o governo estadual implementou uma série de medidas para “flexibilizar” a regulamentação da saúde, ações sempre apoiadas por sua bancada majoritária na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), conforme mostrou a edição 51 da *Revista Adusp*.

A investida mais recente de privatização do sistema aconteceu no final de 2010. Nos últimos dias de seu mandato, Alberto Goldman, vice-governador que assumiu quando José Serra deixou o cargo para disputar a eleição presidencial em 2010, apresentou um Projeto de Lei Complementar que retomava um dispositivo vetado por seu próprio antecessor alguns anos antes: destinar até 25% da capacidade operacional total de uma unidade do SUS a particulares e usuários de planos de saúde.

Aprovada pela Alesp de forma bastante apressada, a LC 1.131/2010 foi publicada no *Diário Oficial do Estado* em 28 de dezembro (leia a íntegra ao final deste texto). Desde então, mais de trinta entidades buscam derrubá-la na justiça, com apoio do Ministério Público do Estado (MPE), que entrou com uma Ação Civil Pública contra o Estado de São Paulo, questionando a LC 1.131/2010 e seu decreto regulamentar.

A LC 1.131/2010 abriu uma exceção no “atendimento exclusivo aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS e usuários do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPE”, previsto pela LC 846, de 1998, que dispõe sobre a qualificação de entidades como “Organizações

Sociais de Saúde”. A LC 1.131/2010 determinou que unidades de saúde que sejam as únicas detentoras “de mais de 50% da oferta de serviços de saúde na sua região”, ou que prestem “serviços de saúde especializados e de alta complexidade”, poderão “ofertar seus serviços a pacientes particulares ou usuários de planos de saúde privados, somente quando esta situação estiver prevista em seu respectivo contrato de gestão, sem prejuízos ao atendimento do SUS”, até o limite de 25% de sua capacidade operacional total.

Enquanto o governo paulista se defende com a esdrúxula alegação de que a lei garantiria o ressarcimento do SUS pelos planos de saúde, uma vez que os clientes destes já vêm utilizando o sistema público, os setores que se mobilizam contra a lei afirmam que ela fere princípios do sistema, como o da gratuidade e equidade, uma vez que permite a cobrança e pode gerar diferenciação no atendimento de quem pagará para ser atendido (como já acontece no InCor, por exemplo).

No embate, até aqui, o MPE acumula vitórias: a lei está impedida de ser implementada por uma liminar de primeira instância que, em seguida, o Tribunal de Justiça (TJ-SP) manteve, negando recurso do governo Alckmin, e que deve valer até que haja uma sentença de mérito sobre sua legalidade, o que pode demorar anos. Desse modo, a implementação imediata da lei pelo governo paulista está vetada.

De acordo com o promotor Arthur Pinto Filho, um dos responsáveis pela ação, a LC 1.131/2010 causaria enorme prejuízo para a saúde pública do Estado, além de ferir princípios consagrados no SUS e, por isso, o MPE seguirá empenhado em impedir sua implementação. O promotor está confiante numa vitória definitiva na justiça.

## LEI COMPLEMENTAR 1.131/2010

Altera a Lei Complementar nº 846, de 4 de junho de 1998, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei complementar:

Artigo 1º - O artigo 8º da Lei Complementar nº 846, de 4 de junho de 1998, passa a vigorar com a redação que segue:

“Artigo 8º - .....

IV - atendimento exclusivo aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS e usuários do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPE, no caso das organizações sociais da saúde, exceto quando:

a) a unidade de saúde for única detentora de mais de 50% (cinquenta por cento) da oferta de serviços de saúde na sua região de inserção;

b) a unidade de saúde prestar serviços de saúde especializados e de alta complexidade.

§ 1º - Nos casos previstos nas alíneas “a” e “b” do inciso IV deste artigo, a unidade de saúde poderá ofertar seus serviços a pacientes particulares ou usuários de planos de saúde privados, somente quando esta situação estiver prevista em seu respectivo contrato de gestão, sem prejuízos ao atendimento do SUS, em quantitativo de, no máximo, 25% (vinte e cinco por cento) de sua capacidade operacional total.

§ 2º - Caberá à Secretaria da Saúde a definição das unidades que poderão ofertar seus serviços a pacientes particulares ou usuários de planos de saúde privados, obedecidos os requisitos de que tratam as alíneas “a” e “b” do inciso IV deste artigo, bem como o estabelecimento das demais condições em que se dará o atendimento em questão, que deverão constar do respectivo contrato de gestão.

§ 3º - O contrato de gestão deverá assegurar tratamento igualitário entre os usuários do Sistema SUS e do IAMSPE e os pacientes particulares ou usuários de planos de saúde privados.

§ 4º - O Secretário de Estado competente deverá definir as demais cláusulas necessárias dos contratos de gestão de que for signatário.” (NR)

Artigo 2º - Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 27 de dezembro de 2010

ALBERTO GOLDMAN

Nilson Ferraz Paschoa

Secretário da Saúde

Luiz Antônio Guimarães Marrey

Secretário-Chefe da Casa Civil

# IMUNE ÀS DENÚNCIAS, FFM EXPANDE SEU PODER NA SAÚDE PÚBLICA DE SP

Débora Prado e Tatiana Merlino  
Jornalistas

Daniel Garcia



Porta de entrada do Hospital Emílio Ribas, na capital paulista



*A Fundação Faculdade de Medicina está prestes a ampliar seu controle sobre o Instituto de Infectologia Emílio Ribas, fazendo aumentar o temor dos funcionários de que se agrave a situação de quase abandono vivida pelo hospital desde que essa OSS assumiu a gestão, em 2009. Denúncias de irregularidades resultaram em inquérito policial e representação ao MPE. Por outro lado, “Projeto Região Oeste”, na rede municipal de São Paulo, revela práticas de assédio moral e desvio de função*

*Março de 2010.* Usando um vestido brilhante e curto, sandálias de salto e cabelo preso, a apresentadora Adriane Galisteu posa para uma fotografia ao lado de seu namorado, Alexandre Iódice, empresário de moda. Ela é a organizadora da noite beneficente “Dançando pela vida”, realizada em prol do Instituto de Infectologia Emílio Ribas, em São Paulo. O evento, que conta com a presença de figuras da alta sociedade paulistana, ocorre no Teatro Alfa, localizado no hotel Transamérica. “Prestigiando o engajamento de Adriane, estava o charmoso casal Teresa (51) e David Uip (57), médico responsável pelo Instituto, receptor do lucro com a venda dos ingressos”, informaria matéria sobre o evento, publicada na revista *Caras*, edição de abril de 2010.

O evento é uma continuação da campanha “A Cara da Vida”, lançada por Adriana, em parceria com o namorado, no final de 2009, no elegante restaurante A Bela Sintra, para arrecadar fundos para o Emílio Ribas, hospital público que trabalha na prevenção e no tratamento de HIV e outras infecções. A campanha consistia na venda de camisetas, no valor de R\$ 49,90, cuja renda seria revertida para o hospital. Na ocasião, a apresentadora dizia aos convidados: “Ninguém sai daqui sem doar, tem de colocar o cheque na urna e depois é só escolher a camiseta”.

*Agosto de 2010.* Depois das camisetas, é a vez dos livros. Um jantar beneficente organizado num dos restaurantes mais caros de São Paulo, o Figueira Rubayat, é a ocasião escolhida para o lançamento de um

livro sobre a história do Instituto de Infectologia. O preço de cada exemplar do livro: R\$ 70. O diretor do Emílio Ribas e anfitrião do jantar, David Uip, recebe convidados ilustres, pessoas como o empresário Joseph Safra. De acordo com matérias publicadas à época, o objetivo do lançamento é arrecadar R\$ 30 milhões para compra de materiais, reformas, restaurações no Instituto.

*Março de 2013.* Na avaliação de quem toca o instituto no dia a dia, algo nas campanhas falhou, apesar do *glamour* usado para atrair doações do *high society*. Isso porque, passados vários anos, não houve até hoje prestação de contas quanto ao valor arrecadado, tampouco investimentos visíveis no hospital. A denúncia parte do médico Ednilson Eduardo Calore, que trabalha no Emílio Ribas desde 1994, e de



David Uip, diretor do Emílio Ribas

outros funcionários, que preferem não se identificar por receio de sofrerem retaliações.

O médico patologista Calore tornou pública sua desconfiança em relação ao dinheiro arrecadado: em 2010, denunciou o caso ao Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo (SindSaúde), o qual ingressou posteriormente com uma representação no Ministério Público Estadual; e pediu esclarecimentos à Secretaria de Saúde sobre a suposta doação de fundos ao Emílio Ribas. “Não sabemos quanto arrecadaram. E nem onde está esse dinheiro”, questiona o médico (vide entrevista na p. 36).

A Secretaria de Saúde colheu depoimento de Calore a respeito de suas suspeitas e pedidos de esclarecimentos, em 2011, mas até hoje ele não teve notícias do andamento ou da eventual conclusão da apuração. Suas denúncias, no entanto, resultaram num inquérito policial, cuja responsabilidade é da 3ª Delega-

cia Seccional de Polícia. “Estamos aguardando apenas a expedição da perícia contábil para fazermos nossa conclusão”, disse à *Revista Adusp* o delegado titular do 14º Distrito Policial, Marco Antônio Bernardo, responsável pelo caso. “Se constarmos que houve fraude, o caso irá para o Judiciário”, informou.

***Desde que a FFM passou a administrar o Emílio Ribas, em 2009, tudo piorou no hospital, segundo diversos relatos de funcionários. Faltam materiais básicos, há equipamentos em mal estado, o setor de necrópsia está fechado, a manutenção é precária***

A suspeita de irregularidade financeira, porém, não é o que mais preocupa os funcionários do Emílio Ribas no momento. Há um clima geral de insatisfação com a situação dos últimos quatro anos, desde que a Secretaria de Estado da Saúde firmou um convênio com a Fundação Faculdade de Medicina (FFM), mediante o qual a entidade privada passou a gerir o hospital público. Denúncias e críticas por parte dos funcionários apontam que até hoje a parceria trouxe apenas problemas.

“Quando o convênio foi firmado, muitos achavam que as coisas iriam melhorar, já que eles alegavam que as contratações seriam mais rápidas, que iriam trocar equipamentos, que haveria mais material, que o prédio seria reformado. Passados três anos, o gerenciamento piorou. Em quinze anos de casa nunca vi a instituição desse jeito”, relata uma funcionária. Ela e outros trabalhadores que, por temerem represálias, também pediram para falar em *off*, acusam a direção do hospital de ter aceitado o convênio, em 2009, com a condição de que sua equipe de confiança fosse recompensada financeiramente.

Aparentemente, a acusação tem um fundamento concreto. A reportagem teve acesso ao holerite do diretor técnico do hospital, servidor público estadual com o salário bruto de R\$ 7.226,15, que também é remunerado pela FFM pelo mesmo cargo. Pela FFM, ele recebia, em 2010, um salário bruto de R\$ 11.550,36. Ou seja, pela mesma função exercida no hospital Emílio Ribas ele faz jus a duas remunerações: uma do Estado, outra da fundação privada.

“Aqui virou a farra da Fundação Faculdade de Medicina”, afirma outra funcionária do hospital, que menciona suspeitas de que uma parte do quadro de pessoal do Emílio Ribas receba pagamento tanto do Estado quanto da FFM. Entre as queixas dos funcionários está, precisamente, a diferenciação de salários entre os trabalhadores concursados e os contratados pela fundação. “Eles [contratados pela fundação] chegam a cargos de comando e assediam [moralmente] os funcionários públicos”, afirma o médico Calore. Ele opina que há um desvio de finalidade do contrato existente entre a FFM e o hospital: “A alegação para a parceria era de que ela supriria as necessidades de falta de funcionários, mas, na verdade, eles vieram com a finalidade de expulsar os funcionários públicos concursados”.

Calore critica também o desfinanciamento do hospital: “Hoje falta material, reagente, e o setor de necrópsia foi desativado há mais de um ano sob a alegação de falta de condições de funcionamento. Isso é muito grave”, afirma o médico. “Disseram que o setor de Patologia seria reformado. Até agora não vimos nada”. Os trabalhadores ouvidos pela *Revista Adusp* confirmam que os equipamentos estão defasados, há material vencido, faltam medicamentos e o atendimento piorou. A manutenção do hospital é alvo de críticas. “Quando há problemas na fiação ou no encanamento, eles só fazem ‘gambiarra’, e não uma reforma. E isso porque o dinheiro da fundação vem do próprio governo estadual”, afirma um funcionário.

## TCE-SP DESMENTE SUPOSTA EFICIÊNCIA PRIVADA NA GESTÃO

A Secretaria de Saúde, em sua página na Internet, justifica o fortalecimento das organizações sociais como uma medida que traria melhor custo-benefício para o SUS. “O crescimento vertiginoso dos custos de assistência à saúde tem gerado diversas propostas de mudança na organização de equipamentos de saúde financiados com recursos públicos, e a parceria com OSS aqui relatada é uma alternativa concreta para obtenção de maior qualidade e produtividade com menores custos”, afirma a pasta.

Contudo, aponta para a direção contrária o “Estudo Comparativo entre Gerenciamento da Administração Direta (AD) e das Organizações Sociais de Saúde (OSS) de Hospitais Estaduais Paulistas”, realizado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-SP) em 2011. Conclui que tanto os hospitais da administração direta (AD) como os entregues às OSS apresentam prejuízo, mas atesta que “computados os gastos tributários, [o prejuízo] é menor para os da AD”.

O estudo envolveu os exercícios fiscais de 2008, 2009 e 2010 e comparou o desempenho das OSS e da AD na gestão de unidades. A AD se saiu melhor na maioria dos quesitos. Em síntese, os resultados foram os seguintes:

- **Indicador de Recursos Humanos:** as relações enfermeiro/leito e médico/leito são maiores nos hospitais da AD;
- **Indicador de Qualidade:** a taxa de mortalidade geral é menor nos hospitais da AD;
- **Indicador de Desempenho:** as taxas de ocupação geral dos hospitais das OSS são maiores, em alguns exercícios superiores a 85%, o máximo recomendado pela Organização Mundial de Saúde.
- **Indicador de Eficiência Técnica:** a relação altas/leitos clínica médica é maior para os hospitais da AD.
- **Indicador de Produtividade:** o número de pacientes-dia e a taxa de cirurgia/saída são maiores nos hospitais das OSS, enquanto o total parto/sala é maior nos hospitais da AD.
- Os hospitais das OSS possuem mais serviços especializados terceirizados.
- Tanto os hospitais da AD como os das OSS apresentam prejuízo econômico, contudo, computados os gastos tributários, é menor para os da AD.





TERMO DE RETI-RATIFICAÇÃO nº 01/12  
Processo SES nº 001/0001/001.965/2009

TERMO DE RETI-RATIFICAÇÃO DO CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE ESTADO DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, ATRAVÉS DA FACULDADE DE MEDICINA, O HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – HCFMUSP E FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA – FFM, VISANTE REGULAMENTAR O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE, ENSINO E PESQUISA NO INSTITUTO DE INFECTOLOGIA “EMÍLIO RIBAS”

Pelo presente instrumento, o ESTADO DE SÃO PAULO, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, com sede nesta cidade na Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar nº 188, neste ato representada pelo seu Secretário de Estado da Saúde, Prof. Dr. Giovanni Guido Cerri, naturalizado brasileiro, casado, médico portador da Cédula de Identidade RG nº 5.169.600, CPF nº 9498.050.458-00, doravante denominada SECRETARIA, pelo Diretor do INSTITUTO DE INFECTOLOGIA “EMÍLIO RIBAS”, Dr. David Everson Uip, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.509.000, CPF nº 791.037.664-53, a UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, autarquia estadual de regime especial, regida por seu Estatuto aprovado pela Resolução nº 3.461, de 07/10/1988 e pelo Regimento Geral aprovado pela Resolução nº 3.745, de 19/10/1990, com sede na Rua da Reitoria, 109 – São Paulo – SP, inscrita no CNPJ sob nº 63.025.530/0001-04, neste ato representada pelo Magnífico Reitor Prof. Dr. João Grandino Rodas, portador do [REDACTED] doravante denominada USP, através da FACULDADE DE MEDICINA, sediada na Avenida Doutor Arnaldo, nº 455 – Cerqueira César, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01246-903, inscrita no CNPJ sob nº 63.025.530/0018-52, neste ato representada por seu Diretor Prof. Dr. Giovanni Guido Cerri, brasileiro, médico, portador do [REDACTED] doravante denominada FMUSP, o HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – HCFMUSP, autarquia estadual de regime especial, nos termos da Lei Complementar nº 1.160, de 09.12.2011, sediada nesta Capital, na Rua Dr. Ovídio Pires de Campos, nº 225, Prédio de Administração, 5º andar, Cerqueira César, CEP 05403-010, inscrita no CNPJ sob o nº 60.448.040/0001-22, representada pelo seu Superintendente, Dr. Marcos Fumio Koyama portador da Cédula de Identidade [REDACTED] doravante denominada HCFMUSP e a FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA – FFM, fundação de direito privado sem fins lucrativos, com sede na Avenida Rebouças, 381, Jardim Paulista, CEP 05401-000, na cidade de São Paulo, Capital, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 56.577.059/0001-00, com inscrição Estadual nº. 112.495.960.114, neste ato representada por seu Diretor Geral Professor

Mínuta- versão 3  
RB

### Termo de Reti-Ratificação amplia controle da FFM

**“Onde está o investimento que a FFM ia fazer aqui?”, questiona provocativamente uma funcionária, fazendo referência aos elevadores desativados, rachaduras em paredes e tetos e situação de quase abandono que a reportagem da Revista Adusp constatou**

A situação observada pela reportagem nos oito andares do hospital é de quase abandono. Há elevadores sem funcionamento, faltam assentos nos vasos sanitários dos quartos, o piso tem vários pedaços descascados, há fios aparentes em tomadas, rachaduras nas paredes e tetos e os parapeitos das janelas do prédio estão tomados por fezes de pombas. “Onde está o investimento que a FFM ia fazer aqui, aonde está indo o dinheiro que o Estado repassa à fundação?”, questiona a funcionária que acompanha a reportagem.

Além dos problemas já existentes, os funcionários estão sob uma

nova ameaça. Sigilosamente, um “termo de reti-ratificação” de convênio firmado em 2009 com a FFM estava prestes a ser aprovado em fevereiro de 2013, aguardando apenas a assinatura do diretor do Instituto de Infectologia, David Everson Uip. No documento, obtido pela *Revista Adusp*, há novas cláusulas, que modificam os termos do convênio.

No item II, consta que “para a execução dos serviços objeto do presente convênio, o Instituto de Infectologia ‘Emílio Ribas’ se responsabilizará por: [...] 3-Respeitar e conduzir de forma equilibrada os convênios envolvendo o Instituto

Doutor Flávio Fava de Moraes, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 2.218.894, CPF nº. 004.953.448-34, doravante denominada FFM, resolvem celebrar o presente Termo, mediante as cláusulas e condições a seguir articuladas.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1. O presente Termo tem por finalidade dar nova redação ao enunciado nos termos da Cláusulas Segunda, itens II e IV, Quinta e Nona do referido Convênio, encartado nos autos do Processo SES nº 001/0001/001.965/2009.

#### CLÁUSULA SEGUNDA DA ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA SEGUNDA DO CONVÊNIO

A Cláusula Segunda, itens II e IV, do Convênio celebrado ente o Estado de São Paulo, por meio intermédio da Secretaria de Estado da Saúde- SES, a Universidade de São Paulo- USP, por sua Faculdade de Medicina da- FMUSP, o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo- HCFMUSP e a Fundação Faculdade de Medicina- FFM, passa a vigorar com a seguinte redação:

#### “II - DO INSTITUTO DE INFECTOLOGIA “EMÍLIO RIBAS”

Para a execução dos serviços objeto do presente CONVÊNIO, o INSTITUTO DE INFECTOLOGIA “EMÍLIO RIBAS” se responsabilizará por:

1. Participar ativamente do desenvolvimento das políticas de assistência à saúde, ensino e pesquisa a serem desenvolvidas e aplicadas na instituição;
2. Fomentar as ações de pesquisa desenvolvidas na instituição;
3. Respeitar e conduzir de forma equilibrada os convênios envolvendo o INSTITUTO DE INFECTOLOGIA “EMÍLIO RIBAS” e instituições parceiras nacionais ou internacionais, públicas, privadas ou organizações não governamentais, garantindo retorno institucional como contrapartida;
4. Implementar e conduzir de forma segura, rápida e eficaz as medidas necessárias para atendimento e controle de surtos epidêmicos de doenças infecciosas, colaborando com as instituições públicas e privadas que requeiram condições para enfrentamento de tais epidemias;
5. Zelar pelo cumprimento das orientações administrativas emanadas pelo HCFMUSP, no que se refere a gestão do INSTITUTO DE INFECTOLOGIA “EMÍLIO RIBAS”

Mínuta- versão 3  
RB

de Infectologia ‘Emílio Ribas’ e instituições parceiras nacionais ou internacionais, públicas, privadas ou organizações não governamentais, garantindo retorno institucional como contrapartida [...] 5- Zelar pelo cumprimento das orientações administrativas emanadas pelo Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo-HCFMUSP”.

Se nos últimos três anos o convênio trouxe problemas para o atendimento e para os trabalhadores, a situação tende a piorar, acreditam os funcionários, já que com a “retiratividade” toda a administração do hospital ficará sob a responsabilidade da FFM. Na prática, o que está em jogo é a terceirização total do instituto, que já conta com vários serviços terceirizados. Na avaliação de funcionários e de uma fonte próxima ao caso que prefere não se identificar, o termo só não foi assinado, até o fechamento desta edição, porque o diretor Uip, que é vinculado à Fundação Zerbiní, não concordaria com a entrega total do poder à FFM.

A situação geral do Emílio Ribas virou alvo de investigação no Ministério Público Estadual de São Paulo (MPE-SP). “Recebemos uma denúncia do SindSaúde recentemente. São centenas de documentos e ali está descrita uma situação muito complexa. Há várias questões muito graves colocadas, que requerem cuidado”, relata o promotor Arthur Pinto Filho, da Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos (Área de Saúde Pública). O primeiro passo do MPE, segundo o promotor, foi pedir esclarecimentos ao Emílio Ribas no

Daniel Garcia



Médico Edenilson Calore

começo do ano, com um prazo de 30 dias. “A partir dos esclarecimentos, poderemos seguir com a questão, por hora temos um relato unilateral”, pontua o promotor, que promete acompanhar o caso de perto, mas prefere não opinar ainda sobre as irregularidades apontadas.

A partir dos esclarecimentos o MPE pode pedir uma perícia, ou mesmo envolver outras áreas, como a de Defesa do Patrimônio Público, na condução das investigações. Se comprovada a veracidade das denúncias, elas podem dar origem a uma ação civil pública contra os envolvidos. Até o fechamento desta edição, porém, a Promotoria ainda não havia recebido os esclarecimentos do instituto, e aguardava esse retorno para decidir os próximos passos.

Procurados três vezes pela *Revista Adusp* para que se manifestassem sobre as denúncias, o diretor David Uip e a direção do Emílio Ribas não o fizeram até o fechamento desta edição.

*Graças ao “Projeto Região Oeste”, a FFM passou a gerenciar a rede pública de saúde de toda a zona Oeste da capital paulista, o que inclui o Hospital Universitário da USP. O contrato de gestão permite à FFM a contratação de servidores sem concurso público e a terceirização de serviços*

As críticas à atuação da FFM em equipamentos de saúde pública não são uma exclusividade dos funcionários do Emílio Ribas. Médicos que atuam em unidades da Região Oeste, que também optaram por não se identificar, denunciam a fundação privada por favorecimento de alguns funcionários e perseguição a outros — geralmente, aqueles que não se alinham aos seus interesses.

Em 2008, a Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo e a FFM, juntamente com a Faculdade de Medicina da USP, firmaram contrato para o gerenciamento das ações e serviços de saúde na Microrregião Butantã-Jaguari. Conhecido como “Projeto Região Oeste”, a FFM passou a gerenciar a rede de saúde de toda a área, composta por seis distritos administrativos da zona oeste do município (Butantã, Morumbi, Raposo Tava-

DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO			Código	Quantidade	Descrição	Proventos	Descostos
Matrícula	Período	Folha nº					
711876	02/2012					11.550,36	
Empresa							
Fundação Faculdade de Medicina							
CNPJ							
56.577.059/0001-00							
Nome do beneficiário							
[REDACTED]							
Unidade Adm.	Chefe	Data Dicação					
86450	441	30/09/2011					
Cargo							
DIRETOR TECNICO							
Salário Base							
11.550,36							
DEPAR							
00							
DEPAR							
00							
TOTALIS						11.550,36	2.764,24
LÍQUIDOS:						8.786,12	

BASES	
BASEIR	11.550,36
BASEINSS	11.550,36
BASEFGTS	11.550,36
FGTS	924,03

Portal do Governo Cidadão.SP Investe SP

Destaques:

Home   Tamanho do Texto Contraste Fale Conosco Mapa do Site

Receitas **Gastos** Investimentos Transferências de Recursos Servidores Públicos Organizações Sociais Legislação

### Busca de Servidores Públicos

Nome: [REDACTED]

Órgão: SAUDE

Cargo: DIRETOR TECNICO II

Situação: ATIVOS

1 de 1

REMUNERAÇÃO - Mês de Referência 06 / 2012

NOME	ORGÃO	CARGO	TOTAL BRUTO (R\$)	TOTAL DO MÊS (R\$)	TOTAL LÍQUIDO (R\$)
[REDACTED]	SAUDE	DIRETOR TECNICO II	7.228,15	6.540,55	5.781,86

### Comprovantes de um dos diretores demonstram remuneração dupla

res, Rio Pequeno, Vila Sônia e Jaguaré), cuja população é estimada em 420 mil habitantes.

Para atender a esse contingente, a rede pública instalada é de 14 Unidades Básicas de Saúde (UBS), cinco postos de Assistência Médica Ambulatorial (AMA), um Ambulatório de Especialidades, dois prontos-socorros e um hospital. Os equipamentos se somam ao Hospital Universitário (HU) e ao Hospital das Clínicas (HC), localizados na mesma região.

O contrato de gestão do “Projeto Região Oeste”, entre outros pontos, permite à FFM a contratação de servidores sem concurso público, a terceirização de serviços e até mesmo aplicação de recursos públicos da saúde, repassados à “Organização Social”, no mercado financeiro, “desde que os resultados sejam revertidos, exclusivamente, aos objetos do presente contrato de gestão”.

Na região, a relação com os trabalhadores da saúde também piorou.

“Antes já havia assédio moral, mas, depois da FFM, a ameaça de demissão se tornou um fator constante”, relata uma médica que prefere não se identificar. Outro médico aponta que há dificuldade de negociação com a fundação privada. O Conselho Deliberativo, por exemplo, não tem representantes dos usuários, tampouco dos trabalhadores: é reservado a professores da Faculdade de Medicina e um único representante discente. O Conselho Deliberativo é acusado de ignorar o Conselho Gestor, que, por



lei, é a ferramenta de controle social do SUS e tem composição obrigatória de representantes dos usuários, trabalhadores e gestores.

Ambos também apontam a existência de forte pressão sobre os gerentes de unidades — na maior parte dos casos são enfermeiras que, com a mudança de função, tiveram um aumento salarial. “Com isso, essas enfermeiras não têm como voltar a atuar na enfermagem se quiserem deixar a gerência, pois isso representaria uma redução salarial. Ou seja, ou elas se enquadram ou têm de sair demitidas”, aponta a médica. Várias gerentes viveriam nessa situação estressante por fazer a mediação entre a FFM e os funcionários que atuam no atendimento direto à população, sem a possibilidade de deixar o cargo, e parte delas já apresentou problemas emocionais e de saúde.

***Médicos denunciam que o “Projeto Região Oeste” gerou desvio de função do SUS, pois agora os agentes comunitários de saúde, além de preencher fichas de papel, precisam digitar os mesmos dados em celulares, para atender a uma pesquisa de georreferenciamento cujos autores são professores vinculados à FFM***

Os médicos contam, ainda, que eles mesmos são pressionados para atender às metas que a OSS fecha com a administração pública: “Sempre acontecem pedidos para aumentarmos o que colocamos no papel em relação ao número de atendimentos realizados, sendo que a demanda existe sempre. Então, se nós não cumprimos uma meta, é porque ela não faz sentido na região mesmo”, desabafa a médica. O simples fato de um servidor ser concursado faz dele alvo de pressões. “A intenção velada sempre foi não ter o concursado. Eles diziam que queriam a nossa presença, mas, na prática, criam um ambiente para estimular nossa saída”, acusa o médico.

Ambos entendem que, após firmado contrato da Prefeitura com a FFM, houve um desvio na função do SUS. “Os professores ligados à FFM começaram a ver a região como um grande centro de pesquisa, começaram a ‘chover’ projetos depois do Projeto Região Oeste, alguns sem passar pela Comissão de Ética”, denuncia o médico. Como exemplo, eles citam um projeto de georreferenciamento instalado na região. O “GeoHealth Web: Uma Ferramenta para Mineração de Dados da Atenção Primária” é assinado por João Henrique Gonçalves de Sá (do Projeto Região Oeste), Marina de Sá Rebelo (Departamento de Informática em Saúde, Unifesp), Alexandra Brentani (Faculdade de Medicina da USP e ex-diretora do Região Oeste), Sandra Grisi (Faculdade de Medicina, diretora do HU e coordenadora do projeto

Região Oeste) e Marco Antonio Gutierrez (InCor).

O projeto aponta que dentre os sistemas de informação da saúde pública, o Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB) é a forma de registro das informações coletadas pelas Equipes do Saúde da Família, atualmente efetuado em fichas de papel, durante as visitas domiciliares realizadas por um agente comunitário de saúde. A ideia do projeto é utilizar *smartphones* com capacidade de acesso à Internet e localização via GPS para preenchimento, transmissão e consulta de fichas do SIAB.

Para tal, a região Oeste foi o local de teste. O projeto afirma: “O sistema GeoHealth tem sido utilizado pelas Equipes de Saúde da Família (ACS, enfermeiros e médicos), gerentes de Unidades Básicas de Saúde (UBS) e coordenadores de PSF que integram o Projeto Região Oeste”.

Embora a pesquisa científica seja importante, o uso dos agentes comunitários na pesquisa acadêmica pode comprometer sua função principal de atendimento no SUS, fator que se torna ainda mais preocupante quando levado em conta o déficit de funcionários para atendimento da população na saúde pública.

“Os agentes estão tendo trabalho dobrado, fazem a ficha no papel e no celular. E, quando nós solicitamos os dados digitais, eles nos são negados”, critica o médico, que aponta ainda o apoio de empresas para a pesquisa. Entre os agradecimentos assinalados no projeto constam, de fato, além da



FFM e Fundação Zerbini, companhias como a TIM Celular, Ericsson Suécia e Motorola Inc.

*Além dos arranjos com a Prefeitura de São Paulo, a FFM firmou dois importantes contratos de gestão com a Saúde estadual, relativos ao Instituto do Câncer (2008) e ao Instituto de Reabilitação Lucy Montoro (2010), nos quais a fundação assume a nova feição de “Organização Social de Saúde”*

A partir da sua qualificação como OSS, além do Projeto Região Oeste a FFM firmou outros dois contratos com a Prefeitura de São Paulo: em 2010, um deles passou para a FFM a gestão do Pronto Socorro Municipal da Lapa (Professor João Catarin Mezomo), e outro a gestão do Pronto Socorro Municipal do Butantã (Professor Dr. Caetano Virgílio Neto). Outros dois contratos de gestão foram firmados ainda com a Secretaria de Estado da Saúde: um para o Instituto do Câncer do Estado de São Paulo “Octavio Frias de Oliveira” (Icesp), em 2008, e outro para o Instituto de Reabilitação Lucy Montoro (IRLM), em 2010.

A expansão desmedida do raio de ação da fundação privada, em sua nova feição de “Organização Social de Saúde”, tem sido alvo de críticas de quem atua na saúde pública. “A FFM não foi feita para dar assistência num primeiro momento. Foi feita para ensinar. A parte que deveria ser direcionada à pesquisa, formação especializada e magistério deixa a desejar, ao passo que a Faculdade de Medicina e o HC perdem sua função especialmente de ensino. Isso é horrível e desastroso, há uma fuga de objetivos que seguramente não vai ser muito benéfica para a população”, analisa Cid Carvalhaes, presidente do Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp).

“A lógica não é a do bem público, do máximo de saúde para o usuário, mas sim, muitas vezes, de interesses lucrativos”, avalia Paulo Spina, do Fórum Popular de Saúde de São Paulo. “Apesar de as OSS serem ditas sem fins lucrativos, elas são associadas a outras entidades, conglomerados hospitalares ou setor farmacêutico, que têm interesses diversos e que nem sempre correspondem aos do usuário da saúde”.

Até mesmo o professor José Franchini Ramires, do InCor, favorável à atuação das fundações privadas ditas “de apoio”, acha complicada a entrega total da gestão da saúde pública a uma OSS, como ocorre com a FFM no Projeto Região Oeste: “As fundações ligadas à USP são de apoio àquilo que já existe, não são gestoras. Eu não sou contra as fundações, nem posso ser, só

acho que a Universidade tem que saber qual é o real papel que ela quer desempenhar. Uma coisa é apoiar, outra coisa é substituir”, pontua o ex-diretor da Fundação Zerbini, destituído do cargo de diretor do InCor em 2005, por iniciativa do grupo de Guido Cerri, então presidente do Conselho Deliberativo do HCFMUSP (vide *Revista Adusp* 36, p. 90).

No entender de Ramires, a grande questão em torno das OSS é a entrega total das unidades. “A questão não é se as OSS devem ou não existir, e sim qual é o papel delas. Se o governante está querendo repassar responsabilidades ou até conquistar facilidades de gestão que ele não tem, e coloca uma Organização Social para fazer o que ele não consegue, ela está substituindo o Estado”, diz.

A substituição, diz o professor, é negativa, pois as fundações têm limites que o Estado não tem. “Como a verba fixa, por exemplo, que pode estimular um atraso no atendimento. Ela não pode gastar tudo o que tem em 15 dias e depois fechar as portas”, aponta Ramires. Também na sua avaliação, a OSS não aborda a questão da saúde de forma integrada como o Estado, pois seu olhar volta-se prioritariamente para a sua região, as metas e a verba que tem à mão. “Isso pode gerar casos, por exemplo, de chegar um paciente com um quadro mais complicado numa determinada unidade e uma OSS mandar jogar em outra região, passar o problema adiante”, adverte.

# “EMÍLIO RIBAS ESTÁ SUCATEADO”

*O médico Edenilson Calore, autor de denúncias e protestos contra abandono do hospital, foi punido e perdeu cargo de chefia*

Médico concursado do Instituto de Infectologia Emílio Ribas, chefe, à época, do Setor de Patologia, Edenilson Eduardo Calore não se iludiu com a promessa de eficiência e melhor qualidade do atendimento, quando, em 2009, o hospital firmou um convênio com a Fundação Faculdade de Medicina (FFM). Depois de algum tempo passou a denunciar contratações indevidas e o sucateamento da Patologia: “Foi o motivo pelo qual eu perdi meu cargo, pelo qual eu sou perseguido”.

Defensor da saúde pública, Calore acredita que o interesse da FFM no Emílio Ribas é político: “Faz parte de uma tentativa de sucateamento do serviço público de uma forma geral, para a privatização. Essa é a visão do PSDB. Ela é clara, explícita. A técnica utilizada é sucatear o serviço público, introduzir outras formas aparentemente mais eficazes, fazer publicidade e vender essa imagem de que houve uma melhora com a privatização ou terceirização”.

Publicar a seguir os principais trechos de entrevista concedida à *Revista Adusp* por Calore, na qual ele detalha os problemas vividos pelo hospital.

## Promessa

“É preciso esclarecer que a FFM é uma empresa privada. É como se eu abrisse uma empresa, pegasse um CNPJ, recebesse dinheiro da Secretaria



ria da Saúde, que é um órgão público, e o repassasse. Esse convênio firmado entre Emílio Ribas, FFM e Faculdade de Medicina da USP se iniciou em 2009, e nessa ocasião a proposta era de que a parceria funcionasse como uma forma de suplementação de funcionários, devido às dificuldades que havia em relação a novas contratações via concursos. E também o discurso de que haveria uma melhora na qualidade do atendimento aos pacientes. Foi a alegação da época, a partir de uma promessa do doutor David Uip, de que haveria um aditivo no salário, que seria repassado pela FFM.

Ele alegava que seria um sistema similar ao que ocorre no InCor. Mas esse dinheiro é do Estado, repassado para a FFM, que então repassaria dinheiro aos funcionários, o que nunca ocorreu. Na verdade, o que ocorreu foram contratações desnecessárias

em vários setores. Porém, como os funcionários tinham um salário baixo, na época o anúncio foi bastante convidativo. Já os médicos tinham outros interesses, como os projetos de pesquisa das indústrias farmacêuticas, que geram milhares de dólares para as contas bancárias de alguns deles.

Hoje em dia temos falta de medicamentos, os elevadores do Emílio Ribas estão permanentemente quebrados, há falta de manutenção do prédio. Há dias em que nenhum dos elevadores funciona”.

## Favorecimentos

“Os médicos contratados pela FFM ganham mais do que o dobro para exercer a mesma função que os concursados, embora tenham títulos diferentes. No setor de Patologia há uma médica contratada pela FFM. Ela recebe mais de R\$

6 mil, com a justificativa de que teria um cargo de coordenadoria, enquanto um médico lá recebe por volta de R\$ 2 mil. Inventava-se um cargo de coordenadoria para tentar disfarçar o fato de que ela é uma médica patologista simplesmente.

Os funcionários da FFM são extremamente favorecidos, porque foram indicados pelo próprio David Uip. São pessoas de sua confiança, de seu conhecimento pessoal. Lembre-se que a Constituição Federal permite a contratação de funcionários não concursados dentro de um determinado limite, que sejam chefes de seção, diretores. Esses podem ser contratados, mas em número limitado.

Essas pessoas foram contratadas por uma fundação privada e, legalmente, não têm essa prerrogativa, não têm nem respaldo para estar lá. De acordo com o artigo 37 da Constituição, para ingressar no serviço público é necessário ser concursado e essas pessoas não são. Elas são indicadas por clientelismo”.

### **Sucateamento**

“No final de agosto de 2010 comecei a questionar a situação da Patologia. Estávamos com aparelhos ruins, precisando de manutenção, de troca. Fiz uma solicitação para a reposição de equipamento, como o processador de tecidos de biópsias. Chegamos a perder material biológico, humano. Imagine uma pessoa que faz biópsia de pulmão e o material é perdido durante o processamento técnico, e aí o paciente ter de repetir o exame? Isso aconteceu. Fiz uma reclamação à Secretaria da Saúde, porque a situação estava insustentável. Aí eles intervieram para acertar ou trocar o

aparelho. Mas exceto esse processador de tecidos, nenhum aparelho foi adquirido desde então. E compraram um aparelho inadequado.

Hoje não fazemos mais necrópsia. É um absurdo o Emílio Ribas não fazer mais necrópsia, é um instituto que recebe doenças novas, infecções emergentes. Por causa de estudos de necrópsia, avançamos em muitas das descobertas da abordagem do paciente com HIV, por exemplo.

No Emílio Ribas também criamos a imunohistoquímica, que é uma técnica especial em patologia, que permite fazer diagnósticos precisos de infecções. E hoje em dia não fazemos mais isso no hospital, porque a compra de material para sua realização não é feita. O Emílio Ribas está sucateado. Os casos são enviados para outros locais, como Hospital das Clínicas ou Adolfo Lutz”.

### **Irregularidades**

“Há um inquérito no 14º DP de São Paulo, um relatório encaminhado ao MPE e ao Sindsaúde [Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo]. Esses relatórios solicitam esclarecimentos sobre supostas doações ao Emílio Ribas, além de questionarem onde foi aplicado esse dinheiro. Pergunta para a qual até hoje não obtivemos resposta. Motivo pelo qual eu perdi meu cargo, sou perseguido. Meu último questionamento foi quando encaminhei uma denúncia ao CRM [Conselho Regional de Medicina] a respeito de perseguições aos funcionários efetivos que questionam essas doações. O advogado do David Uip aponta esses questionamentos como falácias”.

### **“Pesquisas”**

“Isso vem acontecendo no Emílio Ribas há décadas, desde que se começou a fazer alguma pesquisa e tentativas de tratamento de pacientes com HIV. Determinados grupos conseguiram se apossar desse filão.

A coisa funciona da seguinte forma: a indústria farmacêutica procura determinados médicos, que já estão habituados a isso ou que já conhecem o meio. Eles não fazem pesquisa alguma, apenas efetuam ordens da indústria. O médico tem de aplicar no paciente um questionário que a indústria manda. Ele tem de administrar a droga, e convencer o paciente a assinar um documento autorizando e dizendo ter pleno conhecimento dos riscos da medicação utilizada; então, ele passa a ser incluído nessa pesquisa. Não sei dizer ao certo quanto recebem. Um dado recente que temos é que em uma determinada pesquisa com HIV o médico responsável recebe cerca de R\$ 50 mil por mês.

Os pacientes do Emílio Ribas são pacientes dos SUS. Recebem medicamentos do SUS, o chamado coquetel, ou as medicações antirretrovirais do SUS. Estão utilizando os pacientes do serviço público para finalidade do setor privado. Por que isso é tão fácil de fazer no Brasil? Porque a legislação permite, é muito flexível. Por que não se faz isso nos EUA? Porque o FDA [Food and Drug Administration, órgão governamental dos Estados Unidos responsável pelo controle de medicamentos e alimentos] ‘cairia de pau’ em cima. Na verdade, faz-se esses testes nos pacientes aqui para, depois, poder aprovar drogas em outros países onde a legislação é mais rígida, como, por exemplo, nos EUA”.

# AMEAÇAS E AGRESSÃO DO CCC A ROCHA BARROS CAUSARAM A SUA MORTE

Luiza Sansão  
Jornalista

Arquivo de família



O professor (de óculos) com a esposa Cristina e amigos

*Na noite de 16 de outubro de 1968, o professor Alberto Moniz da Rocha Barros, da Faculdade de Direito da USP, foi atacado e agredido por integrantes do “Comando de Caça aos Comunistas” (CCC), alunos daquela instituição, que o derrubaram e lhe deram pontapés. Rocha Barros, que já vinha sofrendo ameaças e insultos por suas posições de esquerda, passou a viver em estado de grande tensão e morreu de infarto menos de dois meses depois. Por iniciativa do professor Goffredo Teles, a Congregação da faculdade abriu uma sindicância, cujo resultado jamais foi dado a conhecer*



“Depois de terminada sua aula de Introdução à Ciência do Direito no curso noturno, o professor Alberto Moniz da Rocha Barros saiu da faculdade e atravessou o Largo de São Francisco para comprar um maço de cigarros em um estabelecimento comercial que existia no lado oposto. Ao entrar, dirigiu-se ao caixa. Nesse momento, viu um grupo de alunos se aproximando e ouviu um deles gritar: ‘Professor comunista filho da puta!’. Um deles se aproximou e lhe deu um arrasta-pé. Despreparado como estava, caiu ao chão e sofreu pontapés nas costas, e o grupo saiu, dando risadas. Com grande dificuldade e com a ajuda de algumas pessoas, conseguiu levantar-se, tomou um táxi e foi para casa, onde recebeu atendimento médico”.

É assim que Ovídio Rocha Barros Sandoval, sobrinho do professor Rocha Barros, relata o episódio em que o respeitado professor da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, da Universidade de São Paulo (FD-USP), foi agredido por alunos da instituição, integrantes do grupo paramilitar “Comando de Caça aos Comunistas” (CCC), em 16 de outubro de 1968. Em 9 de dezembro, menos de dois meses após a agressão de que foi vítima, o professor Rocha Barros, então com 59 anos, faleceu.

Nascido em Jaboticabal (SP) em 1909, Alberto Moniz da Rocha Barros terminou o segundo grau na cidade natal e veio viver em São Paulo, onde ingressou em duas faculdades com apenas 14 anos de idade. Assim, em 1927, com meros 18 anos, o filho de Adelaide Aída Moniz de Aragão da Rocha Barros, dona de casa, e

Arquivo da família

**Rocha Barros na São Francisco**

Elias da Rocha Barros, médico, professor da Faculdade de Medicina da Bahia e deputado estadual pelo Partido Republicano Progressista (PRP), formou-se, simultaneamente, em Direito, pela Universidade de São Paulo, e em Filosofia, pela Escolástica de São Bento. Ainda jovem, tornou-se procurador do trabalho do Estado de São Paulo.

Em 1945, casou-se com Maria Emília Mallet, com quem teve três filhos: Alberto Luiz, Elias Mallet e Valdemar Mallet da Rocha Barros. Em 1954, Rocha Barros tornou-se professor da Faculdade de Direito, onde ministrou a disciplina “Introdução à Ciência do Direito” até o fim de sua vida, sendo admirado e querido por alunos e colegas de trabalho. Em 1959, aposentou-se como procurador do Estado.

À sua trajetória profissional, Rocha Barros aliou a militância política. Documento do DOPS de 1939, disponível no Arquivo Público do Estado de São Paulo, registra que ele tinha antecedentes políticos registrados pe-

**Ovídio Sandoval**

la “chefia dos Serviços Reservados” desde 1935. “Foi uma importante liderança do trotskismo no Brasil. Fez parte do grupo dirigente da dissidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e da fundação do Movimento Comunista Internacionalista (MCI)”, lembra o ex-aluno de Rocha Barros e militante José Damião de Lima Trindade, 63, procurador do Estado.

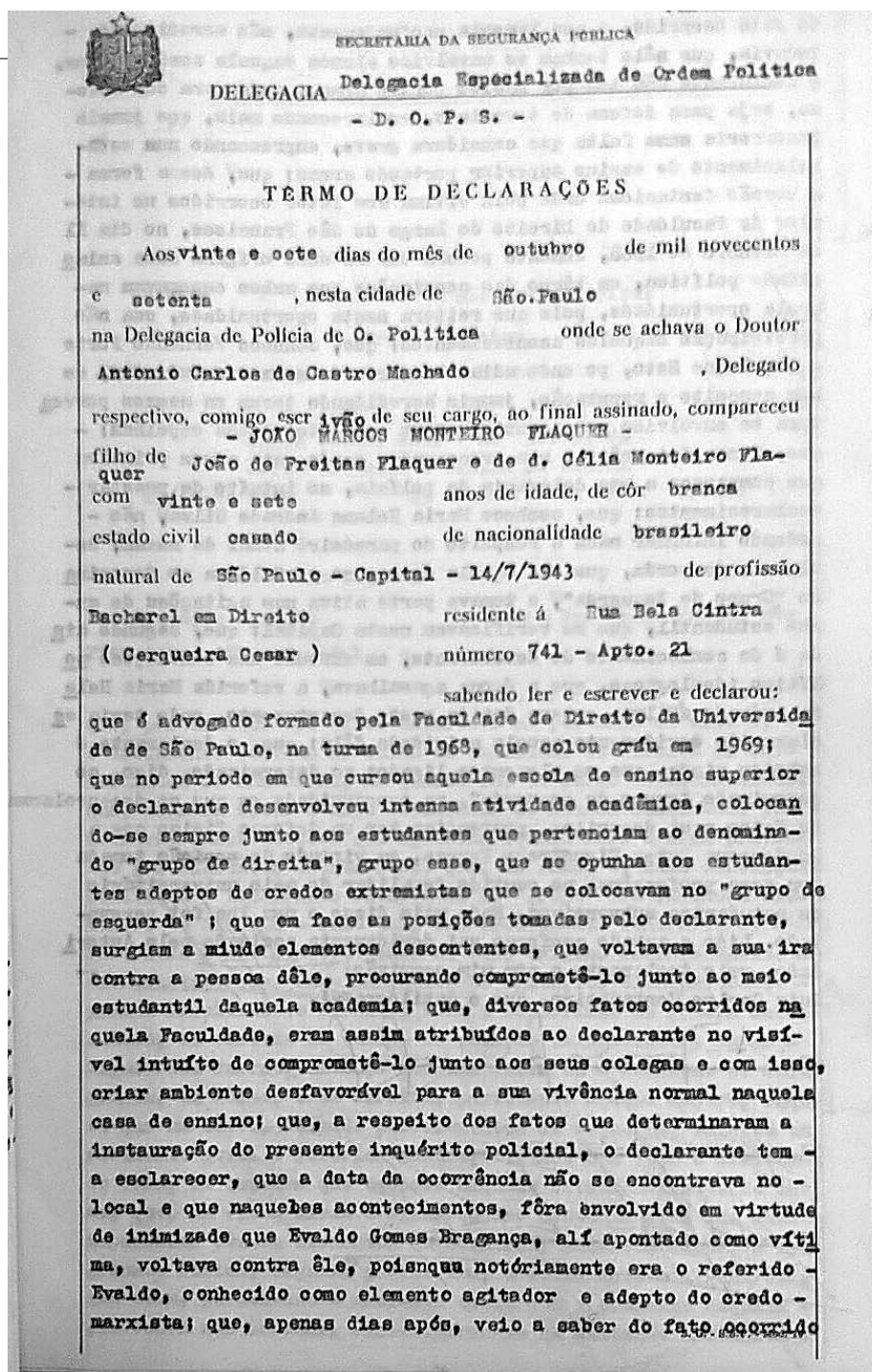
A agressão de que Rocha Barros foi vítima aconteceu menos de quatro meses depois de um episódio marcante na história da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Em 23 de junho daquele ano, o Centro Acadêmico XI de Agosto havia ocupado a faculdade. “Os estudantes protestavam contra a exacerbação do regime de exceção, durante o ano de 1968”, explica o professor e advogado Fábio Konder Comparato, que integrava a Congregação da faculdade e, como Rocha Barros, apoiou os estudantes, que lutavam por uma universidade crítica. “Nós nos reuníamos frequentemente, a fim de fixar a

estratégia de negociação, a qual, na verdade, não chegou a existir, pois a maioria absoluta da Congregação rejeitou-a sumariamente. De qualquer modo, aproveitei para me entreter quase que diariamente com o professor Rocha Barros, aprendendo muito com a sua experiência política”, conta Comparato.

*Logo após a ocupação da faculdade pelo centro acadêmico, “tirando a lição dos acontecimentos, o professor Rocha Barros teve a iniciativa de criar, com outros professores da USP, a primeira associação de docentes do ensino superior do nosso País”, conta o professor Comparato*

Junto a alguns colegas que também defendiam posições progressistas, como Goffredo da Silva Telles Júnior, Dalmo de Abreu Dallari e Cesarino Júnior, Comparato procurava mediar o diálogo entre os membros do Centro Acadêmico e a Congregação, maciçamente dominada por docentes conservadores.

“O papai foi um dos poucos docentes da Faculdade de Direito a colocar-se ao lado dos estudantes em passeatas e manifestações, lutando pelas reivindicações estudantis. Participar de passeatas era para ele um risco de vida, devido à angina de peito de que



**Depoimento em que João Flaquer assume ser “de direita”**

sofria que, frente à forte emoção ou esforço maior, poderia evoluir para um quadro de enfarte do miocárdio e fulminá-lo”, relata o filho mais novo de Rocha Barros, Valdemar Mallet da Rocha Barros, diretor da Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto (FORP-USP). A dor e a indignação de Rocha Barros com o golpe militar

de 1964 são associadas por familiares ao primeiro infarto do professor, ocorrido meses após iniciada a Ditadura.

A ocupação da faculdade pelo C.A. XI de Agosto durou cerca de um mês e acabou reprimida pelo DOPS: “A polícia, armada, invadiu o prédio e prendeu muitos estudantes”, contou à *Revista Adusp* Leo-



nel Itaussu, professor aposentado da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP), preso na ocasião. Itaussu pertencia à dissidência universitária do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e era estudante de Ciências Sociais e da Faculdade de Direito, onde foi aluno de Rocha Barros, que, segundo ele, mantinha uma relação extremamente ética com os alunos e jamais escondeu suas posições políticas. “O professor Rocha Barros sempre deixou claro que estava do lado dos alunos e não da facção conservadora, que era a maioria dos professores da Faculdade. Conversava sobre suas posições políticas sem fazer agitação nem propaganda”. Ele acreditava que, por seus ideais marxistas e suas posições políticas muito claras, Rocha Barros despertasse o ódio dos estudantes de direita, o que teria resultado em ameaças. “E, dentro do próprio conteúdo da disciplina que ele dava, as posições dele eram progressistas”, recordou Itaussu, que faleceu em 5 de maio, poucas semanas após prestar este depoimento.

“Logo após o episódio, tirando a lição dos acontecimentos, o professor Rocha Barros teve a iniciativa de criar, juntamente com outros professores da Universidade de São Paulo, a primeira associação de docentes do ensino superior do nosso País. Essa associação tinha como presidente o professor Cesarino Júnior, e eu atuei como um dos diretores”, conta o professor Comparato.

Após a ocupação, Rocha Barros passou a sofrer ameaças constantes. “Ele era ameaçado a toda hora. Telefonemas, xingamentos na porta da faculdade, nos bares que frequenta-

va depois da aula”, relata o psicanalista Elias Mallet da Rocha Barros. Na noite de 16 de outubro de 1968, as ameaças materializaram-se, quando cinco integrantes do CCC submeteram o professor de quase 60 anos à habitual violência da organização, que promovia incidentes em assembleias estudantis e praticava atentados contra manifestações culturais contestatórias, como o espetáculo teatral “Roda Viva”.

“Ele foi jogado ao chão, chutado, e só pararam porque outros estudantes viram e foram em seu socorro. Uma estudante começou a gritar, por isto seus agressores fugiram”, lembra o filho Elias. Em casa, o professor recebeu atendimento do urologista Marlins Costa, pois havia sido chutado no abdômen e nos genitais. “O exame médico constatou um deslocamento em seu rim esquerdo e uma luxação em um dos braços, sendo aconselhado repouso absoluto. Recordo de meu tio usando tipoia em um dos braços e se locomovendo com enorme dificuldade, em razão das dores de que padecia. Contou-me sobre a covardia da agressão, era homem de estatura alta e um pouco gordo, e em razão disso a queda foi mais sofrida. Relatou-me a sua dor, diante do fato de ter ficado impotente de reagir a tão covarde agressão realizada por um grupo de canalhas”, conta o sobrinho Ovídio.

As semanas que se seguiram ao atentado foram especialmente difíceis para o professor, no que Elias definiu como “um dos períodos de maior tensão de sua vida”. Ele conta que o pai chegou a voltar às salas de aula após o ocorrido, porém muito abalado emocionalmente, mais ainda

do que fisicamente. Decorridos quase quarenta e cinco anos do episódio, Elias revela que o pai passou a ser escoltado: “Havia um grupo que lhe dava proteção na ida e na volta da faculdade, do qual eu fazia parte, assim como alguns de seus alunos e amigos. Depois desse ataque ele não andava mais sozinho. Era acompanhado discretamente embora ele não soubesse quem estava envolvido, pois não gostaria de colocar outras pessoas em perigo. Sua maior ferida era moral”.

Rocha Barros tinha conhecimento da escolta e, segundo Elias, temia que alguém do grupo que o protegia viesse a se machucar, passando a estar constantemente preocupado com a possibilidade de acontecer algo no trajeto entre sua casa e a faculdade. “Ele sabia ou intuía que algumas pessoas pudessem estar armadas e também que não controlava o esquema de sua proteção que foi montado por alunos, amigos e organizações estudantis, e que a existência deste não dependia de sua vontade”, escreveu o filho.

***A revista O Cruzeiro, a mais importante da época, na edição de novembro de 1968, identificou João Monteiro Flaquer e Fernando Forte (alunos da FD-USP) como membros do CCC, o que já era sabido por seus colegas.***

***Ambos são suspeitos da agressão a Rocha Barros***

Alberto Moniz da Rocha Barros permanecia em constante estado de tensão, até que, dois meses após a agressão, em 9 de dezembro de 1968, faleceu no Guarujá. Sua morte foi ocasionada por um infarto fulminante, cuja causa familiares e amigos relacionam ao seu estado emocional após o atentado. “A tensão contribuiu, não tenho a menor dúvida, para sua morte. A agressão física não causou sua morte, embora tivesse sido feia. Ele sofria com o ataque, não com os danos físicos. Ele passou a viver numa grande ansiedade e isto, creio eu, o levou ao segundo enfarte. Não tinha medo propriamente, mas uma enorme preocupação com a família e com o que estava acontecendo, passou a dormir mal, deixou de se cuidar, passou a comer muito etc.”, conta Elias. “A agressão sofrida por ele, a meu ver, certamente contribuiu de forma significativa para que ele sofresse o enfarte fulminante que o matou”, afirma Valdemar. “O enfarte que foi a causa da morte do professor Rocha Barros teve uma relação de causalidade direta com as agressões que ele sofreu e com os dramas emocionais que ele passou”, reiterou Itaussu.

Por proposta do professor Goffredo Telles, a Congregação da FD abriu sindicância para apurar a agressão sofrida pelo Rocha Barros. Em depoimento para a *Revista Adusp*, Ovídio assim descreveu a sessão da Congregação que examinou a proposta: “Quando o professor Goffredo fez a proposta, um jovem e recente professor, que depois foi ministro do STF [Supremo Tribunal Federal], afirmou que



José Damião

se deveria ponderar o fato de que meu querido tio ‘havia sido agredido fora da faculdade’. No que foi interpelado pelo professor Goffredo: ‘Bem se vê que Vossa Excelência nasceu em Guaratinguetá, indo para o Rio de Janeiro, onde estudou e se formou. Nada conhece sobre esta Faculdade de Direito e o Largo de São Francisco, que, por tradição, sempre foi um território livre incorporado a esta Academia. Ademais, pelo seu valor como homem e professor de elevado saber e respeitado por todos, o professor Alberto Moniz da Rocha Barros, mesmo que fosse agredido no Amazonas, haveria de ter sua agressão examinada por ordem desta Congregação’”.

O “jovem e recente professor” que tentou empanar a investigação do crime cometido contra Rocha Barros (e que foi duramente reprimido por Goffredo) era Jo-



Elias Mallet

sé Carlos Moreira Alves, que mais tarde prestaria serviços à Ditadura Militar como procurador-geral da República, nomeado pelo ditador Garrastazu Médici (1972), e ministro do STF nomeado pelo ditador Ernesto Geisel (1975). Presidiu o STF em 1981-1982 e 1985-1987.

Apesar dos esforços de Goffredo para que os fatos fossem apurados, nenhum familiar ou amigo tomou conhecimento dos rumos tomados pela sindicância aberta pela Congregação. “Nunca soubemos do resultado desta apuração. Acho que nada fizeram. Nem mesmo, creio eu, soubemos da existência desta sindicância. Soubemos que o professor Goffredo, que continuou a ser nosso amigo, tentou de tudo para que algo fosse feito, mas o clima político era péssimo, logo depois veio o AI-5 e problemas maiores ocuparam os professores mais progressistas”, afirma Elias.





Leonel Itaussu

“Ninguém se metia nisso, porque esses eram grupos paramilitares”, afirmou Itaussu sobre os autores da agressão. Assim, houve silêncio em torno do caso, a despeito da indignação dos estudantes de esquerda. “Entre os alunos, a repercussão foi muito forte. Os alunos ficaram muito revoltados, ele era um professor muito querido”, lembra Damião.

Dois anos depois, em 27 de setembro de 1970, foram indiciados pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) três estudantes da FD acusados de participar do que, no inquérito, foi denominado “agitação do meio estudantil no mês de outubro de 1968”, conflito entre estudantes de esquerda e de direita, que resultou na morte do secundarista José Guimarães. Dois dos indiciados nesse inquérito são

apontados como suspeitos de terem participado da agressão a Rocha Barros: João Marcos Monteiro Flaquer, já falecido, e Fernando Forte.

A revista *O Cruzeiro*, a mais importante da época (hoje extinta), na sua edição de 9 de novembro de 1968 apontou Flaquer e Forte como membros do CCC, o que já era do conhecimento dos seus colegas de faculdade. Flaquer participou do ataque ao elenco do espetáculo “Roda Viva”, em julho do mesmo ano. Forte tinha “verdadeiros ataques de histeria quando em ação”, de acordo com a reportagem.

Mas o CCC, fortalecido em 1968 pelo endurecimento da repressão, e respaldado pelo Estado, às vésperas da decretação do AI-5, permaneceu impune após o atentado contra o professor, da mesma forma que em

outros atentados, como a invasão do Teatro Ruth Escobar, em que houve o ataque aos atores do espetáculo “Roda Viva”, em 18 de julho do mesmo ano.

*Grandes amigos e intelectuais participavam das conversas na casa do professor: “Mario Schemberg era uma figura constante, assim como Sérgio Buarque de Holanda, Paulo Emílio Salles Gomes, Arnaldo Pedroso d’Horta, Hermínio Sacchetta e muitos outros”*

A militância de Rocha Barros sempre foi do conhecimento de sua família, com quem o professor dialogava abertamente sobre suas posições políticas. “Meu pai era um conversador”, conta o filho Elias, que guarda na memória as reuniões que o professor fazia em casa, comumente após as dez horas da noite, horário em que retornava de suas aulas na faculdade. Grandes amigos e intelectuais de esquerda participavam das conversas: “Mario Schemberg era uma figura constante, assim como Sergio Buarque de Holanda, Paulo Emílio Salles Gomes, Carlos de Oliveira Coutinho, Silvio Marcondes e Pedro de Alcântara Marcondes, Arnaldo Pedroso d’Horta e seu filho

Luiz Horta, Hermínio Sacchetta, Orlando Gomes da Bahia e muitos outros. As conversas eram sobre política, música e literatura. Também alunos e ex-alunos apareciam. Meu pai adorava conversar com jovens. Amigos meus também se juntavam ao grupo. Falava-se muito da esquerda, da crise, do desencanto com a União Soviética, sobre o capitalismo de Estado que a dominava e que tinha sido objeto de sua tese”.

Maria Emília Mallet da Rocha Barros, primeira mulher do professor, morreu em agosto de 1955, aos 37 anos, quando os filhos ainda eram novos. Ele casou-se novamente em abril de 1957, com Maria Mamede de Freitas, sua companheira até o fim de sua vida e apoiadora de suas causas. “Ela não tinha propriamente uma militância ideológica. Minha madrasta, sobretudo, apoiava meu pai e tinha uma grande preocupação com todos”, lembra Elias, carinhosamente. “Claro que todos tinham medo de que ele fosse perseguido, mas éramos solidários. Eu militava no movimento estudantil, tinha sido presidente do Grêmio da Psicologia. Meu irmão Alberto também militava. Sabíamos que todos estavam em perigo. Minha madrasta também sabia de tudo, mas, como disse, éramos solidários. Sentiríamos mais medo se nos calássemos”, escreveu.

O mais velho dos três filhos, Alberto Luiz da Rocha Barros, falecido em janeiro de 1999, aos 69 anos, foi professor do Instituto de Física da USP, notável por sua atuação como docente e por sua militância política. Entre suas contribuições,

Arquivo pessoal



**Valdemar Mallet, diretor da FORP**

destaca-se a transformação da então Associação dos Auxiliares de Ensino da USP na atual Associação dos Docentes (Adusp), cuja primeira diretoria provisória integrou, bem como sua participação na batalha em defesa da universidade pública e, em 1976, na campanha pelo retorno dos exilados e pela anistia política de professores atingidos pelos atos de exceção.

O terceiro filho do professor, Valdemar Mallet, tinha apenas 18 anos quando o pai morreu. “De minha convivência com ele, embora por pouco tempo, ficou o senso de lealdade, de respeito pela honestidade de propósitos, assim como o respeito à ciência e ao conhecimento científico. A influência dele em minha carreira universitária foi marcante. Não fosse ele, não sei se teria obtido o êxito que obtive”, conta ele o professor titular da FORP-USP. “A Faculdade de Direito, com a morte do papai, perdeu um excelente docente, sério, dedicado às causas estudantis. A procuradoria e

a advocacia, um servidor honesto, cuja atividade profissional marcou época no foro de São Paulo. E eu perdi um pai amigo e muito amado, cuja memória evoco com muita admiração e profunda saudade”.

Familiares e colegas enfatizam a dedicação de Rocha Barros a seu trabalho como docente e, anteriormente, como procurador do Estado de São Paulo. “Homem de grande talento e possuidor de uma fantástica cultura geral, jurídica e humanística, marcou sua passagem em todas as atividades que exerceu”, escreve o advogado Ovídio sobre o tio, por quem nutre enorme admiração e em quem se inspirou profissionalmente. “Tive a honra de ser seu sobrinho, amigo e companheiro de escritório. Com ele aprendi inúmeras lições de vida e um grande amor ao Direito. Aprendi a estudar de forma sistemática e constante, ter amor à leitura e aos livros e, acima de tudo, ser um homem melhor como ser humano”, completa, comovido.

“Meu pai era antes de tudo um grande amigo dos filhos e de quem ele gostava. Prezava a lealdade e a honestidade acima de tudo. Não tolerava mentiras e hipocrisias, mas não era moralista. Ele tinha o dom de interessar as pessoas pelo assunto sobre o qual falava. Era uma pessoa interessante, engraçada, às vezes de mal humor. Lia desbragadamente e um dia me disse que em sua biblioteca só faltavam livros de engenharia”, revela Elias. “Por sinal meu pai foi para a Faculdade de Direito porque, apesar de ter sido aprovado na Escola Politécnica, não o deixaram cursar devido à baixa idade”.

# COMISSÃO DA VERDADE INVESTIGA NAVIO-PRISÃO “RAUL SOARES”

Maurici de Oliveira  
Jornalista



*Mal teve início a Ditadura Militar, em abril de 1964, um diversificado grupo de presos políticos — constituído por sindicalistas, estudantes, militares dissidentes e os jovens professores da USP Boris Vargaftig, Luiz Hildebrando Pereira e Thomas Maack — foi confinado num antigo navio de passageiros, rebocado do Rio de Janeiro para o litoral paulista com esta finalidade. Muitos permaneceram por meses no improvisado presídio flutuante. A pedido da Câmara Municipal de Santos, a CNV está investigando esse ainda pouco conhecido episódio*



Às vésperas de completar meio século, uma ferida aberta pela Ditadura Militar na sociedade santista e no Brasil poderá, enfim, cicatrizar? Uma das maiores agressões do regime militar à cidade de Santos, a prisão de dezenas de ativistas e personalidades de esquerda no navio “Raul Soares”, levado para lá em 1964, já com a finalidade de servir de presídio político, está sendo investigada pela Comissão Nacional da Verdade.

O episódio afetou para sempre a vida de centenas de pessoas. O navio tornou-se símbolo da repressão ao ativismo político e sindical. Quem ordenou a vinda do “Raul Soares” para Santos, a fim de intimidar e atemorizar a resistência ao golpe militar, sabendo-se que Marinha, Exército e Polícia Marítima cooperaram na manutenção do improvisado presídio flutuante? Detentor, à época, do cargo de capitão dos portos de São Paulo, que assumiu em 1º de abril de 1964, quando tinha a patente de capitão-de-mar-e-guerra, o hoje almirante da reserva Júlio de Sá Bierrenbach já foi ouvido em sigilo pela Comissão Nacional da Verdade (CNV).

Ex-presos e seus familiares sentem até hoje os efeitos da truculência e da perseguição pela Ditadura Militar. Alguns perderam a saúde ou a vida logo após o episódio, como ocorreu com o líder sindical Waldemar Neves Guerra. Os remanescentes viveram o desemprego, a ruína econômica, alguns apresentam sequelas físicas ou psicológicas. Hoje anistiados, ainda não é raro terem pensões suspensas ou questionadas.

Apesar das sombras ainda presentes, a jornalista e escritora Lídia

Maria de Melo, filha do ex-líder sindical Iradil dos Santos Mello, e os ex-colegas de cárcere Ademar dos Santos e Vitorino Nogueira, vencendo resistências familiares, enfrentam o tema e conseguem falar a respeito. Vidas marcadas pela intolerância de um regime político que, espera-se, nunca volte a ocorrer. Em novembro de 2012, o vereador Marcus de Rosis (PMDB) apresentou e teve aprovado em plenário na Câmara Municipal de Santos um requerimento ao governo federal para que a CNV apurasse o fato histórico.

Eletrotécnico na Companhia das Docas, aos 29 anos, casado e já com dois filhos, o portuário Ademar dos Santos foi encaminhado ao “Raul Soares”. Esteve preso 92 dias, incomunicável. Também ouvido na CNV, Ademarzinho, como é conhecido, lembra detalhes, situações, conversas, nomes de civis e militares, lugares, contexto político e social, e cada momento da prisão e suas consequências.

À *Revista Adusp*, Ademarzinho exibe um documento assinado pelo então capitão dos portos Bierrenbach, que confirma a data de sua prisão: 17 de junho de 1964. Logo após o golpe de 31 de março e a invasão dos sindicatos, ele já havia sido chamado a prestar depoimento. “Todo mundo do sindicato já tinha sido procurado e eu ainda não. Eu sabia que ia ser preso. Procurei o advogado Eraldo Aurélio Franzese, que fez uma carta pedindo a minha volta à empresa, uma vez que não estava mais exercendo mandato sindical, [o Sindicato dos Portuários estava] sob intervenção”. A resposta foi negativa, pois Ademar agora respondia a



**Ademar dos Santos**

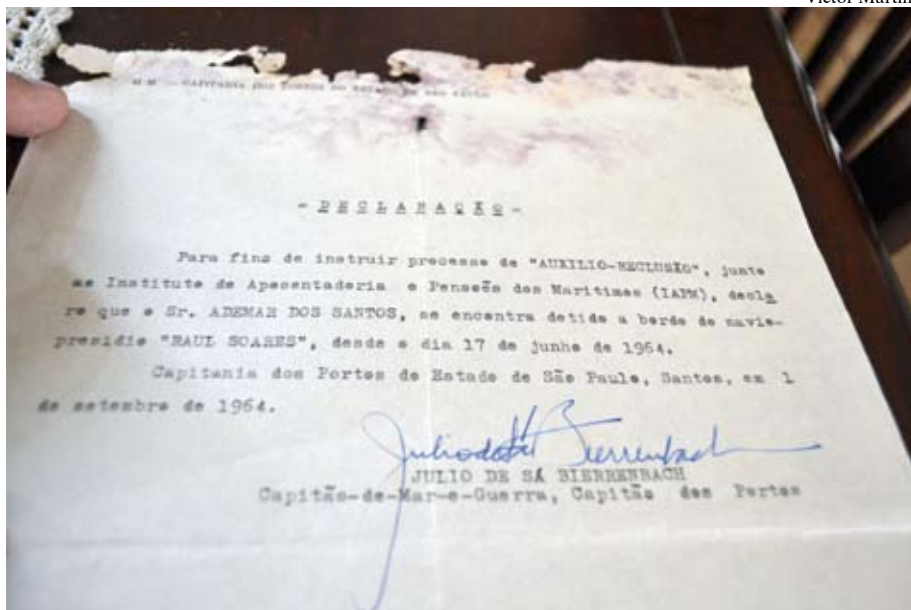
processo. A solução provisória, adotada por chefes aos quais manifesta gratidão, foi colocá-lo de férias.

*“Meu camarote era o 29”, conta o ex-presos Ademarzinho. “Estava escrito: ‘Carpinteiro’. Pensei: ‘Jesus foi carpinteiro, meu avô foi carpinteiro naval. Estou em casa’. Neste camarote fiquei 92 dias, incomunicável. Um tenente, Hugo Panasco, me perseguiu do primeiro ao último dia”*

“Em 16 de junho, e eu tenho este documento, um carro da companhia foi à minha casa. Era um policial ci-



Victor Martins



**Capitão dos Portos Bierenbach reconhece aqui a prisão de Ademarzinho**

vil das Docas; meu colega, que jogou bola comigo: ‘Acho que você vai ser preso’. Eu fui, tomaram meu depoimento e eu fui dispensado. No outro dia, eu estava no quintal, limpando uma vala com enxada, e novamente vieram me buscar. Era para ir ao departamento de pessoal. Tinha um envelope amarelo pronto, com ordem de prisão. Me colocaram em um camburão e me levaram. Tomei o cuidado de ver se o cano do escapamento não estava para dentro, como faziam os nazistas. Só percebi a direção quando ouvi o barulho da ponte pênsil (em São Vicente). Me levaram para o Itaipu (fortaleza militar do Exército em Praia Grande). Fiquei aquela noite e o dia seguinte, até 3 ou 4 horas da tarde. Outra viatura me pegou e me trouxeram para o quartel dos fuzileiros navais, no fim da avenida Afonso Pena, em Santos. Fiquei de um a dois dias, soube que o Manoel Tenório Cavalcante, do sindicato, também estava lá. Uma viatura veio para me levar ao ‘Raul Soares’. Tirei a aliança, o

cortador de unhas, 40 ou 50 cruzeiros e coloquei num envelope. O oficial era o tenente Mário, em uma guarnição da Marinha, mas sob a tutela da Polícia Marítima”.

Militares suspeitos, ou que não participaram do golpe que depôs Jango, também estiveram presos no navio, em setor separado dos presos políticos. “A Polícia Marítima, que era estadual, tomava conta da gente; e a Marinha tomava conta deles”, relata Ademarzinho.

Na chegada ao cais, dezenas de pessoas aguardavam. “Eu vi homens de 60 anos, senhores, chorando. Foi comovente. Um amigo, franzino, me surpreendeu diante de um enorme guarda da Marítima. ‘Ele é meu amigo, posso ir falar com ele?’, disse. A contragosto o guarda permitiu. Ele me perguntou se eu tinha cigarro e falamos rapidamente”, lembra o ex-sindicalista.

“Com o tenente Mário, descemos a escada e chegamos. Ele disse: ‘O senhor vai ficar aqui’. Meu camarote era o 29. Em cima estava

escrito: ‘Carpinteiro’. Era um bom camarote do tempo em que o navio era um transatlântico. Pensei: ‘Jesus era carpinteiro e meu avô foi carpinteiro naval; eu vou ficar preso no camarote do carpinteiro, estou em casa’. Neste camarote eu fiquei 92 dias, incomunicável”.

Sair dali, conta Ademarzinho, só mesmo para buscar a comida, no convés, e ir ao banheiro. “Havia um tenente, Hugo Panasco Alvim Filho, que me perseguiu desde que chegou a bordo, do primeiro ao último dia. Ele me escalava para as tarefas mais humilhantes, me mandava limpar ou desentupir latrinas. Uma vez eu estava dando brilho em um corrimão, e disse que se ele me dava aquelas atribuições para me humilhar estava enganado, porque eu era especialista naquilo. Saiu bufando. Mas era muito humilhante, por exemplo, fazer as necessidades fisiológicas sendo olhado por um guarda com uma metralhadora na mão”.

***“Preso na proa do navio, não dava para saber o que estava ocorrendo na popa”, explica Ademarzinho. Mas, com o tempo, ele descobriu como se inteirar do que se passava: “Aquilo era um navio, aliás uma sucata, e pelo duto da descarga dava para se ouvir”***

RR.232/67)-Absolvido, do IPM da Orla Marítima, em que estava indiciado, por subversão, pelo Juiz Titular da II Auditoria de Guerra, p/ absoluta falta de provas.

*Prontuário de Ademarzinho, absolvido pela Auditoria de Guerra "por absoluta falta de provas"*

Na embarcação, além de portuários e militares, havia “engenheiro, médico, advogado, estudantes, gente de todas as categorias”. Sobre o cotidiano do cárcere, relata que não podia saber de tudo que o que ocorria: “Preso na proa do navio, não dava para saber o que estava ocorrendo na popa”. Com o tempo, descobriu como quebrar o silêncio: “Aquilo era um navio, aliás uma sucata, e pelo duto da descarga dava para se ouvir [as conversas]”.

Hoje, com diversos problemas de saúde surgidos desde a prisão e as torturas psicológicas, Ademarzinho toma calmantes. “Sou meio destrambelhado”, avisa. No inquérito a que respondeu, pesaram contra ele algumas atividades políticas e trabalhistas: “Estive em lugares que me comprometeram muito. Em dois deles, fui escolhido em assembleia, com ata e tudo”.

As ligações de Ademarzinho com lideranças da esquerda, eis o que queriam saber os militares que o interrogavam. “Um oficial me chamava às 4 da tarde e ficava até 3 da manhã. Ia embora e vinha outro. Eu não podia dormir. Apareci numa foto de jornal, na terceira fila de um evento político no Rio de Janeiro. Sabe quem estava lá? O cabo Anselmo, que se envolveu em luta armada. Eu e o presidente do sindicato, Manoel de Almeida, estávamos no Rio de Janeiro para um debate sobre a demarcação de uma área insalubre

em Santos. O evento foi cancelado pelo ministro do Trabalho e fomos convidados para uma festa. A Associação dos Marinheiros estava comemorando dois anos, e ia homenagear o marinheiro João Cândido Felisberto, líder da Revolta da Chibata”. Jornal em mãos, os interrogadores de Ademar queriam saber qual a sua “missão” naquele evento político.

A ida a um congresso de trabalhadores em minérios, em Belo Horizonte, também rendeu suspeitas e acusações. “Os mineiros queriam um aumento e a empresa estava irredutível. Tirados em assembleia, a delegação era eu, Nelson Salinas Meira e Elmo Poderoso Giangiulio. Um advogado subiu para falar e a multidão quis invadir. Quem tomou a palavra e pôs ordem foi o Leonel Brizola. Também estavam lá o Miguel Arraes e o Francisco Julião, líder das ligas camponesas do Nordeste. Quando pegaram meu nome e o de outros, naquele encontro, queriam saber qual era a missão que o Partido Comunista tinha dado para mim. Eu disse que levava apenas uma representação do nosso sindicato, em solidariedade”.

Naquele fatídico primeiro trimestre de 1964, o portuário santista estivera ainda no famoso comício da Central do Brasil, em que Jango anunciou as chamadas “reformas de base”. Nesta viagem, o chefe da delegação de Santos era Iradil dos Santos Mello, um

dos que ficariam trancafiados no navio-prisão. A história de Iradil é relatada no livro *Raul Soares, um navio tatuado em nós*, de autoria de sua filha Lídia Maria.

Segundo Ademarzinho, dos 129 acusados no Inquérito Policial-Militar (IPM) da Orla Marítima, ele foi o primeiro a ser ouvido. “Por uma simples razão, a ordem alfabética”. Na sua visão, a ação em Santos deu-se claramente para uma contraposição à força do movimento sindical. “A cidade de Santos sempre foi muito visada por causa do setor portuário e das greves”.

***“A Ditadura acabou com tudo, ficamos sem nada, trabalhamos que nem condenados. Não tinha emprego, não tinha casa, tinha de me sujeitar. Foi bastante duro”, diz Vitorino Nogueira, ex-presos. “Na minha condenação puseram ‘comunista confesso’. Nunca fui de Partido Comunista e não confessei nada”***

Fotos: Cecília Bastos (Jornal da USP)

**Thomas Maack**

Vitorino Nogueira, hoje com 86 anos, da turma de capatazia das Docas à época do golpe, diz ser um dos que mais tempo ficaram presos. Também é um dos poucos condenados nos processos militares. “Não matei e não roubei ninguém, mas fui condenado. A sentença: comunista confesso. Eu nunca fui de Partido Comunista. Foi tudo uma canalhice”.

Vitorino estava no Sindicato dos Operários Portuários no dia 1º de abril de 1964. Foi sua primeira prisão, que durou 27 dias. Libertado, começou a responder a processo. Tinha então 38 anos, era casado e sua única filha estava com oito anos. Dois meses após sua liberação, foi chamado novamente para interrogatório. Sem responder o que os militares queriam ouvir, sem assinar confissões ou fazer acusações a terceiros, foi mandado para o navio-presídio. “Fiquei no porão com outros presos, só subia para pegar a comida. Me acusavam de ter feito uma operação-tartaruga e queriam

**Boris Vargaftig**

que eu acusasse os amigos, mas não tinha do que acusar. Claro que eu não fiz isso. Foi muita barbaridade, da cadeia até o navio”, afirma.

No porão do “Raul Soares”, Vitorino preocupava-se com a esposa. “Ela sofreu muito, foram prendê-la em casa. Por isso ela tem medo”, explica o ex-presos político, diante das preocupações manifestadas por Malvina Cardoso Nogueira, sua companheira há 63 anos. Malvina supera finalmente os receios e resolve falar ao repórter: “Ele estava preso. Vieram me pegar para dar depoimento. Saí de casa com a minha filha. Queriam que eu a deixasse numa sala, mas com medo não aceitei e ela ficou comigo. Punham coisas na minha frente e diziam: ‘A senhora viu isso na sua casa, viu essas pessoas?’ E eu nunca tinha visto nada, nem ninguém. A menina perdia aula por causa disso e perdeu um ano no colégio. Rondavam a casa à noite. Agora, depois de tanto tempo, a gente ainda não esquece”.

Resultado dos traumas da época, Vitorino não tem mais nenhum documento do período em casa. Na tentativa de apagar o fato da memória, todas as lembranças foram eliminadas pela família. Resta apenas um recorte de jornal, de 1984, quando ele e outros anistiados conseguiram a aposentadoria. Depois do “Raul Soares”, onde passou dois meses, ele tentou voltar ao posto nas Docas. Soube que estava demitido. Começaram a se avolumar os problemas. “Ninguém arrumava emprego. Eu era considerado comunista”, relata.

Em 1965 Vitorino foi preso novamente. “Vieram me pegar. Eu disse que ia me despedir da esposa e eles disseram: ‘É rápido, depois você fala com ela’. Me levaram e fiquei mais dois meses na prisão. Em 1966, novamente: fui preso em 30 de janeiro e só me soltaram em 30 de dezembro. Daquele cais, o que mais tempo passou preso fui eu. Também sou um dos poucos condenados, e por ser comunista confesso”.

Sobre as motivações do golpe e do envio do “Raul Soares” a Santos, Vitorino considera tudo feito para amedrontar. “Não há mágoa, já morreram todos eles. Mas a Ditadura acabou com tudo, ficamos sem nada, trabalhamos que nem condenados. Não foi fácil, não tinha emprego, não tinha casa, tinha de me sujeitar. Foi bastante duro”, resume. “Fui condenado por ser suplente do sindicato, não era de partido. Dos quatro condenados, só eu não era do Partido Comunista. Me acusavam de ter feito uma operação-tartaruga,



mas na minha condenação puse-ram ‘comunista confesso’. Eu não confessei nada”, explica Vitorino, que começou a trabalhar nas Docas em 1952.

*Na cabine ao lado da caldeira teria sido torturado o líder portuário Waldemar Guerra. O estudante Tomochi Sumida, diretor da UNE, foi trancado numa espécie de frigorífico. “Tortura fizeram com a mãe dele”, revela Ademarzinho. “Ela dormiu quatro ou cinco noites no flutuante, pedindo para ver o filho. Crueldade”*

O ex-sindicalista confirma relatos de tortura física e psicológica a bordo. Era comum ouvir que o navio seria rebocado e afundado em alto mar. Ele indica possíveis lugares de tortura, como a cabine ao lado da caldeira. Nela, o líder sindical Waldemar Neves Guerra teria seu quadro de saúde agravado, o que posteriormente, acredita-se, veio a provocar sua morte. Presidente do Sindicato da Administração Portuária, Guerra havia lutado na Itália, como soldado da Força Expedicionária Brasileira.

Tomochi Sumida, diretor da União Nacional dos Estudantes (UNE), é outro que teria sido torturado. Sobre este, Ademar dos Santos revelou: “Tortura foi o que fizeram com a mãe dele. Ela dormiu umas quatro ou cinco noites no flutuante, pedindo para ver o filho. Uma crueldade”. Outro preso político, personagem citado em livro e nos depoimentos, Zeca da Marinha, um estivador, teria enlouquecido no navio. Entrava no chuveiro e não saía. Acendia o cigarro e queimava até ferir o dedo. Era preciso alimentá-lo.

O comando da operação envolvendo o “Raul Soares” era da Marinha. O Exército atuou conjuntamente, tanto no porto, quanto na ocupação da Refinaria Presidente Bernardes, foco de resistência em Cubatão, e que ficou parada 21 dias. Nos arquivos do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DOPS), chama a atenção uma ficha com o nome do comandante da operação. “Júlio de Sá Bierrenbach, nomeado para a Capitania dos Portos do Estado de São Paulo no início do movimento revolucionário e democrático, abril de 1964, encarregado do Inquérito Policial Militar da Orla Marítima, em Santos”. O comandante do navio-presídio “Raul Soares”, porém, era o capitão de corveta Astolfo Barroso Migueis.

A bordo do navio havia presos que respondiam ao IPM presidido por Bierrenbach; e outros — como Thomas Maack e Boris Vargaftig, professores da USP, e o estudante Tomochi Sumida — que respondiam a inquérito do Exército. O tenente-coronel Sebastião Alvim, da artilharia, deslocava-se a Santos especialmente

para submetê-los a longos interrogatórios. Nestas sessões semanais, Sumida era trancafiado em uma câmara escura e apertada, possivelmente um frigorífico. De tempos em tempos era permitida a entrada de ar. Em seguida, ele era levado para a cabine ao lado da caldeira. Franzino, Sumida parecia ficar a cada dia mais debilitado em razão dessas bruscas mudanças de temperatura.

Em 1968, o tenente-coronel Alvim viria a presidir o IPM do Conjunto Residencial da USP (Crusp), tornando-se responsável pelas brutais torturas sofridas por dois estudantes bolivianos, Jorge Rafael e Juan Antonio Forrastal (*Revista Adusp* 53). Hoje na reserva, o torturador estaria doente. Uma portaria do Ministério da Defesa, de janeiro de 2012, publicada no *Diário Oficial da União*, autorizou a concessão ao oficial de benefícios retroativos a 2008, nos termos da lei, “por necessitar de cuidados permanentes de enfermagem/hospitalização”.

*Em abril de 1964, poucos dias depois do golpe contra Jango, quando se encontrava inativo em um cais no Rio de Janeiro, o navio “Raul Soares” foi requisitado pelos militares, pintado de preto e rebocado para Santos, onde chegou no dia 24 para se tornar um insólito presídio flutuante*

Victor Martins



Vitorino Nogueira e a esposa Malvina

O navio que se tornou tristemente célebre em Santos foi construído pela companhia Hamburg Süd em 1900, para o transporte de passageiros, tendo sido batizado com o nome de “Cap Verde”, e trouxe muitos migrantes da Europa para a América do Sul. Em 1925, ele foi adaptado para transporte de passageiros e de carga, e rebatizado como “Madeira”. Foi então vendido à companhia Lloyd Brasileiro (hoje extinta). Por fim, em 1964, quando já se encontrava inativo em um cais no Rio de Janeiro, o navio foi requisitado pelos militares, pintado de preto e rebocado para Santos. A chegada ao porto foi em 24 de abril.

A sinistra embarcação integrava um esquema de terrorismo estatal imposto à cidade e à sua população. Além da figura fúnebre do navio, arrastado para próximo da Ilha Barnabé, nas ruas de Santos havia a presença maciça de policiais de todas as forças. Sob ameaça de metralhadoras, sindicatos foram invadidos, centenas de prisões efetuadas. À noite, viaturas varavam as ruas com sirenes ligadas. Anos mais tarde, o livro *Sombras Sobre Santos*, de Carlos Mauri Alexandrino e Ricardo Marques da Silva, trouxe relatos de oficiais que admitiram que a ação em Santos foi exemplar devido à combatividade de sua classe operária. “Santos era o primei-

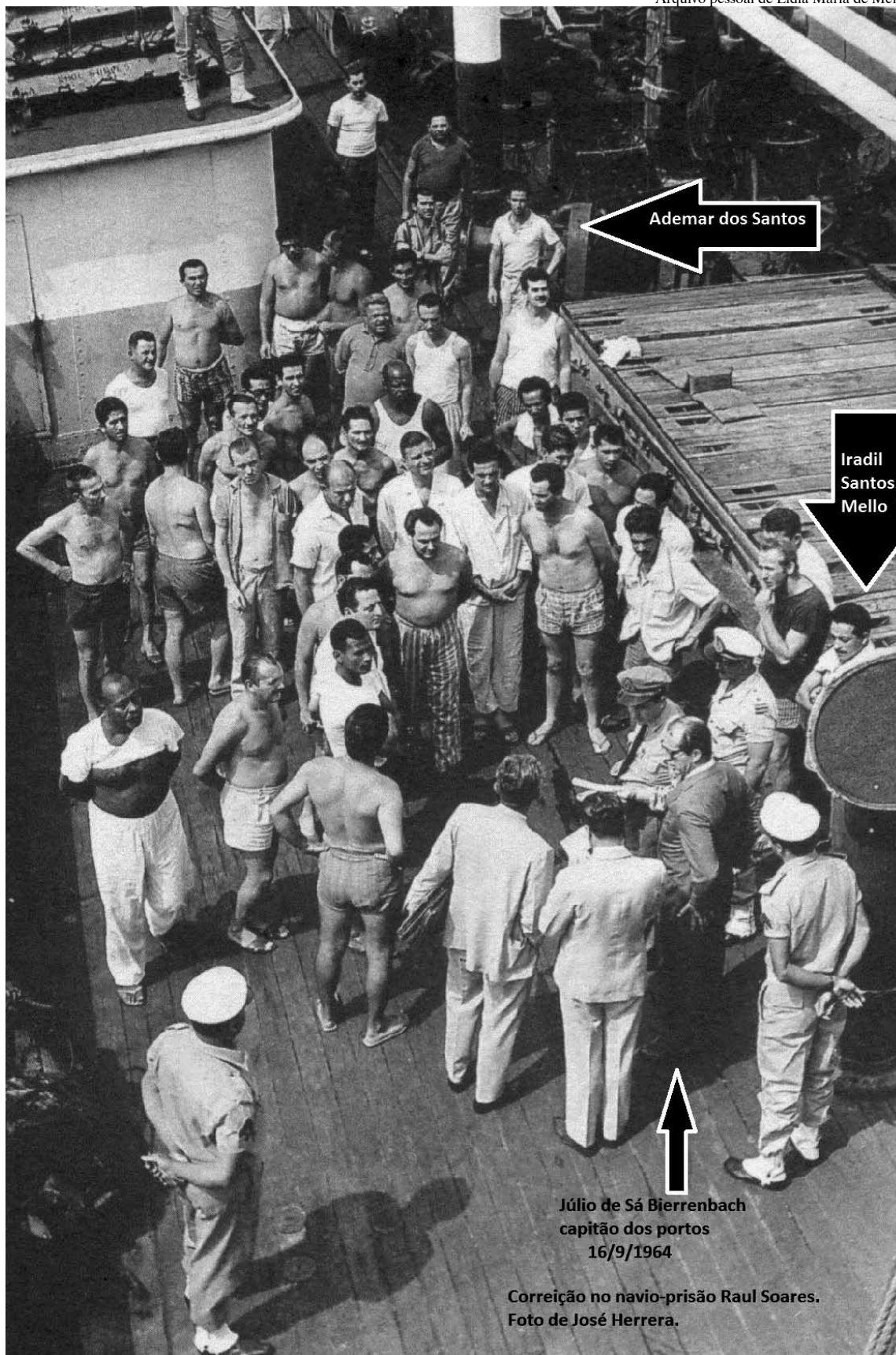
ro soviete”, vociferou o coronel Erasmo Dias, do Exército.

Muito se especulou sobre o número de pessoas que estiveram presas a bordo do “Raul Soares”. O inquérito tinha 129 acusados, alguns dos quais fugiram, ao passo que outros foram transferidos para outras prisões. Não há registro dos militares que lá permaneceram encarcerados por dias ou semanas. Em uma vistoria realizada em 16 de setembro de 1964, determinada pela Justiça, foram relacionados 94 presos. “Pode ser que antes ou depois tenham passado outros”, sugere a jornalista Lídia Maria.

Na Câmara Municipal de Santos, ao ser homenageado em novembro de 2012, o cientista e ex-presos político Thomas Maack deixou claro o que pensa. “Nós queremos saber a verdade. Quem mandou o navio-prisão ‘Raul Soares’ para Santos? Qual foi a linha de comando? Porque é sabendo a verdade que se evita não só as ditaduras futuras, mas também a ruptura de princípios democráticos dentro de sistemas como nós temos presentemente”.

Nascido na Alemanha, Thomas Maack veio para o Brasil ainda bebê, com os pais refugiados do nazismo. Estudou na Faculdade de Medicina da USP, depois se tornou professor-assistente. Deixou o país aos 29 anos, após ter sofrido perseguição e sete meses de cárcere no navio. “Se a Ditadura falhou em quebrar a minha resistência, é por causa do apoio e sustento dos meus companheiros de prisão, principalmente os sindicalistas de Santos”. Desde então, vive em Nova Iorque.

Arquivo pessoal de Lúcia Maria de Melo



Adeмар dos Santos

Iradil Santos Mello



Júlio de Sá Bierrenbach  
capitão dos portos  
16/9/1964

Correção no navio-prisão Raul Soares.  
Foto de José Herrera.



# “POR MIM OS SENHORES JÁ ESTARIAM FUZILADOS”, DISSE O CAPITÃO A HILDEBRANDO

Maurici de Oliveira  
Jornalista

“O episódio ‘Raul Soares’ é um elemento importante a ser divulgado, investigado e esclarecido porque revela bem as características do sistema repressivo imposto desde o início pela Ditadura Militar: violento, discricionário e arbitrário”. Aos 82 anos, é assim que Luiz Hildebrando Pereira da Silva, um dos mais eminentes pesquisadores brasileiros, ex-presos político naquele navio, defende as investigações em curso sobre o uso da embarcação como presídio, em Santos, pelos vitoriosos de 1964.

Militante de esquerda, ligado ao Partido Comunista (PCB), Hildebrando foi desligado da USP pelo Ato Institucional de 1964 (mais tarde denominado AI-1). Em 1969, depois de seu retorno à universidade, foi novamente demitido, desta vez em função do AI-5. As “demissões”, como ele as chama, são expressamente citadas no texto de apresentação do seu currículo Lattes, atualizado em março de 2013. Ao analisar o golpe e a ruptura do código legal vigente à época, ele sugere olhar para o modo como se constrói ou se impõe o novo

comando, baseado na lei do mais forte. O processo de cassação das liberdades leva conseqüentemente ao recrudescimento. “Quando se permite quebrar as garantias democráticas, seja ‘provisoriamente’ ou não, com más ou boas intenções, o setor repressivo, por natureza do movimento, progressivamente assume a direção e o poder de decisão”, ensina o mestre.

Diplomado pela Faculdade de Medicina da USP em 1953, três anos depois Hildebrando tornou-se professor assistente na cadeira de Parasitologia. Antes, havia integrado equipe com Samuel Barnsley Pessoa, na organização do Laboratório de Parasitologia da instituição. Desenvolveu com sucesso pesquisas sobre esquistossomose e doença de Chagas, tornou-se livre docente em 1960, e nos anos seguintes atuou em Bruxelas e em Paris, onde trabalhou no Instituto Pasteur.

Voltou ao Brasil em 1963. Em 1968 tornou-se professor no Departamento de Genética da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, onde trabalhou com Warwick Kerr, até ser cassado pelo AI-5. Voltou

então a Paris. Na década de 1970, foi convidado por Jacques Monod, diretor do Instituto Pasteur, a organizar uma nova unidade de parasitologia, associando sua experiência em protozoologia médica com a nova formação em biologia molecular, e envolveu-se ativamente nas buscas por uma vacina contra a malária.

Nos anos 1990, ao retornar definitivamente ao Brasil, integrou-se, com o pesquisador Muro Tada, ao Centro de Pesquisa em Medicina Tropical de Porto Velho (RO), organizando a seguir o Instituto de Pesquisas em Patologias Tropicais de Rondônia, posteriormente absorvido pela Fundação Oswaldo Cruz e hoje denominado Fiocruz Rondônia. Hildebrando é ainda membro do Conselho Superior da Capes e conselheiro da Presidência da República.

Uma brincadeira com uma assistente teria motivado a denúncia inicial contra Hildebrando. Quando participava de uma campanha para arrecadar fundos que financiariam a defesa de companheiros presos, foi indagado por uma colega, com

quem tinha relação de amizade, sobre a finalidade dos recursos. Num brincadeira, muito à vontade, encenou cara de mau e respondeu: “É para esconder comunista!”. A graça lhe custaria muito caro mais tarde. Esta e outras histórias, bem como sua passagem pelo “Raul Soares”, o professor contou no livro *Crônicas subversivas de um cientista* (Vieira & Lent, 2012).

***“Sou o capitão Azevedo. O senhor está numa prisão militar, sob regime militar, e aqui não se brinca”, declarou o comandante ao preso político Hildebrando. “O governo revolucionário não toma em consideração os compromissos assinados pelo governo anterior, corrupto e subversivo”***

Levado para o navio-prisão, Hildebrando respondeu a processo com acusações tão inconsistentes quanto as próprias provas. Sua participação em boletins ou jornais do Centro Acadêmico, ou independentes, e a não adesão à “revolução” (denominação dada pelos militares ao seu próprio movimento golpista), eram algumas das acusações. Foi cassado pela

Ditadura na prática da atividade científica. “Fui preso em Ribeirão Preto, em junho ou julho de 1964, em plena Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. A ‘autoridade’ responsável pela prisão foi o delegado de polícia local, que me disse apenas ter recebido ‘ordens’ de ‘autoridade militar’ para deter eu e o professor Michel Rabinovitch e nos transferir a São Paulo sob escolta. Fui assim ‘escoltado’ em ônibus de passageiros até São Paulo, entregue ao DOPS, onde o delegado local me informou que eu estava preso por ordem e ‘à disposição de autoridade militar’, que manifestou ser um oficial de Exército, sem farda e mal encarado”.

No dia seguinte, mudaria de cárcere. “Este oficial, em companhia de outro, me conduziu em um *jeep* juntamente com o professor Boris Vargaftig”. Ele conta que só percebeu o destino quando o carro ganhou a via Anchieta. “Eu compreendi e perguntei: Posso saber aonde os senhores nos levam?”. A resposta veio seca e direta: “Raul Soares”, disse um dos militares no banco da frente. “Rumamos até Santos, onde fomos entregues à Marinha”.

No segundo dia na embarcação, diante do oficial que se apresentou como comandante do navio, Hildebrando começou a sentir o que seria aquele período. “Sou o capitão Azevedo, comandante deste navio. Quero informar que o senhor está numa prisão militar, sob regime militar, e que aqui não se brinca”, dizia o oficial. Altivo, o professor ainda tentou argumentar: “Compreendo perfeitamente. Quero

apenas assinalar que sou prisioneiro político e que tenho meus direitos assegurados pela Convenção de Genebra, que o Brasil assinou”. Segundo ele, não tinha a menor ideia do que dizia a convenção, mas foi o que pensou naquela hora. O militar foi seco e rechaçou a validade da convenção: “O governo revolucionário não toma em consideração os compromissos assinados pelo governo anterior, um governo corrupto e subversivo. Saiba que, por mim, os senhores já estariam todos fuzilados”.

Trancafiado em uma cabine do velho navio, observador privilegiado da natureza, em pouco tempo o prisioneiro já conhecia intimamente a rotina diária. Era acordado por um raio de sol às seis da manhã, momento em que a cansada embarcação tentava, inutilmente, se equilibrar com a cheia da maré. Cada movimento, já sabido previamente pelo encarcerado, era repetido à risca e com precisão. Depois da tentativa de aprumo, a sucata adernava novamente e colava no lodo do canal à frente da Ilha Barnabé.

Sem ter ainda conhecimento do que eram acusados, os prisioneiros do “Raul Soares” conviviam com o medo da tortura ou mesmo da execução sumária, como Hildebrando registrou em seu livro. “No navio se tortura, nós sabemos. Havíamos escutado gritos abafados. Havíamos mesmo visto, nos deslocamentos obrigatórios pelos corredores, a caminho das privadas — simples buracos abertos nas pranchas do tombadilho, com canalizações improvisadas que despejavam os ex-

crementos no mar. Bem em frente a elas, a cela do sargento Xavier, prisioneiro como nós. Tinham-no colocado lá naquela atmosfera empestada de merda e urina, para humilhar e quebrantar o moral. Sua cela, ou melhor, sua gaiola, era iluminada noite e dia pela luz do corredor. Uma tábua, presa às grades, fazia as vezes de assento e de leito, mas era estreita e curta, não permitindo que ele estendesse o corpo para dormir. Enquanto fazíamos as necessidades com o policial apontando a metralhadora em nossa direção, o sargento Xavier nos encorajava”.

Na cela, onde conheceu o estivador Nilo, o cientista enclausurado podia debater e filosofar sobre como resistir e lutar, como relatado em *Crônicas subversivas de um cientista*. O colega de cela discursava que a burguesia tinha a força, o poder e a repressão, mas era cheia de contradições, e que haveria briga interna. “O importante é saber esperar”, dizia. “O tempo não importa, é preciso saber esperar. O importante é saber resistir, por todos os meios. É preciso saber lutar de pé. E, se preciso, saber também morrer de pé”. As palavras do companheiro de infortúnio seriam de grande estímulo para os dias que viriam. Hildebrando lembrava ainda das palavras do líder sindical comunista Roberto Morena, que consolidavam a experiência de diversas prisões: “O importante é saber conservar o moral. Podem te bater ou mesmo te torturar. Sobre isso, não tens controle. Mas não te deixes nunca desmoralizar. É importante fazer saber que tu és superior a eles. Que a Justiça



**Luiz Hildebrando Pereira da Silva**

e a razão estão do teu lado. É assim que te fazes respeitar. Senão, eles te desmoralizam e te humilham até você virar um saco de batatas”.

*Um dos guardas passou mal e tombou no piso. Metralhadora em punho, começou a soltar espuma pelo canto da boca: “Deitado de costas, apesar das convulsões, continuava segurando a metralhadora com as mãos crispadas em torno da arma e um dedo no gatilho. Essa visão era ameaçadora”*

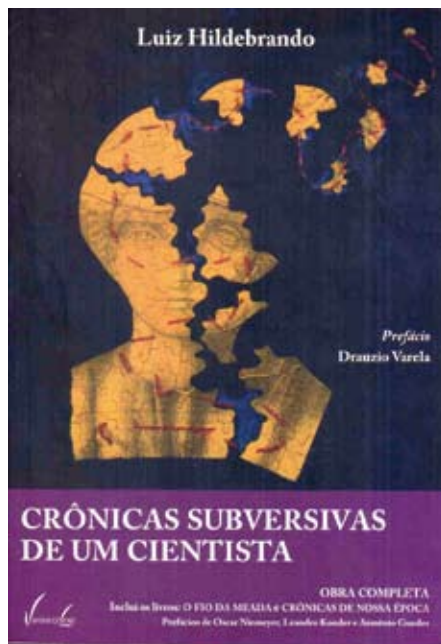
No princípio, livros levados escondidos na valise de médico ajudaram a atravessar os dias. Ao longo do tempo, porém, tentar não virar um saco de batatas passara a ser uma meta. A fuga era uma intenção, mas e depois? Viver na clandestinidade? As questões martelavam a mente do prisioneiro. “Para diminuir o tédio, eu me interessava pelo acontecimento seguinte: o almoço ao meio-dia, sempre servido pelo pequeno marinho e o seu carrinho; o jantar às seis da tarde. O chá mate às nove da noite, uma hora antes de apagarem as luzes. A comida era de má qualidade, mas como nunca fui muito exigente, isso não me causava problema. O difícil era preencher o vazio entre as refeições. Dia sim, dia não, tínhamos direito a uma hora de banho de sol, no tombadilho, a grande felicidade”. Nos dias em que não saía, o prisioneiro impunha-se meia hora de ginástica



e passava o resto da manhã lendo. “Mais difícil era passar o período da tarde. Cinco a seis horas de vazio a se preencher”.

No navio, Hildebrando reencontrou ainda um velho amigo de faculdade: Thomas Maack. “Era o primeiro dia que me deixavam sair da cabine para o banho de sol. Curioso, eu olhava discretamente em torno, à procura de conhecidos. Identifiquei dois ou três dirigentes sindicais que eu conhecia de vista. Vi também Thomas Maack que, de longe, me lançou um sorriso, piscando um olho”, conforme seu relato em *Crônicas subversivas*. O contato, no entanto, não poderia ser mais inusitado.

Um dos guardas da Polícia Marítima que vigiavam os prisioneiros passou mal e tombou no piso. Metralhadora em punho, ele começou a soltar espuma pelo canto da boca, característica de ataque epilético. Segue o relato: “Deitado de costas, apesar das convulsões, ele continuava segurando a metralhadora com as mãos crispadas em torno da arma e um dedo no gatilho. Essa visão era ameaçadora e houve debandada geral. Esperávamos ver explodir a qualquer momento uma rajada de balas. Num reflexo irrefletido de médico, me lancei sobre o policial que se debatia. A primeira coisa que fiz foi arrancar a arma de suas mãos. Mas não havia ainda terminado e senti mãos pesadas se abateendo sobre mim. ‘Sou médico!’, gritei para me livrar do massacre”. Mais atrás, Tomas Maack se apresentara. “Eu também”, ele gritou. “Então você!”, disse Hildebrando.



#### Obra “subversiva”

“Eu não tinha a mínima ideia do que fazer num caso de ataque epilético”. À noite, quebrando a rotina, em espécie de agradecimento, os guardas permitiram o encontro dos colegas de medicina, que puderam trocar impressões.

O pesquisador destaca o caráter ilegal da prisão a que foi submetido: “No que diz respeito à arbitrariedade, éramos, por exemplo, entre os presos, três professores da Universidade de São Paulo, Thomas Maack, Boris Vargaftig e eu mesmo, cuja qualificação se demonstrou nos anos seguintes, pois se tornaram respectivamente, professores da Universidade de Cornell nos EUA, da Universidade de Campinas e do Instituto Pasteur na França. Como pude esclarecer depois, estávamos presos sem nenhuma acusação precisa, sem ordem judiciária de prisão, apenas derivadas de instruções transmitidas por telefone entre policiais e militares. Havia igualmente, no

‘Raul Soares’, uma centena de sindicalistas”. “O Nilo me informou que eles todos tinham sido presos da mesma maneira”.

Somente em setembro, após três meses no navio-prisão, quando teve acesso aos autos do processo, é que o professor caiu em si. “Eu pensava que a prisão se devia às atividades que estávamos desenvolvendo no Congresso da SBPC para apresentação de um manifesto da entidade denunciando as arbitrariedades do governo militar contra as universidades, institutos de pesquisa e seus professores e pesquisadores no Brasil. Na verdade, a iniciativa da prisão vinha da própria Universidade de São Paulo que havia aberto um ‘Inquérito sobre atividades subversivas na USP’. Isso explicava que Boris e eu mesmo fizéssemos parte do rol de prisioneiros, assim como o Michel Rabinovitch, que tinha sido procurado pela polícia de Ribeirão Preto mas que, prevenido a tempo, safou-se fugindo para São Paulo, de onde, alguns dias depois, se safou, conseguindo (não sei como) embarcar para Nova York onde se tornou grande pesquisador do Instituto Rockefeller”.

Na entrevista à *Revista Adusp*, o professor dá a sua opinião sobre as investigações em curso. “Já que a Comissão da Verdade está procurando responsáveis pelas violências e arbitrariedades cometidas na USP é bom que ela saiba que foram também de responsabilidade da Reitoria e do Conselho Universitário. Como não sou dedo-duro não cito nomes, mas quem quiser saber leia o meu livro”.

## O NAVIO FICOU TATUADO NA HISTÓRIA DA CIDADE

Apesar de relativamente curto o período de permanência do “Raul Soares” em Santos, as sequelas desta passagem ficariam para sempre na vida dos ex-presos políticos e seus familiares. A investigação pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) vem tardiamente, mas é importante que se faça: “Ainda há a necessidade de esclarecer onde estão os corpos dos desaparecidos políticos. As famílias têm o direito a viver o luto e a encerrar isso”, afirma Lídia Maria de Melo, jornalista, autora do livro *Raul Soares, um navio tatuado em nós*, lançado em 1995.

Filha do sindicalista Iradil dos Santos Mello, falecido em 1999, Lídia experimentou — tal como milhares de familiares de presos políticos da Ditadura Militar (1964-1985) — o medo, a insegurança, os constrangimentos, os processos judiciais infundáveis, o desemprego. A necessidade de a mãe assumir as finanças da casa, a separação dos pais, e uma vida

para sempre marcada compõem a realidade do casal Iradil e Mercedes Gomes de Sá e de suas três filhas. Laura, brilhante na escola, conhecedora de política e leitora de discursos para o pai, faleceria aos 16 anos. Lídia, a filha do meio, é professora universitária e editora no jornal *A Tribuna*, de Santos. Lúcia Maria, a mais nova, é arquiteta e jornalista.

Iradil, funcionário da Companhia das Docas (Codesp), diretor do Sindicato dos Operários Portuários, havia participado, em 1964, de atos públicos liderados pelo então presidente João Goulart. Também estivera envolvido em uma greve no porto, quando trabalhadores recusaram-se a descarregar uma carga de víveres apodrecidos. Por causa desta greve, havia sido preso e posteriormente colocado em liberdade. Os dois episódios seriam usados contra ele após o golpe militar.

Em agosto, Lídia, com seis anos de idade, percebeu que algo de ruim acontecera. “Estávamos na

escola, dentro do sindicato. Minha mãe chegou e nós estávamos no pátio, cantando, ensaiando, possivelmente para a comemoração do Dia do Soldado. Vi o nariz dela vermelho. Vi que ela tinha chorado. Tinha acontecido alguma coisa com o meu pai”.

A prisão já não era surpresa. Na noite de 1º de abril, enquanto o golpe se descortinava, Iradil permaneceu no sindicato, com alguns outros diretores. “Ele conta que pela manhã recebeu um telefonema de alguém que perguntou se eles já estavam prontos e tinham aprontado as armas. Nós estamos indo para aí, dizia o autor da ligação”. Nesse mesmo dia, todos foram presos sob ameaça de metralhadoras, por um numeroso contingente de soldados do Exército, Aeronáutica, Marinha e Polícia Marítima. Os sindicalistas foram levados para a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) de Santos, na rua São Francisco, onde ainda hoje é a sede da Polícia Civil. “Ele ficou lá uma semana, embora

eu tenha um documento que apon-  
te apenas um dia”, pontua Lída.

*Em meados de agosto, findo o IPM, as prisões preventivas foram decretadas. Sem obter de Iradil as respostas que queria, o delegado afirmou: “Bem, o senhor não quer colaborar, por isso vai para o ‘Raul Soares’, que está ali na boca do rio Sandi”*

A partir desta data, os interrogatórios foram constantes. Até que em meados de agosto, concluído o IPM da Orla Marítima de Santos, com mais de 100 nomes, as prisões preventivas foram decretadas. “Ele foi chamado novamente. O delegado era o Benedito Lélis. As perguntas, muitas vezes, não tinham nexos, com o objetivo claro de desestabilizar psicologicamente. Perguntavam: ‘O senhor conhece o Iradil Santos Mello? Ele é comunista? O senhor acredita em Deus, é católico? Conhece Antonio Rodrigues? Ele é comunista desde a época de estudante?’ Batiam sempre nesta tecla com [o sindicalista] Antoninho Rodrigues. Sem ter as respostas que queria, o delegado afirmou: ‘Bem, o senhor não quer colaborar, por isso o senhor vai para o Raul Soares, que está ali na boca do rio Sandi’”.

No cárcere, Iradil viu presos serem torturados, sofreu tortura psico-



*Mercedes, Lída e Iradil no lançamento do livro, em 1995*

lógica e maus tratos. Quando alguém deixava o navio e não retornava o ambiente era de pânico, pois se temia que tivesse sido morto. No “Raul Soares”, Iradil permaneceu até setembro. Assim que saiu, descobriu que o pesadelo tinha só começado.

Foi demitido da Codesp e, sem conseguir arrumar emprego, a vida tornou-se cada dia mais difícil. A esposa Mercedes lançou-se ao trabalho e assumiu o controle da casa. A filha mais velha, Laura, adoeceu, acometida por um mal autoimune, e faleceu precocemente. “Com certeza, toda aquela situação colaborou”, acredita Lída. Inteligente e aplicada, Laura era a mais entrosada com o pai, compreendendo e sentindo o drama vivido por ele. A própria Lída contraiu lúpus, outra doença autoimune. “Só melhorei depois que consegui escrever e falar sobre aquela história, em 1985, no trabalho de conclusão do curso de Jornalismo”.

Irادil viu-se livre, mas perdeu o emprego na Codesp e a condição de diretor sindical, ambos cassa-

dos pela Ditadura. Com a edição do Ato Institucional número 2, os processos passaram da Justiça comum para a Justiça Militar. “Como poderia um civil ser julgado por militares?”, questiona Lída, emendando que nesta época o advogado dos acusados, temendo represálias, abandonou a causa. Foram vários anos respondendo a processos e lutando para garantir direitos. Somente em 1973 uma decisão judicial reintegrou Iradil à Codesp.

Após a adoção da Lei de Anistia, em 1979, na primeira leva de anistiados e reintegrados estava Iradil. Nas Docas, permaneceu até 1991 e saiu por vontade própria. Para Lída, chamada a depor na CNV em janeiro de 2013, o encontro com outros familiares de vítimas da Ditadura reavivou emoções profundas. “Cada uma daquelas pessoas, a seu modo, vivendo algo parecido. Estas pessoas precisavam ter chorado, lá atrás, mas é importante a apuração e a divulgação do fato para as novas gerações”.



# SIMPÓSIO INTERNACIONAL DA FFLCH (2012)

*O Simpósio Internacional “Esquerda na América Latina: História, Presente, Perspectivas”, realizado em setembro de 2012 na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH), movimentou intensamente a unidade nos três dias em que foram realizadas quarenta mesas de debates, com temática variadíssima, que incluiu desde temas clássicos — como socialismo e antiimperialismo; luta pela terra; classe operária na história — a outros atuais como redes sociais e ativismo político; lulismo e petismo; feminismo e socialismo na América Latina; igrejas, diversidade sexual e homofobia; e muitos mais.*

*A Revista Adusp cobriu alguns dos debates.  
As reportagens estão nas páginas a seguir.  
O Simpósio Internacional da FFLCH foi organizado pelos professores Osvaldo Coggiola (membro do Conselho Editorial da Revista Adusp), Jorge Grespan, Lincoln Secco, Marcos Silva, Rodrigo Ricupero e Francisco Alambert.*

# PT MIGRA PARA A ORDEM, MAS REDUZ DESIGUALDADE E DEIXA PSDB SEM DISCURSO

Nelson Lin  
Jornalista

Daniel Garcia



Tales Ab'Saber, André Singer e Cyro Garcia na mesa "Do petismo ao lulismo"

*O que levou o principal partido de esquerda do Brasil a uma virada rumo a posições conservadoras? A simples inclusão no mercado dos contingentes mais pobres da população altera a correlação de forças na sociedade brasileira, entre esquerda e direita? Afinal de contas, existe ou não polarização entre PT e PSDB? Qual o verdadeiro papel de Lula na política brasileira: líder de mudanças estruturais ou “astro pop” a serviço da ideologia neoliberal do consumo? Questões que foram esmiuçadas por André Singer, Tales Ab’Saber e Cyro Garcia na mesa que abriu o Simpósio Internacional da FFLCH*

A guinada conservadora do Partido dos Trabalhadores e de Luís Inácio Lula da Silva, o Lula, foi o principal assunto da mesa “Do petismo ao lulismo: o PT ontem e hoje”, que iniciou o Simpósio Internacional da FFLCH-USP. A mesa reuniu intelectuais com recente produção analítica do petismo e do “lulismo”: Cyro Garcia, dirigente do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), doutor em história pela Universidade Federal Fluminense (UFF), autor do livro *PT, da oposição à sustentação da ordem*; Tales Ab’Saber, professor de psicanálise da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e autor do ensaio “Lula, carisma pop e cultura anticrítica”; e André Singer, professor de ciência política da USP, porta-voz

da Presidência da República no governo Lula, e cujo livro *Os sentidos do lulismo, reforma gradual e pacto conservador* tornou-se uma das referências obrigatórias no tema.

Na análise de Singer, o traço mais significativo do PT na sua formação, nos anos 1980, não era o socialismo, mas sim o radicalismo. Isso representava uma grande novidade no Brasil, porque a principal característica da política brasileira desde a independência do país, em 1822, é a “conciliação pelo alto”, sem rupturas políticas. O país foi “passando de uma fase para outra, de colônia a país independente, depois a república, e assim por diante, sem rupturas”. A criação do PT, em 1980, visava justamente quebrar essa tradição na política brasileira.



Três episódios são citados por Singer para comprovar a radicalidade do PT nos anos 1980: em 1984, o partido expulsou os deputados que desobedeceram a diretriz de não votar em Tancredo Neves no Colégio Eleitoral (o PT defendia eleições diretas para Presidente); em 1988, o partido se recusou a votar a favor da Constituição, porque tinha uma proposta mais radical; finalmente, no segundo turno das eleições de 1989, o PT recusou o apoio do PMDB (que Ulysses Guimarães oferecera sem pedir contrapartidas), sob o argumento de que este era um partido burguês. O professor da USP se ancora nesses exemplos para afirmar que o radicalismo do PT não era retórico, mas real.

No entanto, para Singer, o PT arquivou esse radicalismo nas eleições de 2002, com a inclusão da “Carta aos Brasileiros” no seu programa presidencial. Essa carta anunciou um conjunto de garantias ao capital de que o PT não faria um governo de ruptura. Assim, o PT deixou de ser um partido radical e passou a fazer uma política de conciliação com o capital.

A virada expressou-se na condução da política macroeconômica dos dois mandatos de Lula: busca pelo superávit primário alto e manutenção dos juros altos e câmbio flutuante. No entanto, nota Singer, no primeiro mandato Lula fez movimentos contraditórios: por um lado seguiu à risca a cartilha econômica neoliberal no plano macroeconômico; por outro lado, desenvolveu uma série de políticas de combate à pobreza: criação do Bolsa-Família, do crédito consignado, aumento sig-

nificativo do salário-mínimo e redução do desemprego, de cerca de 11% para 5,5%. O sucesso dessas políticas resultou na reeleição do presidente Lula por uma base social de eleitores de baixa renda, ou até de baixíssima renda. Portanto, completamente diferente daquela base social que votou em Lula até 2002.

Como analisa Singer em seu livro, os eleitores de baixa ou baixíssima renda são, em sua maioria, conservadores e situados à direita no espectro ideológico. Em pesquisas de opinião conduzidas por Gustavo Venturi e pelo próprio Singer, esse eleitorado se declarava de direita e contra a ação de movimentos reivindicatórios; mas, por outro lado, apoiavam a maior atuação do Estado na economia. Ele interpreta esse posicionamento político das classes de menor renda da seguinte forma: elas queriam um Estado capaz de ajudar os mais pobres, mas sem ameaçar a estabilidade e a ordem vigente. Portanto, o conjunto de ações aparentemente contraditórias do primeiro mandato de Lula (as políticas macroeconômicas conservadoras e as políticas sociais de erradicação da pobreza) foram de encontro com o imaginário ideológico das classes mais pobres e fizeram com que Lula ganhasse votos desse “conservadorismo popular” na eleição de 2006, votos estes que tinham sido na maioria para Collor em 1989 e FHC em 1994 e 1998.

Apesar de observar a migração dos votos das classes populares e conservadoras ao PT, Singer afirma categoricamente que “o lulismo não é o inverso do petismo, ele é uma novidade e uma junção *sui generis*

de políticas contrapostas.” Lembrou ainda que o PT conseguiu a diminuição da desigualdade no Brasil graças aos programas sociais — e assim cumpriu uma parte importante do programa original do partido.

*Ab’Saber avalia que o governo petista desmobilizou demandas sociais. Lula teria admitido seu papel na construção de um discurso hegemônico em torno da inclusão pelo consumo, ao dizer a blogueiros que foi preciso “um torneiro mecânico metido a socialista para fazer o Brasil virar capitalista”*

A definição de lulismo de Ab’Saber parte do mesmo diagnóstico de Singer: Lula personificou o pacto entre os extremos — os extremamente ricos e os extremamente pobres — do qual resultou a inclusão dessas classes pobres na sociedade de consumo. Contudo, essa inclusão por meio do consumo é limitada, pois o discurso do “consumo, logo existo” seria “relativamente conservador, por alterar pouco a vida concreta dos pobres.” Assim, aos olhos do professor da Unifesp a inclusão pela via do consumo não trouxe melhorias efetivas em serviços públicos como hospitais ou



Daniel Garcia

Tales Ab'Saber

escolas. E, mais importante, tampouco houve evolução na consciência autônoma e crítica das classes sociais desfavorecidas.

Ele lembra também que diante da crise internacional de 2008, a mais grave do capitalismo desde 1929, o capitalismo central regrediu nos países centrais e viu o modelo do pacto social entre os extremos e de edificação do consumo no Brasil como possível alternativa para o restabelecimento do capitalismo em geral. A frase de Obama sobre Lula, “Ele é o cara”, refletiria justamente, na opinião de Ab'Saber, o desejo do presidente norte-americano de ser como Lula nos EUA, para poder sair da crise em que o país se encontrava.

Argumenta ainda que Lula reconheceu o seu papel na construção de um discurso hegemônico em torno da inclusão através do consumo, expresso na declaração que deu durante encontro com blogueiros progressistas, no último mês de seu

mandato presidencial: “Foi preciso um torneiro mecânico metido a socialista para fazer o Brasil virar capitalista”. Ab'Saber avalia que o governo Lula abriu mão de modos progressistas de fazer política, para trilhar justamente o caminho contrário: “Desmobilizaram demandas sociais via integração por consumo e agregaram partidos pouco ideológicos, como o PMDB, que passou ser o lastro político do PT sob a cortina da coalizão pela governabilidade”.

Assim, a gestão econômica foi entregue à direita, no governo Lula, ao confiar “as grandes balizas macroeconômicas do país às avaliações e às tensões particulares do mercado financeiro interno e global, liberando o voo de suas corporações, (e) ao autonomizar na prática o Banco Central, realizando assim uma velha demanda neoliberal”, bem como “colocar em sua direção um verdadeiro banqueiro internacional puro sangue, Henrique Meirelles”, por sua vez “muito bem combinado ao operador político da economia, o ministro Antonio Palocci, o redundante Malan de plantão”. Mas também a gestão política foi submetida à direita, pois o PT “trabalhou junto ao arco de alianças tradicional fisiologista, algo comum à tradição patrimonialista da direita”. Como uma das consequências dessa opção política, Ab'Saber cita a gestão temerária e criminosa da política expressa no episódio do chamado “mensalão”.

Mesmo o episódio desastroso não foi capaz de abalar a construção mítica de “ídolo pop” da figura de Lula, expressa nos 87% de aprovação ao fim de seu segundo man-

dato. Ab'Saber adverte: “Quando o político passa a funcionar como um ídolo pop, é o ponto máximo do capitalismo”. Na visão do professor, a atuação de Lula arruinou a política e impediu a construção de uma consciência crítica, provocando também a descrença da população no fazer político: “O PT não deveria se espantar quando massas de trabalhadores desiludidos desaguem em projeto político insólito, regressivo, baseadas apenas nas questões imagéticas e imaginárias. Cito como exemplo a candidatura de Celso Russomano à Prefeitura de São Paulo” (na época do debate, o candidato do PRB liderava as pesquisas de intenção de voto; apesar de não ter ido ao segundo turno, obteve mais de 1 milhão de votos).

*Além da entrada de petistas no aparelho político estatal, houve a inclusão de sindicalistas ligados ao PT em órgãos de gestão direta do capital financeiro (tais como as direções dos fundos de pensão), bem como nos conselhos de gestão do FAT e do FGTS, fazendo com que o PT se tornasse, na visão de Cyro Garcia, “sócio minoritário” do projeto neoliberal*

Cyro Garcia compartilha da análise de Singer a respeito das origens do PT, concordando que o partido era radical e classista. Vai além, ao asseverar que, ao longo dos anos 1980, o PT foi na contramão dos estudos do cientista político Adam Przeworski, que pesquisou a viabilidade eleitoral dos partidos de esquerda. No seu livro *Capitalismo e Social-Democracia*, Przeworski observa que partidos socialistas e social-democratas na Europa precisaram buscar apoio eleitoral fora da classe trabalhadora, o que os levou a abandonar discursos radicais e classistas, fazendo concessões ao capital para poderem ganhar eleições. Não foi o que aconteceu com o PT nos anos 1980, diz Garcia: mesmo sem fazer concessões, mantendo o discurso radical, o partido ganhou cada vez mais espaço nas eleições. Em 1982 tinha 8 deputados federais; em 1986 conseguiu eleger 16 deputados federais; em 1988 conquistou 39 prefeituras em cidades importantes do país, inclusive São Paulo e Porto Alegre. Em 1990, apesar de ter perdido as eleições presidenciais do ano anterior, conseguiu aumentar novamente a bancada, para 35 deputados federais, um crescimento de mais de 100%. Um dos fatores que contribuiu para esse crescimento, na opinião de Garcia, foi o episódio da greve geral da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda (1988), em que três operários foram assassinados pelo Exército. Ele acredita que a população, ao reagir a esse crime, deu um giro mais à esquerda na sua consciência política.

Porém, em contraposição dialéti-

ca a esses avanços, iniciou-se o processo de burocratização do partido, principalmente após 1988, ano em que petistas ganharam cargos no Executivo nas grandes cidades. Um processo que Garcia denominou de “incrustação de membros do partido no aparelho estatal burguês”. Uma das consequências desse processo teria sido a diminuição do número de filiados de baixa renda, ao mesmo tempo em que os de alta renda aumentavam: o índice dos que ganhavam até 2 salários mínimos caiu de 8,1% em 1991 para 3% em 1999. Os que ganhavam de 20 a 50 salários mínimos passaram de 6,2% para 22% em 1999. Esses altos salários acabaram estabelecendo, no entender do dirigente do PSTU, uma dependência material dos membros do PT em relação ao “Estado burguês”.

No campo político, o partido também mudava: se nos anos 1980 o PT expulsara filiados por fazerem política de conciliação de classes (caso dos deputados que votaram em Tancredo Neves), como explicado por Singer, a partir dos anos 1990 o partido começa a expulsar filiados por manterem uma política de esquerda e radical, como foi o caso dos militantes da corrente interna Causa Operária e, depois, da Convergência Socialista, agrupamento de que Garcia fazia parte (e que se converteu posteriormente no PSTU). Em 1992, a expulsão da Convergência Socialista se deveu ao fato de essa corrente haver participado da campanha “Fora Collor”, desobedecendo às diretrizes do Congresso Nacional do PT de 1991. Naquele congresso, os pe-

tistas haviam decidido não apoiar o movimento porque julgavam que Lula ganharia as eleições de 1994 e não queriam legitimar um hipotético “Fora Lula” posterior.

Outra questão levantada por Garcia: além da entrada de militantes petistas no aparelho político estatal, houve a inclusão de sindicalistas ligados ao PT em órgãos de gestão direta do capital financeiro: administrações dos fundos de pensão, conselhos de administração de empresas das quais os fundos de pensão são sócios, bem como nos conselhos estatais de gestão de recursos dos trabalhadores, como os do Fundo de Apoio ao Trabalhador (FAT) e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), fazendo com que o PT se tornasse “sócio minoritário” do projeto neoliberal. Ele julga que o PT participou e avalizou, por intermédio de sua participação nos fundos de pensão, o processo de privatizações comandado por Fernando Henrique Cardoso ao longo dos anos 1990. O que teria gerado uma esquizofrenia, pois ao mesmo tempo em que “fora da Bolsa de Valores sindicalistas petistas apanhavam da polícia em protestos organizados pela CUT contra as privatizações”, lá dentro “os sindicalistas petistas representantes dos fundos de pensão batiam o martelinho”.

Por fim, Garcia expressa uma opinião oposta à de Singer, ao considerar que não houve políticas no governo Lula para erradicar a pobreza e diminuir a desigualdade, mas sim a construção de políticas assistencialistas, como o Bolsa-Fa-



mília, herdadas de programas de Ruth Cardoso no período FHC. Essas políticas assistencialistas, acredita Garcia, tinham somente o objetivo de manter Lula no poder através de seu aparato eleitoral e do controle social, opinou Garcia. “Se antes o PT dizia que não tinha que dar o peixe, tinha que ensinar a pescar, hoje prefere dar o peixe, para continuar a ser apoiado por eles. Por isso essa mudança no perfil do eleitorado”, qual seja, do eleitorado de classe média escolarizada para o de baixa renda e baixa escolaridade. “Mas aquele PT que defendia os interesses dos trabalhadores não existe mais”.



**André Singer e Cyro Garcia**

***O PSDB não pode vocalizar a rejeição da classe média tradicional às políticas sociais do PT, pois perderia muitos eleitores. “Por isso, o confronto político não é aparente, embora seja real”, diz Singer. Garcia, porém, julga que a polarização PT x PSDB é falsa: “a burguesia escolheu Lula como saída preventiva”***

No debate subsequente, em resposta a uma pergunta do público a respeito da oposição entre PT e PSDB, Singer disse haver equívoco nas análises de Garcia e Ab’Saber,

porque eles não levam em conta a polarização existente entre esses partidos. Para Singer, o PT tem um projeto mais voltado para o Estado, enquanto que o PSDB prefere o mercado. O que confunde na análise é a polarização social intensa, que não se expressa politicamente. Percebe-se a existência do ódio da classe média tradicional às políticas sociais de Lula. No entanto, o principal partido dessa classe média, o PSDB, não pode vocalizar essa rejeição às políticas sociais sob o risco de perder um grande contingente de eleitores e por isso aderiu às políticas sociais do governo Lula. “Por isso, o confronto político não é aparente, embora seja real”, ponderou Singer.

Na opinião de Garcia, porém, a polarização entre PT e PSDB é falsa, pois em função da crise que atingiu a periferia do capitalismo no final da década de 1990, em que países da América Latina entraram em ebulição social, “a burguesia

escolheu Lula como uma saída preventiva para a crise que se avizinhava no país”. Uma forma de Garcia sustentar a posição de que a direita passou a ter preferência pelo PT, em desfavor do PSDB, foi comparar os valores doados pelos setores de finanças, da construção civil e do setor primário para a campanha de Lula e para seus adversários nas eleições de 2002 e 2006. De acordo com estudo de Ricardo Almeida, “Caixa 1 dos Interesses”, em 2002 Lula recebeu R\$ 18 milhões de doações de campanha daqueles setores econômicos, enquanto a Serra foram destinados R\$ 32 milhões. Em 2006, contudo, Lula recebeu R\$ 35 milhões dos mesmos setores da economia, enquanto Alckmin foi contemplado com apenas R\$ 23 milhões. Portanto, de uma eleição para outra, os grandes setores do capital resolveram doar mais para a campanha de Lula do que a de seus adversários. Dessa forma, na ótica de Garcia, a suposta polarização

entre PT e PSDB seria uma mera “disputa de butim”, fisiológica.

Ab’Saber complementou a argumentação de Garcia afirmando que o PSDB não é contra a integração dos pobres por intermédio do mercado, e que o PT executou esse programa de integração de forma extremamente bem sucedida ao fazer o pacto entre os extremos, cooptando os extremamente ricos que eram a base social do PSDB. Dessa forma, o PT acabou com a base social Tucana, fazendo o partido de FHC e Serra perder seu sentido e discurso históricos. No outro extremo, criou um discurso hegemônico em favor do mercado, gerando “a subjetivação para o consumo dos muitos pobres, a despeito de um moralismo arcaico de uma certa classe média à direita amplamente ultrapassada, expresso na *Folha* e na *Veja*”.

Perguntou-se quais seriam as alternativas para a inclusão das classes baixas, além do mercado e do consumo. Ab’Saber respondeu que dentro do plano eleitoral e de possibilidade estritas, o governo Lula significara avanços, porém mínimos, no que ele denominou de “social-democracia mínima”. Ele lembra que sua tarefa como intelectual de esquerda é de elaborar uma crítica anticapitalista, alertando que “as pessoas estão aceitando a desmobilização para entrar nos fetichismos endógenos da sociedade de consumo”. Por essa razão, a esquerda precisaria redesenhar conceitos para manter-se crítica ao capitalismo, uma vez que este estaria integrando cada vez mais populações em sua franja, com muitas

distorções e muita violência.

Singer afirmou estar de acordo “em quase 100%” com Ab’Saber, de que seria preciso manter a crítica ao capitalismo que passa pelo consumo. Mas defende que o capitalismo não acabará por decreto, de modo que todo o avanço em termos de redução da pobreza e da desigualdade passaria pelo mercado. Por isso, em sua avaliação, seria preciso ter a capacidade de elaborar uma posição de ser contra o mercado e a favor do mercado ao mesmo tempo. Porém, ao mesmo tempo, dentro desse movimento, como parte da esquerda, seria necessário pensar alternativas anticapitalistas. Como exemplo, citou ser a favor da criação de vagas no ensino superior público e contra a compra de vagas nas universidades privadas levada a cabo pelo ProUni. Também defendeu que seria melhor a construção de moradias populares sem a participação de empreiteiras.

Depois, em resposta a indagações sobre o papel dos partidos de esquerda e a crise moral da política, Singer lamentou o fato de os partidos estarem passando por descrédito e esvaziamento em todo o mundo. Ressaltou que não há nada que substitua os partidos na disputa democrática, e que será necessário atuar dentro deles enquanto não se invente outra forma de participação política. Ainda fez uma provocação: “Ouço que queremos discutir a Revolução, e não a distribuição de renda, eu respeito a posição, mas discordo”. Ele pensa ser necessário discutir questões concretas, como a redução da desigualdade no Brasil. Admitiu que a diminuição

na concentração de renda é lenta demais para seu gosto, mas é real, pois o nível de queda da desigualdade no Brasil nos governos Lula era comparável ao EUA no New Deal. Acabar com o capitalismo por decreto, que era o que julgava que estava sendo proposto, levava a regimes autoritários como a URSS e a China. A esquerda precisa ainda acertar contas com esse passado, acredita o professor da FFLCH.

Garcia respondeu à provocação afirmando que desde a derrota do socialismo real, com a derrubada do muro e o fim da URSS, parte da esquerda “enrolou suas bandeiras socialistas e aderiu ao processo de reforma do capital”. É necessário construir um novo socialismo com democracia, mas sem abrir mão da revolução, prosseguiu. Revolução que não viria com reforma do capital e sim com ruptura do modelo atual. Como alternativa concreta ao modelo atual, afirmou que o governo deveria deixar de pagar as dívidas com os credores para investir em educação, saúde, transporte público de qualidade.

Garcia também admitiu a crise dos partidos políticos, reiterou igualmente a necessidade dos partidos de esquerda, mas diferentemente de Singer, como “guias revolucionários”. Para Garcia, os partidos de esquerda teriam papel dirigente e de *protagonismo* junto com os movimentos sociais na Revolução, justamente para evitar o que ocorrera na Espanha em 2011, onde milhares de jovens ocuparam a Praça do Sol, mas não encontraram alternativas, além daquelas apresentadas pela burguesia.

# DILEMAS DAS ESQUERDAS NA AMÉRICA LATINA, EM CONTEXTO DE CRISE

Hugo Fanton  
Jornalista



*A crise econômica parece bater às portas da América Latina, ao mesmo tempo em que avançam os diferentes projetos nacionais de construção da soberania, em seus variados matizes de esquerda. Que estratégias o campo democrático e popular deve abraçar, e quais os caminhos a trilhar, foram os objetos de um concorrido (e aceso) debate no Simpósio Internacional da FFLCH entre Valter Pomar (PT e Foro de São Paulo), Plínio de Arruda Sampaio Junior (Unicamp), Jorge Altamira (Partido Obrero, Argentina), e Ricardo Canese (Frente Guasú, Paraguai)*



Estamos diante de uma crise brutal do capitalismo, que nos leva a um período duradouro de instabilidade mundial, com possibilidades variadas de desfecho e relacionadas à dimensão política da crise — ou seja, às composições e correlações de força e de projetos políticos — bem como às diferenças de análise da realidade e suas consequências em termos de opções estratégicas e táticas. Tais elementos da atual conjuntura histórica compuseram os distanciamentos e proximidades das distintas exposições presentes na mesa “América Latina, a Crise Mundial e a Esquerda”.

O debate teve início pela exposição do secretário-executivo do Foro de São Paulo e membro do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores (PT), Valter Pomar, que caracterizou a atual crise econômica como “do capitalismo, na sua forma neoliberal”, mundial, com epicentro nos Estados Unidos, mas expressando-se de forma mais aguda neste momento na Europa: “É uma crise clássica e profunda de acumulação desse capitalismo imperialista. E ninguém escapa”. Outro elemento que a compõe, explica Pomar, é o declínio da hegemonia dos EUA no mundo, ainda que permaneça como potência militar, midiática e ideológica. Tal declínio da condição de potência hegemônica ganha novos contornos em contexto de crise, pois nenhum país se apresenta globalmente em condições de reorganizar a economia “à sua imagem e semelhança”. Desse modo, a crise econômica expressa sua dimensão política, com a eclosão de conflitos interimperialistas e de

“uma transição do centro dinâmico do mundo”, desde o terreno anglo-saxão até o Oriente, mais especificamente a China.

Também para Jorge Altamira, dirigente do Partido Obrero da Argentina, já é possível prognosticar que uma das saídas postas à crise é o “deslocamento do eixo econômico dos EUA ao Pacífico, pois as inversões do mundo econômico se concentram cada vez mais na China”. No entanto, ressalta que essa transição será das mais conflituosas já vistas, tanto no plano da geopolítica internacional quando no interior dos Estados-Nação. “Com a União Europeia, vemos o reforço das capacidades repressivas dos Estados nacionais sobre os seus próprios povos, bem como a decadência da democracia burguesa em cada um desses Estados. Na Espanha, governa-se por decretos; na Itália, o governo é composto por técnicos; ou seja, países em que se acreditava haver democracia parlamentar são governados por comitês”, afirma Altamira.

Essa dimensão política da crise ganha expressão, nas palavras de Plínio de Arruda Sampaio Júnior, professor de economia da Unicamp, na perda da capacidade do capital de dar “respostas relativamente civilizadas para os problemas da sociedade”. No contexto de crise estrutural do modo de produção capitalista, há uma política global “que combina poder do monopólio com o poder dos Estados imperiais para atacar os direitos dos trabalhadores, as políticas públicas e a soberania dos Estados nacionais”, explica Sampaio Jr. “Nessa conjuntura

de ofensiva do capital, assistimos ao momento em que ele é particularmente ofensivo e devastador”.

---

*Na América Latina, diz Pomar, vive-se “um momento em que se esgotou o período de mudanças, com ameaça de haver contra-mudança”. Uma expressão objetiva dessa realidade é a conjuntura do Paraguai: Canese caracterizou a destituição de Fernando Lugo como “golpe contra o processo de integração da América Latina”*

---

O período de instabilidade mundial decorrente das crises combinadas de acumulação e de hegemonia, em uma transição geopolítica profunda, deve se prolongar por muitos anos. Os variados componentes da crise geram, nas palavras de Pomar, revoltas sociais e guerras: “Muitas situações lembram o período pré-primeira Guerra Mundial, como as do Oriente Médio, que vive uma escalada de conflitos”. Uma expressão objetiva dessa realidade é a conjuntura do Paraguai, depois da cassação do presidente Fernando Lugo, caracterizada por Ricardo Canese, da Frente Guasú, como



Foto: Daniel Garcia

“um golpe contra o processo de integração da América Latina”. “Há uma vontade de autonomia e independência da região, de se ter uma agenda diferente, própria e com muitas limitações, mas que, ainda assim, gera tensões fortes com o imperialismo”. Para Canese, o Paraguai é onde o imperialismo “pôde fazer o golpe”, após as tentativas frustradas na Venezuela, Bolívia e Equador. “Éramos o elo mais débil da cadeia, justamente porque a esquerda do Paraguai é débil”.

A referência de Canese remonta a duas situações combinadas na América Latina e que perpassam o contexto de instabilidade política na região: os conflitos com o imperialismo; e os conflitos internos a cada país. O enfrentamento com o imperialismo exige, nas palavras de Pomar, “a integração latino-americana”. Mas para além disso, cada país vivencia internamente conflitos que remontam à natureza do

projeto econômico-social que diferentes grupos reivindicam como ideal. “Dentre os muitos problemas que disso decorrem, há setores que consideram a esquerda o inimigo principal. No Paraguai, por exemplo, dias antes do golpe de Estado, partes da esquerda paraguaia estavam discutindo romper com governo Lugo, e foram surpreendidas”, exemplifica Pomar.

Para ele, a América Latina se consolida como “lugar especial” no contexto de crise, pois nesta região as esquerdas são muito fortes. “São variadas, algumas no governo, outras na oposição a esses governos. Aqui a esquerda está muito mais poderosa do que em outros momentos; e relativamente mais poderosa do que em outras regiões do mundo”. Na Europa, o declínio da social-democracia e o avanço do neoliberalismo expressam a condução dos processos políticos e econômicos pela direita. No entanto, Pomar

ressalta que a esquerda latino-americana escolheu caminhos de acúmulo de forças que privilegiaram a ocupação de espaços eleitorais e institucionais, de modo que todos os governos ditos de esquerda são de “aliança de classe, com presença de setores da burguesia, de forças de centro e, às vezes, de direita”.

Tais fatores levam a profundas dificuldades de realização de mudanças estruturais na região, prossegue o secretário-executivo do Foro de São Paulo: “Vivemos agora um momento em que se esgotou o período de mudanças, com ameaça de haver contramudança”. A Venezuela, explica Pomar, ainda que seja governada por dirigentes declaradamente favoráveis a transformar o país em direção ao socialismo, continua com sua economia, do ponto de vista estrutural, dependente do petróleo: “Desenvolveu-se, além disso, uma nova burguesia associada às mudanças e que tam-

bém impõe limites, permanecendo o grande desafio de se promover as mudanças na estrutura econômica e social”.

Desafio que ganha diferentes contornos na análise de Sampaio Júnior, para quem a crise deve aprofundar e acelerar processos em curso há algumas décadas na América Latina. “Caberá à região aliviar o estresse ambiental da ordem global, pela preservação do verde e atração da indústria suja, e aprofundar a especialização do continente na produção de matérias-primas. Somos reserva de alimento, de minerais e de petróleo da economia mundial”. Outra funcionalidade da América Latina à ordem global é franquear as economias nacionais às operações do capital internacional, transformando todos os espaços e possibilidades de lucro em negócios do capital internacional. “Cabe a nós também coibir movimentos populacionais que possam desestabilizar as economias centrais. A crise vai aprofundar e acelerar essas tendências”.

O economista entende que a crise na América Latina deve acelerar o processo de reversão neocolonial e de corrosão da capacidade dos Estados de construir políticas públicas norteadas pela defesa do interesse nacional e da economia popular. “Teremos muito Estado para defender o capital, e pouco Estado para elaboração de políticas públicas e defesa dos interesses estratégicos dos países. No caso do Brasil, esse processo em curso é evidente, na medida em que a indústria recua e o agronegócio avança”. A desindustrialização do

Brasil seria, na acepção de Sampaio Júnior, mais um traço da lógica de administração da crise pelas grandes potências. “Os EUA continuam absolutamente imperiais, com capacidade de impor sua solução”. Os processos de socialização dos prejuízos são particularmente graves, na medida em que combinam especulação com “programas draconianos de ajuste estrutural”.

*Na opinião de Altamira, os diferentes governos da América Latina sequer podem ser chamados de esquerda, pois Chávez promoveu a estatização dos sindicatos e Lula manteve uma “descomunal taxa de financiamento da dívida” e aliou-se a partidos da direita*

Para Jorge Altamira, uma das expressões do imperialismo em contexto de crise é a combinação entre entrada de dólares e financiamento da saída de capital da América Latina. “Os dólares que recebemos em troca de minerais, soja e trigo inflam a bolsa e promovem a saída de capital. Assim, a indústria brasileira está cada vez pior, em situação de pior competitividade”. Ele entende que os diferentes governos latino-americanos sequer podem ser chamados de esquerda, na me-

da em que o presidente Chávez promoveu a estatização dos sindicatos e o governo Lula manteve uma “descomunal taxa de financiamento da dívida” e aliou-se a partidos da direita, por exemplo.

Canese, no entanto, problematizou tais colocações ao recuperar o significado histórico do governo Lugo no Paraguai, considerado, como os demais da região, “extremamente conservador, com poucas ou nenhuma reforma estrutural”. Ainda assim, o crescimento da participação social e a efetivação de alguns direitos já foram suficientes para “deixar nervosa” a direita nacional. “Houve vinte e três tentativas de golpe. A vigésima-quarta foi exitosa. Foi um golpe do imperialismo ianque”. Canese acredita que se trata de uma intervenção imperialista contrária ao processo de integração “autônoma” da América Latina: “Temos informações referentes à participação ativa da embaixada dos EUA no golpe, para desestabilizar a região. Mesmo um processo moderado de transformações traz inconveniências ao império, pela possibilidade de adotarmos uma política de defesa comum”.

As contradições entre autonomia e neocolonialismo estão postas também, a seu ver, na atual conjuntura política dos países árabes, em “estado de guerra já aberto”. No Paraguai, imediatamente após o golpe de Estado, houve legalização de transgênicos e abertura comercial para atuação de transnacionais ligadas ao setor energético. “O golpismo do império favorece os interesses do agronegócio e das grandes indústrias de alumínio. E as di-



Daniel Garcia



Jorge Altamira e Valter Pomar

reitas brasileira e uruguaia apoiam os golpistas, devido aos interesses comuns. As oligarquias regionais se unem para barrar um projeto autônomo e progressista”.

Tal projeto político de autonomia da região ganha expressão no marco de integração dos povos da América Latina: “Nos governos Lula e Lugo, pudemos avançar com um tratamento melhor do tema de Itaipu, por exemplo. A questão da energia é candente em nossa região, e esse é um dos motivos do golpe no Paraguai”. Canese confia, nesse sentido, na solidariedade dos povos e no trabalho conjunto para construir uma América Latina unida e sem preponderância de centros hegemônicos. “A interação deve se dar entre os povos, não entre as burguesias. Nosso processo não é fácil. Temos desafio enorme de manter coerência como força democrática e progressista. Temos de saber lutar com honestidade e transparência”.

Nesse sentido, o contexto de crise ganha ênfase pela sua dimensão política, tanto pelos tensionamen-

tos próprios da conjuntura, quanto no âmbito da análise da realidade. Para Canese, é fundamental ao Paraguai e à América Latina a união enquanto “frente democrática”, contra a ditadura e o imperialismo. “A autonomia e os direitos para os povos devem se constituir como grande objetivo. Somos socialistas por estatuto, e a maioria da frente é de caráter socialista. Mas temos de avançar em processo de integração autônomo. Esse é o nosso momento, de recuperação da democracia. E a aliança deve ser suficientemente ampla para tanto”. Alcançar tal objetivo requer o fortalecimento dos movimentos sociais e da articulação política interna aos países e na região como um todo. “No Paraguai, faltou jogar mais com a mobilização social, que começou a crescer no último mês. Houve desmobilização. Essa autocrítica deve ser feita”. Outra questão é o personalismo. “O presidente Lugo lidou com pessoas, de forma desinstitucionalizada. São problemas que devemos superar”.

*Sampaio Júnior afirma que não há resposta de esquerda dentro da ordem burguesa: “O raio de manobra para administrar esta crise a partir da periferia do sistema é mínimo”. A solução, diz ele, “passa por resgatar todos os elementos da revolução brasileira”*

Canese entende que uma das formas de fortalecer os processos de articulação política é justamente enfatizar a contradição com o imperialismo. “Devemos articular uma frente que inclua todos os setores democráticos do país e da América Latina contra o golpe. Se acharmos que a luta é entre imperialismo e a esquerda, vamos perder esse conflito. Deve ser um projeto de integração autônoma e progressista, democrático, que não provoque a contradição entre esquerda e direita”.

Já Altamira propõe outro caminho político, por entender que a eclosão das contradições acumuladas entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção capitalistas abre “um período novo de revolução socialista”, de modo que o problema posto pela conjuntura é o caráter da transição. “Esse é o significado da crise. É uma questão estratégica, pois a esquerda



tem compromisso histórico de conduzir a revolução até a vitória”. Para o dirigente do Partido Obrero, a crise atual é a negação do capitalismo sob o avanço do próprio capitalismo. “As crises do capitalismo não são repetitivas, são todas únicas, porque têm lugar em uma etapa histórica concreta do capitalismo. E esta é uma crise em uma época de decadência do capitalismo”.

Assim, a tarefa política primordial que se coloca para os grupos de esquerda, no entender de Altamira, é “atualizar o programa histórico do socialismo”, à luz da nossa experiência: “O programa tem de explicar que a tentativa de restauração capitalista vai conduzir a novas revoluções sociais”. Por isso, Altamira considera verdadeiramente de esquerda os grupos de caráter operário que, na América Latina, se opõem ao que ele chama de “bonapartismo” de Hugo Chávez, de Rafael Correa e de Néstor e Cristina Kirchner. “Na Argentina, formamos uma frente realmente de esquerda, recorreremos politicamente à crise mundial no diálogo com a juventude operária e estudantil”. Nessa luta contra o bonapartismo, compuseram recentemente com a direita argentina numa “enorme invasão das ruas de Buenos Aires”.

Sampaio Júnior caminha em direção parecida na sua análise da realidade brasileira, ao afirmar que “qualquer resposta de esquerda aos problemas do Brasil passa por se colocar em questão o caráter da revolução brasileira”. Para ele, o mito de que “o crescimento resolve os problemas do Brasil vai se desfazer no ar, e a sociedade brasileira

viverá momentos de grande instabilidade social, abrindo brechas para que se possa reorganizar a esquerda e recolocar na agenda do Brasil o problema da revolução”. O economista exemplifica com a existência de enormes “bolhas” especulativas. “O governo diz que não há mais dívida externa, mas o passivo externo brasileiro explodiu. Se o Brasil sofrer ataque especulativo, não terá instrumentos para se defender, está completamente exposto aos movimentos da crise”.

O professor da Unicamp afirma que não há resposta de esquerda dentro da ordem burguesa: “O raio de manobra para administrar esta crise a partir da periferia do sistema é mínimo. Por uma razão simples: não se pode desafiar a ordem global”. Isto se expressaria, no Brasil, pela incapacidade do governo de fazer política econômica anticíclica: “No máximo, empurra as famílias para um endividamento temerário, com taxas de juros maiores que taxas de ganhos reais”. De acordo com Sampaio Júnior, a alternativa de esquerda contra a ordem é enfrentar o problema “da reversão neocolonial”, com transformações profundas da sociedade brasileira, que estão vetadas pela ordem global. “A solução passa por resgatar todos os elementos da revolução brasileira”.

Assim, é também na política “que as coisas se definem”, de modo que a diferença posta entre o que ele considera esquerda e o PT está “na teoria por trás do Programa Democrático Popular”. Este é caracterizado por Sampaio Júnior como a teoria de que “existem bases para

dar uma melhoria no capitalismo brasileiro, por pequenas reformas”. Tal concepção levaria “a uma prática política equivocada, uma cooptação e neutralização total da capacidade de luta da classe operária”. Nesse sentido, ele considera que o governo brasileiro “deu fôlego, por um longo tempo”, ao processo perverso de acumulação. “Mas a crise vai varrer do mapa essa farsa e abrir espaço para que forças de esquerda possam dialogar de maneira mais franca com a classe operária”. Até lá, haverá muito tempo para se pensar nas consequências práticas da teoria. “O crescimento é, e sempre foi, ideologia do subdesenvolvimento, e enquanto existir, a classe operária vai apostar na classificação social. Mas quando ela perceber que não há esse caminho, então vai para a luta. Aí sim será a hora da esquerda”.

*A América Latina vive situação melhor que outras partes do mundo, mas o momento é difícil, diz Pomar, na medida em que “todos os governos esgotaram seu arsenal de mudanças fracas, e agora vivemos uma crise de caráter contraditório: se não se avançar, haverá retrocesso enorme”*

Pomar se contrapõe a esse discurso teleológico ao afirmar que o desfecho da crise não está dado, podendo inclusive ser “o aprofundamento da barbárie, a destruição da humanidade”. A América Latina vive situação melhor que outras partes do mundo, mas o momento também é difícil na medida em que “todos os governos esgotaram seu arsenal de mudanças fracas, e agora vivemos uma crise de caráter contraditório: se não se avançar, haverá retrocesso enorme”. O problema do raciocínio de que os governos latino-americanos não são de fato de esquerda, argumenta o petista, é que isso “nos leva a afirmar que tudo é possível”, e quando a direita avança, leva consigo toda possibilidade de transformação progressista.

Nesse sentido, Pomar afirma que nos países da América Latina citados há governos de esquerda, mas também em todos eles o Estado é

burguês, e quem o controla é a burguesia: “Para fazer política, é muito importante distinguir Estado burguês de governo”. A hegemonia burguesa tem expressão, exemplifica Pomar, nos meios de comunicação, financiados em grande parte pelos governos. “Se não enfrentarmos isso, não se avança na correlação de forças”.

No seu entender, é igualmente importante entender que o futuro da região vincula-se ao futuro do Brasil. “Pela força do seu capitalismo, é o país que vai determinar a radicalidade histórica do processo. Se no Brasil prevalecer um curso recuado, o destino do conjunto da América Latina será puxado para trás”. Assim, ganha centralidade a importância de o governo brasileiro ser um “instrumento que empurre a correlação de forças para a esquerda”. O que não vem ocorrendo: “Não tem sido efetivamente, há disputa fortíssima em relação a isso”.

A questão de fundo que se coloca é, portanto, “ganhar a maioria da classe trabalhadora para nossas posições”, argumenta Pomar. “Hoje, a maioria tem uma posição diferente da que gostaríamos. E precisa ser organizada, formada, cabendo ao governo cumprir um papel forte nisso”. Nesse sentido, acrescenta, o governo “não sufoca o processo revolucionário, porque infelizmente não existe processo revolucionário no Brasil”. Há uma confusão entre luta social e processo revolucionário. “Acusar o governo de sufocá-lo é fazer uma leitura irreal da correlação de forças”, reforça ele. O caminho que se coloca para tornar tal correlação mais favorável é, no seu entender, justamente a integração regional e a defesa frente ao imperialismo e a direita. “Esse tema é chave e vai decidir se seremos ou não capazes de aproveitar a situação aberta para fazer mudanças profundas”.

# FORTE, ATIVISMO DIGITAL INCOMODA MÍDIA, MAS SOFRE AMEAÇAS E RISCOS

Bia Barbosa  
Jornalista

Daniel Garcia



Professor Sérgio Amadeu (UFABC), Raphael Tsavkko e Rodrigo Vianna debatem ativismo político e redes sociais

*A Internet e suas ferramentas têm se transformado cada vez mais em um ambiente de mobilização e organização de lutas políticas e sociais. Seu impacto no presente e nas perspectivas para a militância de esquerda foi analisado no Simpósio Internacional da FFLCH, na mesa “Redes Sociais, Ação Digital e Ativismo Político”, da qual participaram o professor Sérgio Amadeu (UFABC), o jornalista Rodrigo Vianna e o blogueiro Raphael Tsavkko. Porém, apesar do enorme avanço trazido pelas novas tecnologias, os riscos de controle e controvérsias no uso e apropriação das redes sociais também são grandes*

A chegada da Internet e das redes sociais alterou e reorganizou práticas de comunicação e todo o “ecossistema comunicacional”. A afirmação, feita no debate pelo sociólogo Sérgio Amadeu da Silveira, professor da Universidade Federal do ABC, militante do *software* livre e autor de várias publicações sobre o tema, é baseada no fato de que, no mundo pré-Internet, dos canais de comunicação de massa, era necessário um canal para falar para milhares ou milhões de pessoas. Agora, numa rede distribuída, o difícil não é construir um discurso, mas fazer com que as pessoas estejam aptas e queiram ouvi-lo. “Não é uma inversão boba. Antes você tinha que lutar para democratizar o canal. Agora o problema é ser ouvido. É uma inversão brutal que mexe muito com a nossa herança de luta pela democratização da comunica-

ção. A economia da atenção é que passa a ser fundamental”, avalia.

Nesta inversão de lógica, a comunicação em rede abriu espaço para atores pequenos e importantes ocuparem o espaço da Internet. E redes de opinião vêm se consolidando como redes de ativismo. O movimento neozapatista, por exemplo, foi um dos primeiros a usar a Internet, nos anos 1990, para propagandear sua luta, antes mesmo que grandes bancos e corporações “descobrissem” a rede mundial de computadores. Uma tática que seria impensável pela rede tradicional. Pouco a pouco, movimentos tradicionais como os de resistência indígena e luta pela terra se somaram aos *hackers* americanos — que surgem nos anos 1960 com o objetivo de democratizar o poder da informação — para usar as novas tecnologias em benefício de reivin-

dicações antigas.

“No final dos anos 1990, os *hackers* começam a se politizar por conta da luta que enfrentavam para poder compartilhar conhecimento. Boa parte deles compõe o movimento de *software* livre e, com o enrijecimento das leis de propriedade intelectual em todo o mundo, passa a ter que enfrentar o Estado para poder exercer seu *hobby*, que era superar desafios e compartilhar soluções. E aí passaram a lutar contra as tentativas de reduzir a liberdade de expressão e criação na rede”, conta Sérgio Amadeu. “A repressão contra os *hackers* os aproximou ainda mais do ativismo. E a lógica dos movimentos, aqui na América Latina inclusive, não é mais “*proletários de todo o mundo, uni-vos!*”. É “*hackers, dispersem-se, atuem com autonomia, pelo mundo!*”. É a individualidade colaborativa”, explica.



***A tese de que, na campanha eleitoral de 2010, José Serra foi atingido na cabeça por um “objeto desconhecido” foi desmontada de forma colaborativa na Internet, relembra Rodrigo Vianna. Graças a imagens captadas pelo SBT, demonstrou-se que Serra foi vítima de uma bolinha de papel***

Grupos como o Anonymous, uma das maiores expressões globais do novo ativismo digital, são baseados em um modelo de ação que nasce nos Estados Unidos entre ativistas, artistas e *hackers*. Defendendo valores gerais de liberdade e justiça, os Anonymous tornaram-se internacionalmente conhecidos (como grupo) após realizarem a Operação Payback, em protesto contra a retirada do ar do site do Wikileaks pelo governo dos Estados Unidos e contra o corte do financiamento da página por meio de cartões de crédito (pois a administração Obama pressionou as operadoras a deixar de recolher contribuições para a entidade de Jules Assange). “Usando técnicas de hackeamento e hipertrofia, eles sobrecarregaram o servidor dos cartões de crédito até ele cair, gerando milhões em prejuízo em todo o mundo. Isso é

hipertrofiar, inverter a lógica. Não é crime, é protesto digital”, sustenta Sérgio Amadeu.

A ocupação das redes sociais tem não apenas ampliado o ativismo digital como também questionado e aberto uma cunha no modo tradicional de se fazer jornalismo. No Brasil, coletivos como o dos chamados Blogueiros Progressistas, apesar de não produzirem impacto na mesma escala que a mídia hegemônica, têm sido capazes de gerar um contraponto à grande imprensa do país (consideradas as versões física e digital das publicações desta), que é reproduzido e compartilhado com intensidade nas redes sociais por um enorme contingente de leitores.

“É uma rede pluripartidária, anárquica, que muitas vezes se choca, que não tem comando central, mas que tem tido algum efeito”, acredita o jornalista Rodrigo Vianna, que é repórter da TV Record e mantém o blogue independente *Escrevinhador*. “Com a Internet, você explode a maneira de fazer jornalismo até então. Não tem mais emissores e receptores. Agora embaralhou. Quem produz e quem recebe? Quando há fogo numa favela e o líder comunitário coloca o vídeo na Internet e questiona a causa do incêndio, isso muda o jornalismo”, argumenta. Ele cita outro exemplo: o do episódio da “bolinha de papel”, em 2010, quando o então candidato à Presidência da República, José Serra, foi atingido por um “objeto desconhecido” durante uma caminhada na campanha eleitoral. “Serra fez uma encenação, o *Jornal Nacional* comprou a tese, chama-

ram um perito. Parecia que tínhamos de ir atrás do Lee Oswald. Mas esta tese foi desmontada na Internet de forma colaborativa, através do vídeo de um cinegrafista do SBT, que mostrou que o objeto que havia atingido Serra não era o que a [TV] Globo tinha mostrado”. Assim, graças às imagens do SBT, “as pessoas na Internet mostraram que o que tinha atingido Serra era uma bolinha de papel”, e a repercussão “foi se espalhando, ganhou dimensão nas redes sociais e teve um papel importante naquele momento da campanha”, conta Vianna.

“Há 25 anos, um episódio como este demoraria três anos para ser desconstruído, como aconteceu com a edição do debate eleitoral de 1989 entre Lula e Collor feita pela Globo. Você não tinha como reagir. Agora, é a guerra de guerrilhas, porque a pauta ainda é ditada pela velha mídia. Mas fazemos um contraponto”, reitera.

Se, de um lado, as possibilidades trazidas pelas redes sociais ao ativismo de esquerda são crescentes, de outro, as tentativas de controle sobre ele também são ameaças reais ao acesso à informação e à liberdade de expressão. Como a Internet é uma rede cibernética, na qual a conectividade e a interatividade só são possíveis se houver protocolos de controle, torna-se difícil impedir o filtro, identificação e localização das máquinas que abrigam páginas virtuais ou que emitem mensagens que sejam, umas e outras, alvo de repressão por governos ou instituições. O controle, claro, é menor do que no cenário da comunicação de massa. Mas existe e é permanente.



***“Estamos entrando em uma sociedade de controle que não funciona por confinamento territorial, mas sim pelo controle da informação”, adverte Amadeu. “A Internet é a expressão saborosa da liberdade, mas você a utiliza entregando completamente seus dados, suas ideias, sua posição georreferenciada”***

“Estamos entrando em uma sociedade de controle que não funciona por confinamento territorial,

mas sim pelo controle permanente da informação. Com a Internet, você tem uma rede que é a expressão saborosa da liberdade, mas você a utiliza entregando completamente seu dados, suas ideias, sua posição georreferenciada. Hoje você leva seu celular para qualquer lugar e é livre, mas com ele você é controlado de forma modular. Sem dar um único tiro, a Google, uma empresa privada, tem mais informação sobre qualquer pessoa no planeta do que a CIA e a KGB”, adverte Sérgio Amadeu.

Atendendo a interesses privados, também têm crescido em todo o mundo as ameaças de controle ostensivo da Internet por meio de legislações propostas pelo poder público de diferentes países e continentes. Nos Estados Unidos, propostas como o Protect Intellectual Property Act (PIPA) e o Stop Online Piracy Act (SOPA) nasceram com o objetivo de sufocar finan-

ceiramente qualquer site, blogue ou usuário acusado de violar a propriedade intelectual de empresas americanas. As leis, propostas em 2011, sofreram fortes protestos de ativistas digitais em todo o mundo e, por ora, o Congresso dos Estados Unidos suspendeu sua votação.

No Brasil, uma batalha equivalente é travada na Câmara dos Deputados pela aprovação do Marco Civil da Internet. A lei, elaborada a partir de um amplo debate público, visa garantir direitos como a privacidade dos usuários na rede e, ao contrário das propostas americanas, não criminaliza determinadas condutas virtuais. Um dos focos da disputa do Marco Civil da Internet, que já provocou inúmeros adiamentos da votação do texto da lei pelos parlamentares, é a garantia da neutralidade de rede. O princípio da neutralidade veda aos operadores de telecomunicações determinar o que pode ou não passar por suas re-

des. Ao contrário, eles devem tratar de forma neutra e isonômica todos os dados que ali transitarem, sem qualquer distinção ou interferência discriminatória (negativa ou positiva) no conteúdo ou na velocidade de sua transmissão.

Mas é nas plataformas de relacionamento que o controle da informação tem se dado de maneira mais frequente e quase sem questionamentos por parte dos usuários. Uma prática que, com o tempo, pode tornar cada vez mais impeditivo o uso das redes sociais por ativistas digitais. “O poder de criar ou manipular redes hoje é o principal poder. São Paulo tem hoje 6 milhões de usuários do Facebook. O Brasil é o terceiro país do mundo em número de acessos a essa rede, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e da Índia. E a rede de maior acesso da internet é uma rede cujo conteúdo não é feito por quem a organiza, mas por quem dela participa. Mas quem a criou tem hoje o poder gigantesco de ter a plataforma de comunicação que organiza nossa sociabilidade. Algo que penetra na nossa vida e passa a fazer parte dela; algo muito forte, um fenômeno social muito claro”, avalia Sergio Amadeu. “O cara que controla essa plataforma, que estamos usando acriticamente, a qualquer momento pode te filtrar, controlar, passar suas informações para qualquer grupo, corporação ou agrupamento político. Poder é isso: uma dominação estratégica sobre nós mesmos, que se estrutura sobre práticas comunicativas”.

Outro desafio para a esquerda em tempos de ativismo digital é con-

seguir associar as mobilizações virtuais a ações de rua. Em 2009, após indícios de fraudes nas eleições no Irã e a repressão de Ahmadinejad aos primeiros protestos, a população, fazendo uso da Internet para compartilhar informações e se organizar, foi aos milhões às ruas de Teerã. Entre 2010 e 2011, com forte utilização das redes sociais, inclusive em países onde o acesso à internet é bastante limitado, rebeliões populares mostraram ao mundo o que acontecia em ditaduras árabes, chegando a derrubar governos. Nos Estados Unidos e na Europa, o movimento Occupy e os Indignados tiveram início com protestos *online*. Depois tomaram as ruas de algumas das principais capitais do Ocidente.

***“O movimento online carece de politização. Você pode ‘curtir’, mas quando não se tem uma visão crítica daquilo, acaba se criando uma ‘fulanização’ do movimento online. Qualquer cara pode criar um movimento e as pessoas acham que estão mudando o mundo. Sem sair às ruas, o ativismo online não vai mudar o mundo”, diz Tsavkko***



**Sérgio Amadeu (UFABC)**

Na América Latina, no entanto, a situação é diversa. Apesar da crescente mobilização virtual, os “protestos digitais” ainda não conseguiram ganhar as ruas na mesma dimensão. Raphael Tsavkko, blogueiro, autor e tradutor do *Global Voices*, acredita que ainda há um descolamento entre o *online* e o *offline* no continente. No Brasil, principalmente nas capitais, as lutas nas redes levaram à realização de protestos como o bem-humorado “Churrasco da Gente Diferenciada”, em repúdio à reação da elite paulistana contra a abertura de uma estação de metrô no requintado bairro de Higienópolis; às manifestações contra as operações na Cracolândia, também em São Paulo; e mobilizações como a Marcha das Vadias e contra a construção da Usina de Belo Monte. “Mas a repercussão nas redes foi maior do que nas ruas, e com a maioria de pessoas que já faziam parte de movimentos organizados. São poucos os exemplos de mobili-

Daniel Garcia

**Rodrigo Vianna**

zações que conseguiram transbordar a barreira dos catequizados”, analisa Tsavkko. “Enquanto isso, no Chile, os protestos dos estudantes se organizaram pouco pela Internet, e mais pelos grêmios. Então ainda há este descolamento. É o que os EUA chamam de ativismo de sofá”, critica.

Inúmeros fatores contribuem para esta brecha entre as redes e as ruas, na opinião do blogueiro. Um deles é a apatia política do brasileiro, incentivada pela mídia, que diz que “político é tudo igual”. “O movimento *online* carece de politização. Você pode ‘curtir’, mas quando não se tem uma visão crítica daquilo, acaba se criando uma ‘fulanização’ do movimento *online*. Qualquer cara pode criar um movimento e as pessoas acham que estão mudando o mundo. Apenas o ativismo *online*, sem sair às ruas, não vai mudar o mundo”, avisa.

“Militância não é propriedade da esquerda e de setores progres-

sistas. A história já nos ensinou. A esquerda tomava as ruas e a direita aprendeu e fez o fascismo. As redes fizeram a bolinha de papel, mas também foram usadas para o ativismo religioso. As redes estão aí para serem usadas, como as ruas”, acredita Vianna. Para Sérgio Amadeu, o problema é mais complexo. Em primeiro lugar, acredita o sociólogo, os ciberativistas têm perspectivas que superam as expectativas e horizontes da esquerda atual. Em segundo lugar, as pessoas não vivem política 24 horas por dia. “Nosso discurso não está adiantando, os blogues de esquerda não têm tanta audiência. Estamos lidando com uma ideologia que penetra e que está na cultura. Esta é a questão central. E aí estamos perdendo a batalha. Não vamos ganhar a batalha partidizando ou politizando a cultura, mas passando por ela”, acrescenta.

Neste sentido, parece fundamental aos debatedores do simpósio, em paralelo ao ativismo digital, manter viva a disputa por ideias e valores nos meios de comunicação de massa. Num país como o Brasil, onde a televisão continua exercendo enorme papel na formação da opinião pública, este é um flanco que não pode ser abandonado. No entanto, ao contrário de países como Venezuela, Argentina, Bolívia e Equador, que reformaram seus sistemas de comunicação para garantir maior diversidade e pluralidade de vozes na mídia, no Brasil o processo de democratização da comunicação continua travado.

Durante a segunda gestão Lula, o governo federal criou a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), res-

ponsável pela TV Brasil, primeira emissora pública nacional; adotou uma política de ampliação da distribuição de verbas de publicidade para mais veículos; e realizou, em 2009, a I Conferência Nacional de Comunicação. No final do governo, o então ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Franklin Martins, deixou pronta uma proposta de novo marco regulatório para as comunicações, para enfrentar a questão da concentração da propriedade dos meios no Brasil e também da convergência tecnológica.

“Estamos num mundo digital, mas para uma boa camada da população no Brasil e na América Latina o peso da mídia tradicional é gigantesco. Porém, o pouco que o setor tinha avançado na era Lula andou para trás no governo Dilma. O ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, mandou engavetar o projeto de novo marco regulatório e está clara a parceria do governo com as empresas de telecomunicações. Se já não esperávamos uma grande mudança com Lula, não podemos esperar qualquer impulso com Dilma”, avalia Rodrigo Vianna. “Mas vamos seguir tensionando o governo pela esquerda, fazendo a crítica e a disputa na sociedade, lutando por um projeto mais avançado. Vamos travando a guerra de guerrilhas e a guerra de posições, com trincheiras permanentes. O objetivo é a transformação concreta, para construir uma alternativa política mais avançada, e para que as possibilidades que temos hoje com a Internet também não se percam”.



# DEVEMOS MESMO “TRANSFORMAR CIÊNCIA EM NEGÓCIOS”?

Dafne Henriques Spolti  
Jornalista

Daniel Garcia



Professores Renato Dagnino, Ciro Correia, Marcos Barbosa e Carlos Sanches

*A busca pela inovação merece mesmo ser estimulada freneticamente?  
A quem serve o modelo de Ciência e Tecnologia hoje implantado  
no Brasil? Como se comportam os pesquisadores diante do conflito  
entre sociedade e “mercado”? Que papel devem as universidades  
desempenhar? Questões propostas e debatidas na mesa sobre C&T por  
Marcos Barbosa de Oliveira (FE-USP), Renato Dagnino (Unicamp),  
Ciro Correia (IGc-USP) e Carlos Sanches (UFMT)*

É um engano pensar que a produção de Ciência e Tecnologia (C&T) vai bem, porque ela não tem atendido às pessoas pobres. Não serve à humanidade. Pelo menos por enquanto, as pesquisas caminham em favor, principalmente, dos 2% da população que possuem a maior parte da riqueza do mundo, os mesmos que trabalham a ideia de felicidade pelo consumo, incentivando cada pessoa a buscá-la em vícios diversos, inclusive o uso desnecessário ou exagerado de medicamentos e todo tipo de drogas lícitas, ou de bens simbólicos descartáveis e fúteis. No Brasil e países vizinhos, apesar de seus modelos de ciência neoliberal, até a corrida da pesquisa em prol do sistema capitalista deixa a desejar. Exceto por coisas bem pontuais, está tudo errado. Isso foi o que ficou claro na mesa sobre “Ciência e Tecnologia na América Latina, em perspectiva de esquerda”, realizada em setembro, na Universidade de São Paulo (USP), durante o simpósio internacional “A Esquer-

da na América Latina – História, Presente, Perspectivas”.

O professor Marcos Barbosa de Oliveira, físico, doutor em História e Filosofia da Ciência, decidiu estudar a inovação tecnológica ao verificar que o Brasil entrou nessa corrida com força e subitamente. De acordo com Marcos, chama-se “inovacionismo” a busca desenfreada pela inovação nas políticas de C&T, que se reflete também nas universidades. O fundamental do movimento “inovacionista” e o que o torna questionável, esclarece o professor da Faculdade de Educação da USP, é que o mercado passa a ter o poder de definição sobre o que é rentável e o que vale a pena produzir. Isso está dito em *A economia da inovação industrial*, livro escrito pelo economista inglês Christopher Freeman, teórico de C&T que influenciou políticas da área em todo o mundo, figura principal desse movimento.

“Uma inovação no sentido econômico é conseguida apenas com a primeira transação comercial en-

volvendo o novo produto, processo ou sistema ou dispositivo, embora a palavra seja usada também para descrever o processo todo”, afirma Freeman em trecho que distingue entre invenção e inovação. O “comercial” apontado, adverte Marcos, é que traz a ideia de que inovação é “uma invenção rentável, que pode ser adotada por uma empresa e contribuir para a maximização dos lucros”.

Um aspecto do “inovacionismo” com seu objetivo de sucesso empresarial é a perspectiva de aliança entre empresas privadas e universidades e institutos públicos. Para seus defensores, seria “apenas uma faceta do movimento de ascensão do neoliberalismo” e de seu “princípio da excelência do mercado enquanto dispositivo organizador da vida econômica e social”. Não parece problemático, mas o que eles não sabem, critica Marcos, é que o Brasil não pode ter sucesso com o “inovacionismo”, nem sequer para a obtenção de lucro das empresas, muito menos para suprir

as necessidades da sociedade. Aliás, seu resultado “é um tremendo fracasso”, na avaliação do professor, pois “nos últimos tempos essa onda não tem avançado, não tem nem mesmo ficado parada: tem andado para trás”.

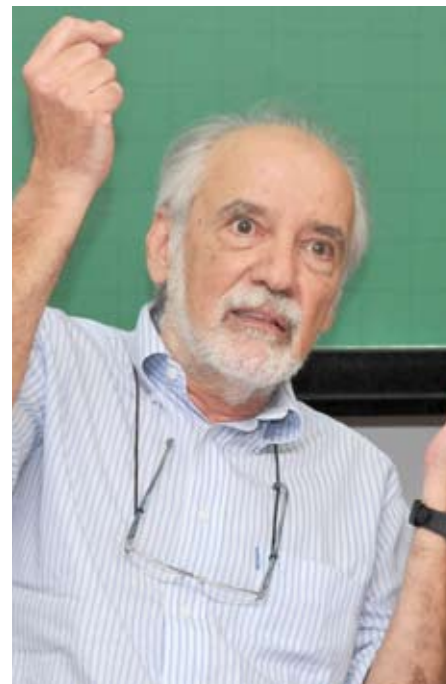
Como sugere a redução do número de patentes registradas, bem como outros indicadores, “de maneira geral tem havido não avanço, mas recuo dessa ideia ‘inovacionista’”. Até mesmo a grande mídia tem percebido isso. Alguns títulos da *Folha de S. Paulo* mencionados pelo professor indicam que “Brasil não transforma ciência em lucro”, que “Ciência no setor privado ainda frustra”. Um deles diz claramente: “Inovação estagnada”. Essa realidade, segundo Marcos, ocorre simplesmente porque investir em inovação não é bom nem para o Brasil nem para os países periféricos. Não tem relação, portanto, com uma possível ausência de cultura inovadora dos empresários.

O que exatamente torna inviável a aposta em inovação no Brasil é sua estrutura concentrada em setores pouco dinâmicos tecnicamente; baixa escala de produção das empresas, especialmente em setores mais intensivos de conhecimento; e a elevada internacionalização da estrutura produtiva brasileira, que desloca o núcleo de geração de conhecimento para fora do país, como explicou o professor. Essas informações foram trabalhadas no artigo “Elementos para a análise de baixa inovatividade brasileira e o papel das políticas públicas”, da pesquisadora Fernanda De Negri, do Instituto

de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), publicado na *Revista USP*. Para Marcos, isso deixa claro que, a não ser com uma mudança da economia brasileira e a forma como está inserida mundialmente, insistir na inovação é “malhar em ferro frio, é dar murro em ponta de faca”. Outro aspecto apontado pelo professor é a dependência do país, cada vez maior, de produtos primários como minério de ferro, soja, *commodities*: “Então esse crescimento da importância do setor de *commodities*, que é muito menos interessante do ponto de vista tecnológico, o decréscimo do lado industrial da economia, dificultam ainda mais a realização dessa proposta ‘inovacionista’”.

***A política de C&T vigente fez com que encolhessem as produções científicas que não têm potencial de gerar inovações: ciências básicas, ciências humanas e ciência do interesse público. Marcos Barbosa explica que essa é uma das mais graves consequências da adesão ao “inovacionismo”***

Outra consequência deste movimento, além da ineficiência em atingir sua meta pró-empresa, é que ele limita a produção de co-



**Professor Marcos Barbosa (USP)**

hecimento das outras áreas. Com a política de C&T vigente encolheram as produções científicas que não têm potencial de gerar inovações: ciências básicas, humanas, além da ciência do interesse público, que busca atender aos problemas de proveito geral da humanidade, o que não pode ser feito por meio do mercado, argumenta o professor Marcos. Seria essa uma das questões mais graves da política de C&T baseada no “inovacionismo”. Um dos autores que trabalham com o conceito de ciência do interesse público é Sheldon Krimsky, que opõe a ela a ciência do interesse privado, “essa ciência mercantilizada que constitui a meta do inovacionismo”. São de interesse da humanidade, por exemplo, pesquisas referentes aos problemas ambientais que afetam a todos e, por motivos econômicos, não recebem atenção das empresas “principalmente porque algumas

Daniel Garcia



**Professor Renato Dagnino (Unicamp)**

delas não somente não geram aplicações rentáveis, mas muitas vezes vão contra os interesses das empresas”, exemplifica Marcos.

A valorização maior do quesito “Potencial de Aplicações Rentáveis” entre os critérios de avaliação das agências de fomento é também efeito dessa política de C&T. Houve aumento ainda de financiamentos com objeto pré-determinado de pesquisa, assim como diminuição do apoio às produções científicas pretendidas pelos próprios pesquisadores no “sistema de balcão”, explicou. Com o sentido do lucro das novas políticas de C&T também se passou a dar maior peso à conquista de patentes e à criação de agências de inovação. Até os levantamentos de dados referentes à produção de inovações tecnológicas foram expandidos.

“Inovacionismo no Brasil é uma ideia fora do lugar”, garante Marcos, numa paráfrase do conheci-

do conceito de Roberto Schwarz. Fora do lugar por ser importada e porque, mesmo nos países centrais, deixa a desejar. Além disso, no Brasil o inovacionismo “não funciona da mesma maneira que funciona, com todos os problemas, nos países desenvolvidos”. É preciso, aponta Marcos, “pensar os problemas de ciência e tecnologia do Brasil num contexto mais amplo de um país periférico, com uma cultura ainda em grande parte colonizada”.

O professor mencionou os marcos do movimento “inovacionista” no Brasil: criação dos Fundos Setoriais (1999), Lei de Inovação (2004), “Lei do Bem” (2005), Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional (2007), Lei 12.193, do “Dia Nacional da Inovação” (2010). Sem esquecer da alteração do nome do Ministério da Ciência e Tecnologia, que teve a palavra “inovação” acrescentada.

Ele citou também como exemplo dessa onda as olimpíadas de inovação da USP, que já tiveram *slogans* como “Da ideia ao produto, da academia para o mercado” (2008) e “Faça acontecer: transforme a ciência em negócio” (2011). “Essa aí eu acho chocante”, admite Marcos. “Fiquei até imaginando o seguinte: o Instituto Butantã de repente inventa uma vacina para Aids, distribui gratuitamente para a população, e isso não é negócio, então a ciência não teria acontecido num caso desse”. Ele destaca, ainda, uma frase da Conferência Nacional de Inovação: “O Brasil tem uma necessidade gigantesca, urgente, de inocular inovação em todos os poros da economia”.

***Enquanto nos EUA 70% dos doutores vão trabalhar em empresas, diz Dagnino, no Brasil, que também possui modelo de pesquisa neoliberal, de 90 mil formados em três anos (2006-2008), apenas 68 mestres e doutores em “ciências duras” foram contratados por empresas. Representa taxa de 0,07%***

Professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) nas áreas de Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia e de Política Científica e Tecnológica, o engenheiro Renato Dagnino abordou, na mesa sobre C&T do Simpósio Internacional da FFLCH, a ligação público-privado, o casamento entre universidade e mercado para geração de lucro — com suas incubadoras, parques, polos — e sustentou que a instituição de ensino superior “nem pode, nem deve, nem faz” isso. Não é a pesquisa propriamente dita que interessa às empresas, destaca Dagnino, mas sim a formação de profissionais. O gasto empresarial norte-americano em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) é de cerca de 200 bilhões de dólares anualmente: 99% aplicados nas próprias empresas e apenas 1% na contratação de



serviços de universidades e institutos de pesquisa. “Pode parar a pesquisa na universidade norte-americana, e a empresa iria muito bem, obrigado”, afirma Dagnino.

Apesar disso, o ganho das empresas com as universidades é real nos Estados Unidos: 70% dos pós-graduados vão para esses locais privados trabalhar com pesquisa e desenvolvimento. “Por que eles vão fazer? Porque eles sabem fazer pesquisa. Eles foram treinados para fazer pesquisa. E o que a empresa quer? O conhecimento que está incorporado nessas pessoas”, disse. De acordo com Dagnino, “a pesquisa interessa enquanto formação de pesquisadores, que é uma coisa caríssima em todo o mundo e por isso é que a empresa não faz. Deixa o Estado fazer de graça para ela”.

Ao contrário do que ocorre nos Estados Unidos, no Brasil, que também possui um modelo de pesquisa neoliberal, de 90 mil profissionais que se formaram em três anos (2006-2008), apenas 68 mestres e doutores em “ciências duras” foram contratados por empresas, conforme dados do Fundo Tecnológico (Funtec) informados por Dagnino. Isso representa uma taxa de 0,07%. “Está claro o absurdo de seguir defendendo uma política de ciência e tecnologia que é orientada para a empresa?!”, questiona. O professor refuta ainda, pelo avesso, a suposição de que seja correto orientar a formação de pesquisadores de modo a favorecer o mercado: “ela não está favorecendo!”, porque “a empresa não usa, a empresa não contrata, a empresa não quer”. No entender de Dagnino, a proporção



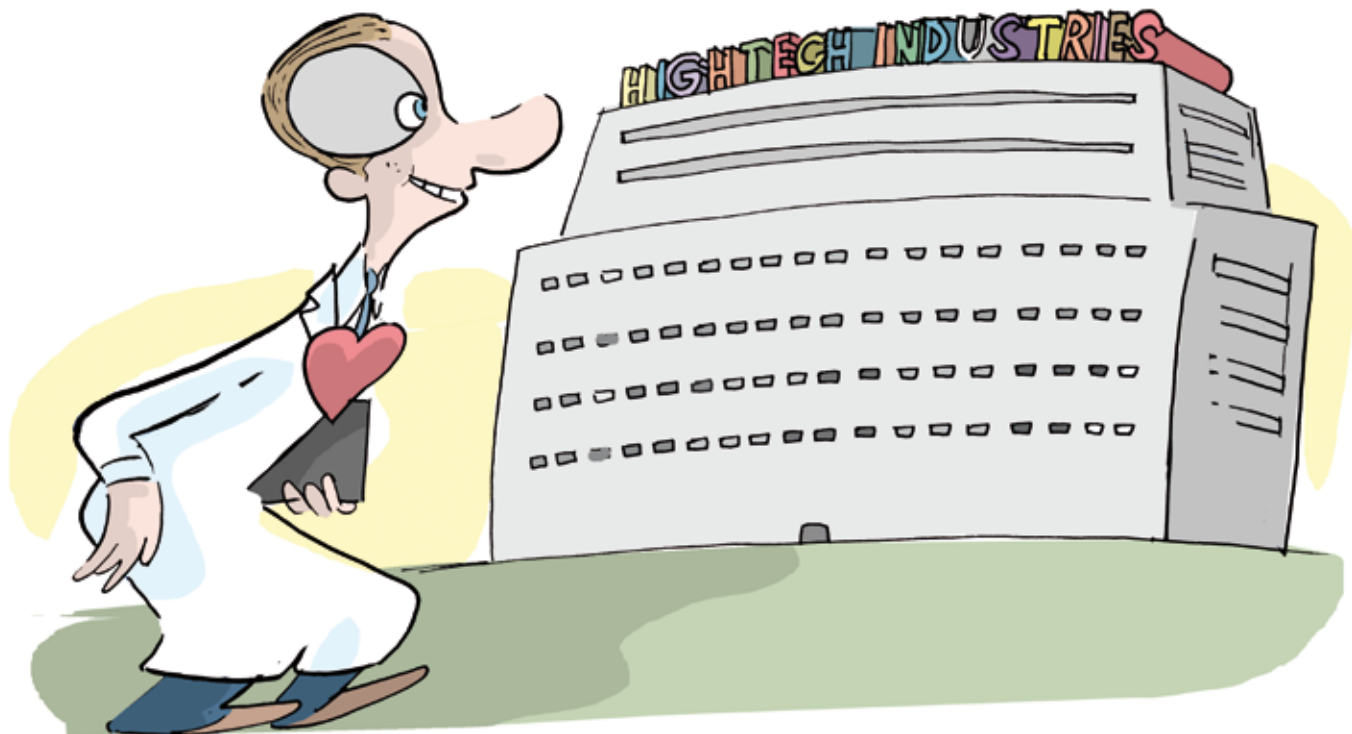
formados/contratados é um dado acachapante: “É 90 mil para 68. Não é 90 mil para 10 mil, para 4 mil. Não. É para 68 pessoas”.

O professor aponta ainda outros equívocos da visão atual de C&T que defende o vínculo do público com o mercado. A inovação no Brasil é feita com compra de máquinas: 80% das empresas que inovam declaram ser de alta ou média importância a questão das máquinas e equipamentos para seu comportamento inovador: “Elas não são inovadoras coisa nenhuma”, decreta Dagnino. Menos de 80 empresas inovaram de fato, no país, nos últimos três anos.

Apesar dessa situação lastimável, os empresários brasileiros são os que têm a maior taxa de lucro do mundo, garante o professor da Unicamp:

“Cada vez que você vê um professor, um reitor, um sei-lá-o-quê dessa universidade dizendo que empresário brasileiro é incompetente, tem que ficar com pena desse cara, porque ele não sabe o que está falando. O empresário brasileiro é o melhor do mundo. Os caras vão para a Europa todos os anos. E compram o equipamento que eles querem lá nas feiras e trazem para cá porque é assim que eles inovam”.

Dagnino é enfático ao dizer que está errado colocar o potencial de pesquisa das universidades e demais instituições públicas a serviço do setor privado: “Aí sou categórico: universidade pública, setor público; empresa privada, universidade privada. Se a empresa privada quer conhecimento, ela que vá buscar na universidade privada. Não é



óbvio isso? Eu acho um absurdo a gente conviver, na boa, com a *cara de pau* dessas pessoas que acham que a universidade pública tem que servir ao privado, num país onde a concentração de renda e de poder político é absurda como o nosso”.

***“Não passa pela cabeça dos cientistas dirigentes da área de pesquisa a ideia de que a política de C&T deve ter como finalidade produzir conhecimento para alavancar políticas públicas. Continua sendo uma política insulada, enclausurada”***

Poucos imaginam que os dirigentes da área de Ciência e Tecnologia sejam os próprios pesquisadores. De acordo com Renato Dagnino, “nunca na América Latina e quase nunca no mundo algum burocrata sentou numa coisa parecida com o CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico], de tal forma que cada vez que vocês ouvirem ‘Ah, porque a Capes nos obriga’... *banana!* Somos nós mesmos. Nós mandamos na política de Ciência e Tecnologia no mundo inteiro e principalmente em sociedades periféricas como as nossas”. Diante disso, o professor questiona que motivos levariam os dirigentes-pesquisadores latino-americanos de esquerda a manterem a política de C&T neoliberal.

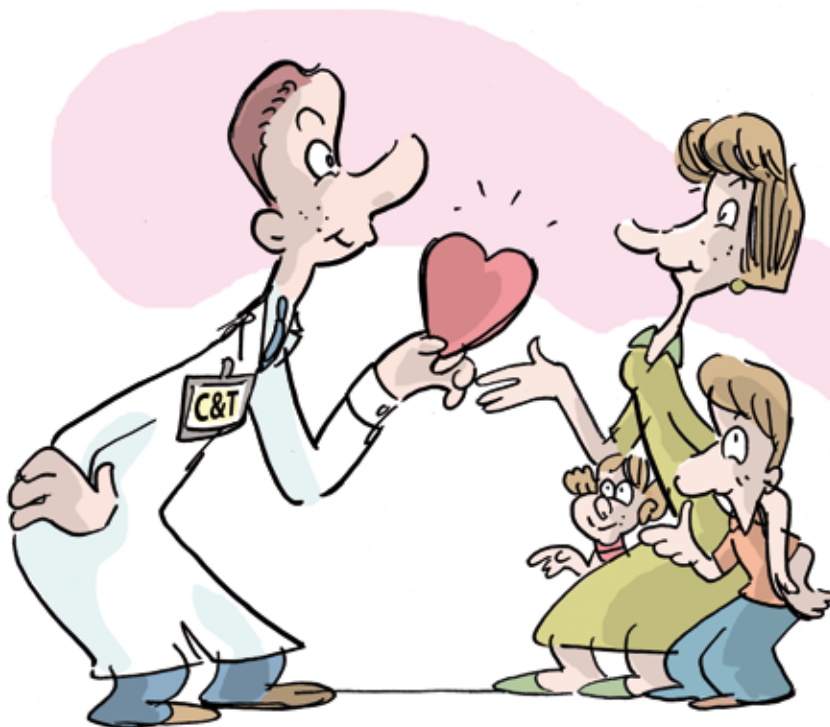
Ele metaforizou esses cientistas como pessoas que, apesar de possuírem o “coração vermelho, de

esquerda”, têm a “mente cinza, capitalista”. Esse é o grupo que o preocupa. Os neoliberais de “mente e corações cinza” são coerentes com suas ações e ideias: querem a exclusão, desejam “nos fazer crer que a nossa sociedade se tornará mais justa e equitativa à medida que os excluídos, que estão na economia informal, forem incluídos, ou seja, passarem a ser explorados”. Para atingir esse objetivo (o da exclusão) esses pesquisadores buscam, segundo Dagnino, o agente tecno-produtivo que é a empresa e sua “tecnociência”. Mas o que incomoda mesmo o professor são os cientistas “de coração vermelho e mente cinza”. A maioria dos cientistas “de esquerda” estaria contaminada pela ideologia neoliberal. Por que?

À guisa de explicações para o fenômeno, Dagnino julga que os objetivos da política atual de C&T

decorrem de frases massificadas que “nos dizem, sem dizê-lo, a todo o momento”, que a tecnologia é a aplicação da ciência, que a ciência é a verdade que avança e que hipoteticamente geraria mais produção, mais barata e para benefício da sociedade. “Mas não é isso: a ciência é uma negociação entre gays, soropositivos, militares, religiosos, artistas, cientistas, diferentes grupos, desde 1970 tem pilhas e pilhas de livros sobre isso”. Mas existe também o raciocínio da “esquerda marxista convencional”, segundo o qual a “tecnociência” oprime hoje, mas libertará e conduzirá ao socialismo quando for apropriada pela classe trabalhadora. Ou seja, a ideia neutra e determinista da “tecnociência”, como se qualquer produção servisse a tudo e a todos.

Semelhantes no Brasil e em outros países da América Latina, os objetivos da C&T permaneceram os mesmos do período neoliberal porque os atores são os mesmos, o que na opinião de Dagnino é “extremamente grave porque mostra uma debilidade político-ideológica enorme da esquerda universitária, da esquerda da comunidade científica”. Ele enfatiza que muitas políticas sociais brasileiras mudaram e “estão clamando por conhecimento técnico-científico, porque não há o necessário para as políticas que o povo precisa em lugar nenhum e nós é que temos que fazer”. Porém, não passa pela cabeça dos cientistas, portanto dos dirigentes da área de pesquisa, a ideia de que a política de C&T deve ter como finalidade produzir conhecimento para alavancar políticas públicas: “Ela



continua sendo uma política que os cientistas políticos chamam de insulada, enclausurada. O alto clero de esquerda da ‘ciência dura’ continua hegemônico”.

A questão, então, é se podem ser alcançados os objetivos estabelecidos neste modelo de política de ciência e tecnologia neoliberal. Dagnino assevera que “em qualquer lugar e tempo as empresas de países farão três bons negócios com tecnologia: roubar, copiar e comprar” e que, portanto, só irão desenvolver tecnologia se for impossível fazer uma dessas coisas. A empresa, continua ele, capta o conhecimento de todas as estruturas possíveis (sociedade, discussões públicas, conhecimento popular, universidade), inova e então produz, segundo os pesquisadores “de coração e cérebro cinza”, impactos positivos. Nessa perspectiva o co-

nhecimento deve, antes de chegar à sociedade, passar pelo mercado, “único agente produtivo que transforma conhecimento em desenvolvimento”. Nesse trajeto, diversos fatores entram em jogo: “Nossa ancestral dependência cultural, o baixo preço da força de trabalho, o elevado grau de oligopólio tornam ainda mais intensa e estrutural a baixa propensão natural da empresa a realizar P&D. Ela não realiza P&D em nenhum lugar do mundo, se puder fazer outra coisa. Se ela puder roubar, copiar, comprar, ela não vai fazer P&D. Quando não pode, ela faz”. Metade da pesquisa no mundo é das multinacionais, “para vocês terem uma ideia de como é a dinâmica técnico-científica a qual nós, no mundo inteiro, mas principalmente nos países periféricos estamos submetidos”. Além disso, 30% estão a serviço do interesse

empresarial: “É só você olhar os currículos da nossa universidade”.

Sob a égide da política neoliberal de C&T, as jornadas de trabalho aumentam ao invés de diminuir, como normalmente se diz. Outro discurso em defesa dessa diretriz científico-tecnológica é que os consumidores passarão a ter produtos melhores e mais baratos, que possivelmente um dia Windows e Apple, por exemplo, entrarão num embate em que sairá vencedora a sociedade. Porém, elas podem se unir e tornar o monopólio ainda mais forte... Dagnino leva em conta também as mudanças de tecnologia, dando como exemplo as novas entradas de energia elétrica: “Será que isso aí é bom para alguém? Se é, não é bom para nós, com sua licença planejada, deterioração programada e consumismo exacerbado. É isso que essa tecnociência está produzindo na universidade, na empresa, com os dinheiros públicos e assim por diante”.

***“Boa parte desses caras que coordenam a política de C&T nesse país e em alguns outros da América Latina não é gente de direita. Não é gente rica, não é gente má. E eles têm um coração vermelho”, metáforiza Dagnino***

Que implicações sociais e econômicas são esperadas nesse modelo de ciência e tecnologia? Consta

Daniel Garcia

Professor **Ciro Correia (USP)**

da apresentação de Dagnino uma charge em que são retratadas três mulheres agricultoras, agachadas. Na visão do professor, no modelo neoliberal de C&T elas permanecem na mesma posição, porém cantando latinha, papel, garrafa. “É isso que nós temos. É isso que se pode esperar dessa ‘tecnociência’”. O professor mostra, em seguida, a fotografia de um tear do século XIX construído sob medida para uma criança: “Quer dizer, o capital sabe muito bem fazer essas coisas. Não vamos nos iludir”.

Diante de todas as comprovações de que esse modelo de ciência e tecnologia não serve para nada na América Latina, muito menos para atender à população, por que os dirigentes (pesquisadores) de esquerda a mantêm? “Boa parte desses caras que coordenam a política de ciência e tecnologia neste país e em alguns outros da América Latina não é gente de direita. Não é gente rica, não é gente má. E eles têm

um coração vermelho”. O professor trabalha, então com dois tipos de pesquisadores de “coração vermelho”. Vejamos.

O primeiro tipo faz o seu trabalho independentemente do que seja e joga a responsabilidade de seu uso para a população. Esse cientista costuma dizer que a ‘tecnociência’ é boa: “É a verdade. Eu estou procurando a verdade, é quebra-cabeça, é a natureza infinitamente perfeita que eu estou buscando. Mas se a sociedade usá-la sem ética, para o mal, o problema não é meu”.

O outro tipo de cientista de “coração vermelho” diz, por seu turno: “Sociedade, ética, que nada. Só a revolução resolve”. São esses pesquisadores os que — na tipologia pensada por Dagnino — perpetuam a ‘tecnociência’ para depois se apropriar, como trabalhadores, do que foi produzido, partindo da ideia de neutralidade da ciência, de que “não tem valores, não tem interesses, é sacrossanta, pura, universal, blá, blá, blá”, visão de que ela caminha no mesmo sentido, sempre evoluindo, e que pode ser apropriada. Contudo, essa ‘tecnociência’ é capitalista e só serve para atender aos valores capitalistas, sustenta ele. Quando é gerada já se contamina pelo ambiente.

A história da C&T na União Soviética confirmaria essa percepção: “Para tocar a tecnociência capitalista era necessário um patrão. Se não tem patrão [na sociedade socialista], vai ter que ser um burocrata. Quando viu que dominava a produção, o burocrata viu que dominava a sociedade toda. Moscou hoje tem mais milionários por metro quadra-



do que Manhattan. Quem são esses milionários? São esses burocratas. Que a eles foi dado o poder de controlar a tecnologia capitalista que não podia viver sem o controle”.

A questão é o que fazer agora. Dagnino defende que é necessário “justamente entender que é possível uma postura engajada, que entenda a ‘tecnociência’ como não neutra, mas como controlada, ao contrário da visão marxista de neutralidade e determinismo”. Porque, acrescenta, “não vai sair com essa tecnociência uma sociedade que não seja essa que nós temos”. Nem ética, nem a revolução, “poderão fazer com que a tecnociência que temos deixe de causar a exclusão e degradação; acreditar no contrário terá um resultado desastroso”.

O melhor modelo, acredita o professor, é o da pluralidade. “Eu quero universidade onde o cara de esquerda faça pesquisa de esquerda e dê aula de esquerda. E o cara de direita faça pesquisa de direita e dê aula de direita. O que não posso tolerar é o meu colega do PSTU ou do PSOL ou do PT dando a mesma aula e fazendo a mesma pesquisa do cara do DEM. Isso eu não quero”. Porém, a realidade tem sido exatamente essa: “o colega de coração vermelho tem a mente cinzenta” porque essa discussão ainda não está colocada, então “fica o velho dogma mal entendido da ciência neutra”. Como mudar isso, então? Dagnino sugere a reprodução da discussão onde for possível. “É a única maneira de a gente ir acumulando força para poder mudar esse jogo, porque se não o futuro vai ser muito pior do

Daniel Garcia



**Professor Carlos Sanches (UFMT)**

que a gente imaginou, algum dia, que ele pudesse ser”.

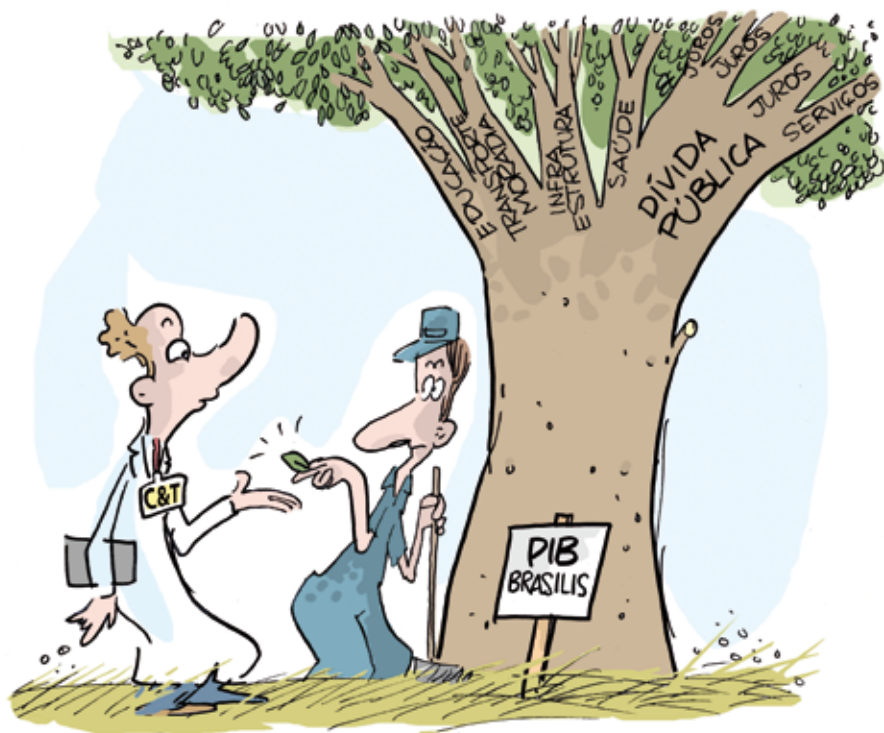
***As fatias do Orçamento alocadas no MCT (e divididas entre CNPq e Finep) são magras. “É muito pouco 0,32% do orçamento federal!”***,  
***ênfatisa*** ***Ciro Correia***  
***sobre 2011. Embora sejam apresentados como solução de financiamento, os Fundos Setoriais nada representam de novo em termos de arrecadação***

O setor de C&T está sob domínio de poucos no Brasil. Democratizá-lo é a proposta central apresen-

tada pelo professor **Ciro Correia**, do Instituto de Geociências (IG- USP), ex-presidente da Adusp e do Andes-Sindicato Nacional. O professor criticou, além da falta de democracia com que são administrados os Fundos Setoriais, a escassez de recursos públicos para C&T, as legislações vigentes e seus aspectos privatistas. Além disso, apontou os caminhos necessários a serem seguidos, conforme deliberações da categoria e o debate acumulado no Andes-SN e na Adusp.

Os Fundos Setoriais, muitas vezes divulgados “como se fossem a perspectiva de redenção de política de financiamento para ciência e tecnologia no país”, não representam nada de novo em termos de arrecadação, critica **Ciro**. Já existiam, mas foram reestruturados a partir de 1999 com a reorganização administrativa de contribuições de “diferentes setores da economia que já deveriam ter destinação para C&T”. Seus comitês gestores são coordenados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCT) com a participação de agências reguladoras, comunidade científica e até do setor privado, de acordo com a página digital do CNPq. Não há, portanto, participação colegiada democrática nos órgãos do ministério: “Fica evidente que não tem controle social efetivo, democrático, sobre a destinação dos recursos de C&T, porque a gente não tem participação”.

Tais questões têm sido estudadas pelo movimento docente, que procura com isso construir massa social para reverter a tendência de privatização. Textos sobre C&T estão dis-



poníveis em publicações da Adusp e do Andes-SN. “Normalmente se usa o argumento de que a gestão pública de recursos não é ágil, eficiente, eficaz, efetiva e que você precisa de instrumentos que funcionem na lógica privada para trazer essa agilidade”, explana o professor do IGc-USP, que faz o contraponto ao lembrar que agilidade não faz parte da estrutura, tampouco das obrigações do Estado, que deve ser eficaz, consequente, responsável. Não se pode, diz ele, em nome da agilidade, terceirizar a gestão de recursos públicos, porque assim perde-se a autonomia. Fundações privadas que se autodeclaram “de apoio” buscam, na realidade, apropriar-se de recursos públicos “para aplicar em projetos que são definidos também com uma lógica do interesse econômico de quem se organiza nessas entidades”.

Embora as denúncias do movimento docente quanto às parcerias do setor público com o setor privado tenham sensibilizado alguns órgãos da República, como o Tribunal de Contas da União (TCU) e o Ministério Público Federal, “o governo insiste e tem se aproveitado dessas propostas para continuar implementando uma política na direção contrária”, revela Ciro. Um acórdão do TCU, editado após ampla auditoria nacional em universidades federais, endossou as denúncias do movimento docente quanto à privatização, à falta de democracia na destinação dos recursos, ao desrespeito à lei das licitações — e determinou ao governo que editasse nova legislação restritiva do relacionamento entre entes federais e fundações privadas ditas “de apoio”. Como o governo respondeu ao TCU? Por meio da

lei 12.349/2010, que “resolve o problema pela lógica do capital”, ao dispensar a exigência da licitação para contratação, pelas instituições de ensino superior, de fundações “de apoio”! Outra lei federal “contempla várias ilegalidades, viabiliza as parcerias entre as fundações privadas de apoio e as instituições de fomento, sejam os órgãos federais, seja a Fapesp, sejam as universidades federais ou estaduais”.

O professor apresentou dados da Auditoria Cidadã da Dívida Pública. Organizado por movimentos sociais, o material leva em consideração o montante de recursos que é destinado pelo governo ao mercado de capitais, “que é o juro e a amortização da dívida”, e, portanto, fornece indicadores mais próximos da realidade do que o dado oficial, diz Ciro. De acordo com ele, enquanto 45,05% do orçamento federal foram transferidos, em 2011, para instituições financeiras nacionais e internacionais, apenas 2,99% tiveram como destino a educação, e 0,32% o setor de ciência e tecnologia. A magra fatia foi alocada no MCT, que a dividiu entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Financiadora Nacional de Pesquisas (Finep). “É muito pouco 0,32% do orçamento federal!”, enfatiza o professor. Em 2010 o setor recebeu 0,38% do Orçamento; a previsão para 2012 é de 0,43% — uma alteração inexpressiva.

Os Fundos Setoriais, por sua vez, têm pouca expressão do ponto de vista financeiro, especialmente quando medidas como proporção do Produto Interno Bruto (PIB). As informações coletadas por Ciro mostram que no intervalo de 2000 a 2007 o montante disponível nos Fundos variou entre

0,001% e 0,007% do PIB, valor que segundo ele teve aumento não por conta de uma ampliação desse dinheiro, “sim ao fato de o governo não se apropriar mais dos recursos dos fundos setoriais para outros fins”.

**No Brasil, frisa *Ciro*, “estamos num fator de ordem de 3 a 4 vezes aquém das necessidades de um país para a área de Ciência e Tecnologia”, considerados os critérios da Unesco, segundo os quais o investimento no setor deve ser de 1,5% a 2% do PIB**

Desse modo, prossegue o professor, em um panorama geral “a gente investe um percentual de 3% do PIB na educação como um todo, somando os recursos da União, Estados e municípios, de acordo com dados de 2007”. Apesar de ressaltar a dificuldade de separar-se o que é investimento nas universidades e o que é próprio de C&T, existe um indicador específico, que são as agências de fomento da pesquisa. Em São Paulo, a Fundação de Amparo à Pesquisa (Fapesp, estadual) recebe anualmente, “por conta da luta de movimentos sociais”, 1% da receita tributária estadual, que é o equivalente a 0,6% do PIB estadual. Ou seja, haveria uma equivalência entre os fundos setoriais no âmbi-

to federal e os recursos da Fapesp: “C&T na União por volta de 0,4% do PIB somando os demais recursos das agências de fomento aos Fundos Setoriais; e no Estado de São Paulo, somando outras fontes de investimento, entre eles recursos para o sistema de C&T estadual provenientes do governo federal e outras receitas, como receitas próprias das universidades, a gente chega a 0,6% do PIB, portanto um pouco mais do que o governo federal”.

No Brasil, frisa *Ciro*, “estamos num fator de ordem de três a quatro vezes aquém das necessidades de um país para a área de Ciência e Tecnologia”, pelo que estabelece a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). A instituição diz que “para um país que quer efetivamente desenvolver e manter uma área de Ciência e Tecnologia” o investimento deve ser de 1,5% a 2% do PIB, “com vários países que têm se destacado no cenário econômico investindo mais do que isso”.

Compromisso social de C&T, decisões em organismos colegiados democraticamente constituídos, caráter transparente nas pesquisas, avaliação das produções nas instituições de ensino superior públicas também de modo democrático, tomando por base a responsabilidade social e acadêmica da produção: *Ciro* elenca algumas das propostas e reivindicações do Andes-SN, anunciadas em 2012 em Parnaíba (PI), no Congresso Nacional de Associações Docentes (Conad), uma instância deliberativa da entidade. Os docentes querem também que se priorize a publicação das informações e dados resultantes de pesquisas realiza-

das com investimento público, “porque hoje muitos dos contratos feitos nesta universidade, intermediados por fundações privadas, vedam explicitamente publicar os resultados da pesquisa científica”. Avaliação de impactos possíveis com novas tecnologias, ampliação de verbas, defesa de fundos estatais de pesquisa (“que cada vez mais, como eu mostrei, têm um valor absolutamente incompatível com as necessidades”) são outras reivindicações da categoria. Que também se opõe à regulamentação de projetos orientados para o mercado (ex: *commodities* minerais, energia etc), que “são políticas — a famosa discussão do Pré-Sal — voltadas muito mais para o interesse do capital do que efetivamente para o interesse do nosso desenvolvimento”.

Carlos Roberto Sanches, diretor da região Pantanal do Andes-SN à época do seminário, e hoje presidente da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso (Adufmat), aponta para a necessidade de conscientização da temática da universidade como espaço de expansão do sistema capitalista. Não foram mencionados recursos privados para C&T, assinala, ao repassar as exposições dos colegas na mesa. “Se não há recursos privados, então não há produção de conhecimento científico fora das instituições [públicas] do país. É nesse sentido, então, que a universidade tem atuado. Mas quais as consequências disso?” Para responder a essa pergunta, ele traça um paralelo entre a UFMT e a USP. A primeira, uma instituição periférica, que ocupou o 51º lugar num *ranking* da *Folha de S. Paulo* citado por Sanches. A segunda porque “a gente está dentro dela e tem toda a respeitabilidade internacional dos índices”, ocupando o primeiro lugar no *ranking* mencionado.



A UFMT foi criada durante a Ditadura Militar com seu “desenvolvimento”, no período de ocupação da Amazônia. Uma vez que “abrindo a porta ou a janela os objetos de pesquisa estavam todos ali”, era óbvio seu potencial: “Era Cerrado no sul, pedregulho, diamante, ouro, índio, Floresta Amazônica, biodiversidade, ecossistemas do Pantanal”. Contudo, o processo de ocupação (ou devastação) é que requisitou maior atenção da universidade: “Quarenta e poucos anos de universidade, é o tempo que não sobrou nada”, diz, referindo-se à destruição ambiental provocada pelo agromercado. Apesar de a instituição não ser referência nos estudos voltados para esse modelo agrícola, ela deu sua parcela de contribuição: “Não produziu semente transgênica, mas melhorou o solo, indicou quais eram os melhores agrotóxicos que deveriam ser jogados”. A UFMT também se envolve, conforme Sanches, na expansão do potencial hidrelétrico do Estado. “Atualmente são 43 projetos de instalação de hidrelétricas no estado de Mato Grosso. Ela tem as informações e contribuiu nessa direção”.

***Sanches sustenta que as universidades públicas produzem a quase totalidade do conhecimento científico. Sua defesa sempre foi prioridade do Andes-SN, que liderou a luta para se estabelecer na Constituição sua autonomia didática e financeira***

Além da devastação, Sanches lembra que a soja, tão valorizada numa instituição pública como a UFMT, quase não é consumida no país, destinando-se à exportação. O que ocorreria, na hipótese de os países compradores deixarem de utilizar o grão? Arrisca dizer que, além de o governo provavelmente recompensar os produtores, talvez não queime a soja excedente, ao contrário do que ocorreu na crise de 1929, quando o governo queimou sacas de café. “Será que o governo vai tocar fogo ou vai, na marra, fazer com que a gente aprenda a comer soja?”

Ele enfatiza que as universidades públicas produzem a quase totalidade do conhecimento científico e que, por isso, sua defesa sempre foi prioridade do Andes, que liderou a luta para se estabelecer na Constituição Federal um artigo claro, que preconiza autonomia didática e financeira, além da indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão. “Isso é determinante e importante porque nós estávamos ali colocando princípios para se construir as universidades que estavam sendo implantadas e que seriam mode-

los para o país como um todo, inclusive para a Universidade de São Paulo”. Apesar dessas conquistas, “há uma tentativa do governo de incluir as universidades na defesa do sistema, de direcioná-las conforme os interesses capitalistas”.

As instituições de ensino públicas representam obstáculos a certos planos do governo, afirma Sanches. Ao lembrar a dificuldade de negociação durante a greve dos docentes de 2012, o professor atribui aos projetos de infraestrutura de transporte para o país, de US\$ 180 bilhões, sendo que 80%, oriundos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), repassados ao setor privado. As universidades interferem nesse livre investimento do governo no setor privado. Diante disso, então, valoriza-se o público que trabalha em favor do privado, como ilustra o *ranking* da *Folha de S. Paulo*, que tem entre os critérios de avaliação o item “avaliação do mercado”: “Vamos ouvir pessoas ligadas à iniciativa privada, executivos etc, para eles falarem para nós sobre as universidades ou sobre os profissionais que chegam de lá”.

#### **Referências:**

- |   |   |
|---|---|
| Trabalhos de Marcos Barbosa de Oliveira   | <a href="http://paje.fe.usp.br/~mbarbosa/">http://paje.fe.usp.br/~mbarbosa/</a>   |
| Trabalhos de Renato Dagnino   | <a href="http://www.ige.unicamp.br/site/htm/19.php?local=6&amp;docente=138">http://www.ige.unicamp.br/site/htm/19.php?local=6&amp;docente=138</a> |
| Christopher Freeman   | <a href="http://www.freemanchris.org/">http://www.freemanchris.org/</a>   |
| Andes-SN  | <a href="http://www.andes.org.br/andes/portal.andes">http://www.andes.org.br/andes/portal.andes</a>   |
| Auditoria Cidadã da Dívida Pública  | <a href="http://www.divida-auditoriada.org.br/">http://www.divida-auditoriada.org.br/</a>   |
| National Science Foundation   | <a href="http://www.nsf.gov/#1">http://www.nsf.gov/#1</a>   |
| Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação  | <a href="http://www.mct.gov.br/">http://www.mct.gov.br/</a>   |
| Ranking Universitário Folha   | <a href="http://ruf.folha.uol.com.br/rankings/rankingdeuniversidades/">http://ruf.folha.uol.com.br/rankings/rankingdeuniversidades/</a>           |
| Um Debate sobre a Tecnocracia: neutralidade da ciência e determinismo tecnológico (Renato Dagnino):   |   |
| <a href="http://www.ige.unicamp.br/site/aulas/138/UM_DEBATE_SOBRE_A_TECNOCENCIA_DAGNINO.pdf">http://www.ige.unicamp.br/site/aulas/138/UM_DEBATE_SOBRE_A_TECNOCENCIA_DAGNINO.pdf</a> |   |



# TRANSIÇÃO CONSERVADORA, DIREITOS HUMANOS E LUTA POR VERDADE E JUSTIÇA

Bia Barbosa  
Jornalista

Daniel Garcia



*No Brasil como no Chile, a transição conservadora permitiu aos regimes ditatoriais em ocaso nos anos 1980 manter um forte legado institucional, capaz de bloquear transformações políticas e econômicas profundas e de evitar o acesso à memória, à verdade e à justiça. Considerada a força deste legado, será que temos realmente uma democracia no Brasil? Que ambiguidades comporta o conceito de Direitos Humanos? Que papel cabe à Justiça de Transição no caso brasileiro? A mesa “Esquerda, Ditaduras e Direitos Humanos” reuniu o professor Jorge Souto Maior (FD), Renan Honório Quinalha e Pedro Estevam da Rocha Pomar*

Em tempos de ampliação do debate, em todo o país, sobre o direito à memória, à verdade e à justiça acerca dos crimes e graves violações de direitos humanos praticadas pela Ditadura Militar no Brasil, duas novas perguntas vêm à tona, tornando a discussão ainda mais complexa. A primeira é até que ponto determinadas opções feitas por parte da esquerda permitiram, no passado, e têm contribuído no presente, para que o legado da Ditadura permaneça vigoroso no país. A segunda é: considerando este legado e sua força, podemos mesmo dizer que chegamos ao Estado Democrático de Direito e vivemos uma democracia no Brasil?

Essas duas questões estiveram no centro das análises de uma das mesas do Simpósio Internacional “A Esquerda na América Latina”, que contou com a participação de Jorge Souto Maior, professor de Direito do Trabalho da USP e juiz do trabalho; do jornalista Pedro Estevam da Rocha Pomar, membro do Comitê Paulista por Memória, Verdade e Justiça e editor da *Revista Adusp*; e de Renan Quinalha, doutorando da USP com pesquisa sobre a Justiça de Transição, membro do Fórum Aberto pela Democratização da USP.

Quinalha acredita que grande parte da esquerda brasileira, em nome da estabilização da nova or-

dem democrática, pactuou com a ideia de que não seria possível promover a plena justiça no país após a Ditadura Militar. Seria necessário analisá-la sob uma ótica utilitarista e não remexer o passado, apesar das inúmeras demandas existentes neste sentido. “Não interessava a discussão por uma transição justa, com uma dimensão ética da nova democracia. Somente novas regras do jogo. Assim, a esquerda brasileira, em grande parte, pactuou em conjunto essa interdição do passado”, afirmou.

As ideias por trás desse pacto vinham de autores da chamada teoria da transitologia. Para eles, se a própria democracia é incerta quanto aos resultados do jogo político, os períodos de transição são ainda mais ameaçadores em termos do controle dos resultados. Dentro desta lógica, muitos responsáveis por transições de Estados pós-regimes autoritários em todo o mundo optaram pela reconciliação. Adotaram assim um paradigma de análise centrado no que as elites políticas eram capazes de pactuar, nesses momentos, com a elite moderada das oposições. Acreditava-se que, com esses atores negociando, seria possível devolver o poder a um conjunto de regras claras, que definiram a democracia a ser retomada.

“A compreensão era a de que

não bastava retirar os autores políticos autoritários para redemocratizar a estrutura do Estado e da sociedade civil. Uma ameaça de regressão autoritária estaria sempre no horizonte, com o risco efetivo de os militares darem um novo golpe, e daí a preocupação com um pacto político”, explica Renan Quinalha. “Para que não houvesse esse risco de uma morte rápida da democracia, certos interesses do antigo bloco no poder não poderiam ser tocados. As demandas por justiça dos familiares eram consideradas desestabilizadoras e indesejáveis — não à toa foram silenciadas por muito tempo”.

O que tais pensadores e parte da esquerda, que seguiu tais ideias, não previram (ou negligenciaram) foi que tal conciliação conservadora poderia impactar de tal forma o processo de transição a ponto de provocar não uma morte rápida, mas uma morte lenta da democracia. O alto nível de continuidade dos grupos e estruturas que estavam no poder comprometeria, assim, a realização efetiva da própria democracia. Na transição conservadora, o acordo entre o grupo liberal de Tancredo Neves e outros líderes, incluindo parte da esquerda, e os militares, devolveu o poder aos civis, mas garantiu a impunidade dos agentes do Estado responsáveis por

graves violações de direitos humanos. O suposto pacto foi então cristalizado na Lei de Anistia de 1979 através do dispositivo dos “crimes conexos aos crimes políticos”.

*No Chile como no Brasil, os regimes militares, ao chegarem na sua fase de ocaso, conseguiram negociar uma “transição para a democracia” em termos muito favoráveis aos que protagonizaram o poder e o terrorismo de Estado. Em ambos os países os militares se autoconcederam anistia*

Na avaliação do jornalista Pedro Estevam da Rocha Pomar, das ditaduras militares da América do Sul, as mais duradouras, com exceção da paraguaia, e as que mais êxito obtiveram na consecução da “modernização conservadora”, foram a brasileira (1964-1985) e a chilena (1973-1989). Ambas utilizaram fartamente o terrorismo de Estado e em ambas os militares cuidaram de preparar, com sucesso, sua retirada do poder: “Em ambos os países, vivemos nos dias de hoje os reflexos institucionais, ideológicos e políticos desse período”.

No Chile, surgiu ao final da ditadura o que o sociólogo e cientista político chileno Tomás Moulian

Emparanza chama de “democracia protegida” ou “jaula de ferro”. Mediante a criação de mecanismos institucionais, os líderes da ditadura procuraram perpetuar o regime político e econômico forjado pelos militares. Entre eles, a figura dos senadores designados, que foi extinta somente em 2005 por uma reforma constitucional. Somente em junho de 2012, por exemplo, foi revogada a Lei Secreta do Cobre, criada em 1958 mas renovada e modificada por Pinochet, que garantia às Forças Armadas o repasse anual de 10% das receitas de exportação do cobre chileno, recursos esses gerenciados sob absoluto sigilo. Apenas no ano de 2010, as Forças Armadas chilenas receberam US\$ 1,3 bilhão graças a esta lei.

Lá, como aqui, também foi decretada a autoanistia, que deixou sem castigo crimes atrozes cometidos por agentes do Estado e garantiu aos militares manter sua posição de tutela da sociedade e do Estado. “As Forças Armadas brasileiras, com o apoio indispensável das oligarquias, conseguiram interditar por longos anos o debate legal e institucional sobre memória, verdade e justiça. A fonte inesgotável, até agora, da suposta legitimidade e da condição de intocáveis dos militares, repetidamente invocada, tem sido, desde sempre, a transição conservadora. Tudo sob o discurso da conciliação nacional”, critica Pedro Pomar. “Não são poucas as mães de desaparecidos políticos que morreram sem saber o paradeiro de filhas e filhos, depois de décadas de busca dolorosa e incessante”, acrescentou.



Nos anos 1990, a partir de reflexões teóricas e documentos da ONU, do Tribunal Europeu de Direitos Humanos e da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, emerge o conceito de justiça de transição. Esses organismos, diante de casos de violações que lhes foram apresentados, ocorridos em regimes ditatoriais ou em conflitos armados de grandes proporções (rebeliões, guerras civis), passaram a reconhecer os direitos das vítimas a uma reparação econômica simbólica, a medidas de verdade e memória — com homenagens aos que resistiram aos regimes autoritários e desqualificação daqueles que se valeram da estrutura do Estado para implantar a repressão — e à justiça, com a identificação e processamento penal dos violadores.





A justiça de transição passa ainda pela reforma das instituições, considerando que o terrorismo de Estado atravessou várias delas. “É preciso não apenas que a disputa eleitoral aconteça de novas formas. Não basta apenas ‘quem ganha leva’, mas quais instituições trabalham na democracia. Não basta tirar o poder de veto dos grupos autoritários. É necessário haver uma depuração e uma nova cultura política na sociedade para internalizar valores democráticos. O conceito, então, é retrospectivo — olha para o passado para trazer à tona essa história; mas também prospectivo, porque isso diz respeito ao presente e ao futuro, para garantir que as violações não mais ocorram, entendendo que as sociedades que conhecem, elaboram e julgam seu passado conseguem

construir um futuro diferenciado”, acredita Quinalha.

É neste contexto que o tema da justiça de transição começa a ser apropriado no Brasil, sobretudo a partir de 2008, de maneira sistematizada e organizada no debate político e nas instituições acadêmicas. Vem desta perspectiva de justiça, por exemplo, a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV). O horizonte da “reconciliação nacional”, no entanto, permanece, visto que este é um dos objetivos explícitos, previsto em lei, da própria CNV.

Na avaliação de Pedro Pomar, não é apenas uma parcela da oligarquia, representada no Poder Judiciário (que em 2010 confirmou a anistia dos torturadores a serviço da Ditadura Militar), que tem criado obstáculos para o avanço de algo que possa ser chamado de Estado

Democrático de Direito: “Há um pacto em vigor entre governo e militares. Não é o velho pacto de 1984, porque os protagonistas mudaram e porque não há como evitar determinadas concessões aos familiares e aos ex-presos, mas sua essência não mudou: trata-se de garantir a impunidade de quem, em nome do Estado castrense, torturou, humilhou, trucidou e tirou a vida de centenas de ‘subversivos’”, afirma.

*“A crítica do capitalismo é essencial, porque não me parece que este seja um modelo de sociedade viável, por seus pressupostos: concorrência, individualismo, mérito, onde a vitória se dá pela lógica da desigualdade e destruição dos direitos sociais”, diz o professor Souto Maior*

O projeto de lei que criou a CNV, enviado ao Congresso no final do governo Lula, foi formatado com a participação expressa dos comandantes militares. Não à toa, portanto, todas as limitações impostas pela lei ao funcionamento da comissão: descaracterização do período a investigar (1946-1988), pequeno número de membros (sete), curto prazo para investigação (dois anos), proibição do uso judi-



cial dos resultados etc. Mas o ápice do processo teria vindo em maio, com a posse das pessoas nomeadas para a CNV, numa cerimônia que contou com a participação dos ex-presidentes Sarney e Collor, ambos beneficiários da Ditadura Militar, e o primeiro um dos expoentes civis do apoio ao regime.

“Era a materialização da ideia de reconciliação nacional, para que não restassem dúvidas a respeito. A presidenta Dilma discursou, enfatizando que não se trata de revanchismo, nem de ‘reescrever a história de forma diferente do que aconteceu’. Afinal, devemos ou não reescrever a história? Ela está sendo contada como aconteceu?”, questiona o jornalista. “Que a burguesia reivindique a autoria e a legitimidade da Ditadura Militar e que parte da oligarquia ainda hoje a defenda, não surpreende. Mas que a liderança de esquerda, tendo chegado ao poder político pela força de 50 milhões de votos, se submeta ao pacto forjado pela transição conservadora trinta anos antes e o renove, isso sim ainda surpreende”, critica.

O impacto de tal conciliação com setores autoritários, no passado e no presente, tem sido, na opinião dos participantes do seminário na FFLCH, um dos principais obstáculos à consolidação da democracia no Brasil. Do ponto de vista formal, é certo que o país vive sob um Estado Democrático de Direito, com eleições periódicas e universais, separação de poderes, instituições que “funcionam”, direito de associação e liberdade de expressão e imprensa, entre outras

conquistas liberais. No entanto, a brutal desigualdade social e política e a violação cotidiana de direitos fundamentais da maior parte da população trazem limites significativos à democracia brasileira, aos quais se soma a continuidade de práticas autoritárias por parte do Estado, heranças diretas da Ditadura Militar. É o caso da tortura, que continua a ser praticada em delegacias, quartéis e presídios; da situação a que é submetida a população carcerária no país; e da política de extermínio e execuções sumárias que continuam estruturantes nas Polícias Militares, sobretudo no Rio de Janeiro e em São Paulo.

“Encontramos neste ponto uma relação muito forte entre a atrofia da democracia atual e o terrorismo de Estado que vivemos no passado, por obra da Ditadura Militar instaurada em 1964: populações inteiras são colocadas sob ocupação militar, em estado de sítio não declarado, inteiramente à mercê do arbítrio e da violência dos agentes do Estado, em geral soldados das PMs, mas às vezes tropas das Forças Armadas; ou então execuções em massa de populares, ou de ‘suspeitos’, registradas depois, sempre que possível, como ‘resistência seguida de morte’”, afirma Pedro Pomar. “Portanto, se agentes do próprio Estado torturam e matam, regularmente e impunemente, não se pode falar em ‘Estado de Direito’, mas em terrorismo de Estado, ainda que não seja o Estado central, a União, o protagonista de tais ações”, acredita.

Uma das críticas feitas à justiça de transição, que também foi alvo

de discussões no seminário, é sua reprodução da estrutura, sobretudo norte-americana, do paradigma dos direitos humanos, que faz com que muitos processos se atenham somente à garantia dos direitos civis e políticos, deixando de lado os direitos econômicos, sociais e culturais. O professor Jorge Souto Maior pensa que é necessário, antes de mais nada, definir para que se busca a democracia, qual a finalidade desse Estado de Direito. Para a esquerda, acredita, a finalidade deve ser questionar o modelo capitalista de produção; do contrário, tudo corre o risco de continuar como está.

“Esta crítica do capitalismo é essencial porque não me parece que este seja um modelo de sociedade viável, se considerarmos seus pressupostos: concorrência, individualismo, mérito, onde a vitória se dá pela lógica da desigualdade e pela destruição do que se reivindica por direitos sociais”, analisa. “A forma da Declaração dos Direitos em 1948 se deu a partir da influência norte-americana, incorporando os valores liberais, fora de um sentido crítico do modelo de sociedade. Ela incorporou também valores de direitos sociais, mas os colocou em segundo plano, sem força teórica, submetidos à reserva do possível”, diz Souto Maior. Desta forma, a teoria dos direitos humanos teria desconsiderado a formação histórica dos arranjos sociais no que se refere à formação do capitalismo. E buscou sustentação teórica numa linha humanitária, como se a sociedade fosse formada por seres idealizados, e não por classes sociais, desvinculada de qualquer realidade

de. Assim, não enxerga que o totalitarismo foi fruto do capitalismo em sua luta contra o socialismo.

*Quinalha pondera que se, originalmente, os direitos humanos serviram como pedra de toque de afirmação do capitalismo, ao mesmo tempo, no século XX, também servem de bandeira de resistência à opressão e passaram a ser usados por parte da esquerda, que se apropriou deste repertório*

“Numa discussão de reivindicação social, vemos as resistências no mundo jurídico que nos fazem duvidar se o Direito é mesmo o caminho para conduzir nossas reivindicações. O direito à moradia, por exemplo, vai esbarrar no direito de propriedade, visto na teoria dos direitos humanos como fundamental, um direito burguês. Os direitos humanos estão, assim, construídos na lógica de defesa dos direitos liberais clássicos, daí a importância de ter sentido crítico sobre o que representa a ideia de direitos humanos, como se fosse um ato revolucionário”, adverte o professor. O grande desafio, portanto, é tomar a teoria dos direitos humanos em favor de um discurso de esquerda, o que requer definir que se está falando do

homem dentro de um sentido de classe, a partir de sua relação com o outro. E que requer uma noção de direito a partir da perspectiva do direito social, ao contrário do direito clássico, de raiz liberal.

“No direito social, o que se vislumbra é distribuir a riqueza produzida para integrar todos num projeto de sociedade em que todos possam adquirir sua concepção plena à cidadania. Assim, a defesa da dignidade humana deve ser meta básica do direito social”, afirma Souto Maior. “O próprio direito social depende da vivência concreta da democracia política, para que as pessoas excluídas do sistema econômico possam se organizar para reivindicar a solução necessária aos seus problemas. É assim que os movimentos sociais devem ser acolhidos pelo direito, de forma a tornar legítimo seu incorformismo diante da injustiça. O direito social deve ser o guia dos aflitos. E a única forma de concluir este projeto é que a democracia seja usada para permitir a organização da sociedade para expressar sua indignação. Assim, talvez o direito possa ser incorporado como instrumento a serviço de práticas emancipatórias. E só assim a luta por direitos pode ter sentido”.

Desta forma, a defesa dos direitos humanos pode ser usada por um viés retórico. Mas seria fundamental compreender que, tal qual como foi construída, sua teoria serve à defesa dos direitos liberais e pode resultar na reprodução da lógica imposta pelo sistema capitalista. Daí a necessidade de reconstruir a teoria dos direitos humanos e rees-

tabelecê-la à luz de uma perspectiva crítica. Do contrário, alerta o jurista, haveria o risco, por exemplo, de as pessoas acreditarem que para fazer a crítica do modelo basta ir à rua reivindicar moradia.

Quinalha por sua vez pondera que se, originalmente, os direitos humanos serviram como pedra de toque de afirmação do capitalismo, para permitir a criação de um mercado com sujeitos de direito para comprar e contratar, ao mesmo tempo, no século XX, também serviram de bandeira de resistência à opressão e passaram a ser usados por parte da esquerda, que se apropriou deste repertório, além de serem internalizados por organismos internacionais. “Temos que nos valer dos direitos humanos. Não podemos nos dar ao luxo de recusá-los, mas não ter a inocência de só levantar a bandeira. Como este é um discurso privilegiado no espaço da política, temos que nos apropriar e lutar por uma nova gramática dos direitos, sem sermos absorvidos por esta tentação”.

“No Brasil, a luta pelos direitos humanos é ontologicamente contra-hegemônica, porque a desigualdade social é brutal”. A frase é da professora Heloísa Grecco, citada por Pedro Pomar. “Então, quando aqui se luta por direitos sociais, estamos fazendo concretamente a luta de classes”, prossegue ele. “Também podemos nos apropriar das bandeiras que a direita criou e imprimir novo sentido a elas. Eles fazem isso conosco. É preciso considerar então a tensão entre a tática e a estratégia, entre o curto prazo, a correlação de forças e a nossa meta”.

# TERCEIRIZANDO A PUNIÇÃO?

Barbara Lopes  
Jornalista

Nos últimos dias de 2012, a Universidade de São Paulo informou que nenhum estudante ou funcionário seria “eliminado” em decorrência dos processos administrativos então conduzidos por comissões processantes contra acusados de participar da ocupação do prédio da Reitoria em 2011. Isso se confirmou em janeiro de 2013. Embora tenham sido anunciadas penas de repressão e suspensão, a decisão da Reitoria foi recebida com alívio: afinal de contas, processos similares haviam levado à expulsão de seis alunos um ano antes, em meio a uma escalada repressiva sem igual (vide *Revista Adusp* 52). Mas o tempo para desafogo durou pouco. No início de fevereiro, os estudantes e trabalhadores foram surpreendidos com a denúncia apresentada pela procuradora de justiça Eliana Passareli, do Ministério Público Estadual (MPE), contra as 72 pessoas que foram presas por ocasião da reintegração de posse da Reitoria, por cinco crimes: desobediência, crime ambiental por pichação, depredação de patrimônio

público, posse de explosivo e formação de quadrilha. A gravidade das acusações mostrou uma nova face da repressão e criminalização das atividades políticas dentro da universidade.

A própria ocupação do prédio da Reitoria, em novembro de 2011, já era uma resposta a esse processo, que então era patenteado pela entrada da Polícia Militar na USP. “O nosso movimento, a ocupação da Reitoria, naquele momento lutava por uma universidade sem polícia e denunciava a presença da polícia também nas favelas, nos bairros”, conta Diana Assunção, funcionária da Faculdade de Educação e diretora do Sindicato dos Trabalhadores (Sintusp).

“O conflito político recrudescer na universidade e na sociedade em geral. Vimos casos parecidos nas inúmeras reintegrações de posse, inclusive o Pinheirinho, chacinas na periferia. Há um recrudescimento das forças policiais com amplo apoio do Ministério Público, de criminalizar movimentos de re-

sistência e criminalizar a pobreza de modo geral. O ápice disso se dá de forma quase simultânea dentro e fora da universidade”, comenta o advogado Felipe Vono, que faz parte da comissão jurídica que defende os 72 acusados pela ocupação da Reitoria.

Essa simultaneidade entre o desfecho dos processos administrativos e a denúncia do MPE mostra, para os envolvidos, uma divisão de tarefas dentro do governo estadual. “A Reitoria aparece como mais branda, com penas aparentemente mais leves, enquanto vem o Ministério Público com uma denúncia de formação de quadrilha contra nós”, argumenta Diana. “A gente se pergunta por que nesse momento, em concomitância com os processos administrativos, tudo vem à tona. Quatro meses de processo parado, os estudantes são punidos numa semana, duas depois vem a denúncia”, questiona Felipe. “Uma coisa pouco discutida é que o Ministério Público é internamente antidemocrático. Sofre uma intervenção go-

vernamental muito forte e parecida com a USP”, acrescenta.

Para a diretora do Sintusp, a decisão por não eliminar nenhum dos processados “só foi possível por conta da campanha democrática que fizemos o ano passado inteiro, que não permitiu que a Reitoria fosse além”. No entanto, apesar de menos drásticas que as expulsões motivadas pela ocupação do prédio da Coseas em 2010, as repreensões por escrito e suspensões não podem ser consideradas irrelevantes. Os quatro funcionários que sofreram processo foram suspensos por 15 dias, por se considerar que deles “se deveria esperar maior zelo no trato da coisa pública”, segundo comunicado emitido pela assessoria da Reitoria em dezembro. Isso significa que eles terão esses dias descontados do pagamento. Na Faculdade de Educação, os trabalhadores decidiram não só expressar o repúdio às punições, mas também iniciar uma campanha de arrecadação para cobrir os dias dos funcionários suspensos.

A maior preocupação, porém, não é com o prejuízo financeiro, mas com a possibilidade de que as suspensões de agora venham a ser utilizadas como argumento para futuras demissões e expulsões. “A própria demissão do Brandão foi fundada em três suspensões por atividades políticas”, lembra Fernando Pardal, pós-graduando da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), referindo-se a Claudionor Brandão, dirigente do Sintusp demitido pela Reitoria em 2009 ao final de um processo administrativo-disciplinar.

Estudantes e funcionários também se opõem à forma como são conduzidos os processos administrativos. Como denunciado na *Revista Adusp* 53, esses processos se baseiam em norma interna que reprodiz um decreto de 1972, repleto de inconstitucionalidades. As comissões processantes são formadas por um procurador e dois professores designados pela Reitoria. Garantias democráticas básicas, como o amplo direito de defesa, a presunção de inocência e a individualização das condutas, foram desrespeitadas. “Não há imparcialidade nessas comissões. Durou um ano inteiro, com todo procedimento de defesa, de testemunhas. Mas a gente considera que foi tudo uma grande farsa, porque no fim das contas quem decide é a Reitoria. É um processo em que a Reitoria foi quem acusou, quem julgou e quem está punindo agora”, critica Diana.

*As suspensões começaram a ser aplicadas no dia 25 de fevereiro, antes que o Conselho Universitário (Co) avaliasse os recursos apresentados por alunos e funcionários. “Não há data marcada para reunião do Co, portanto não está sendo garantido nosso direito de recurso”*

Os estudantes e funcionários punidos entraram com recurso, pedindo efeito suspensivo contra a decisão. Porém as suspensões começaram a ser aplicadas no dia 25 de fevereiro, no início do ano letivo e antes que o Conselho Universitário avaliasse o recurso. “O problema é que até o presente momento não há data marcada para reunião do conselho, portanto não está sendo garantido nosso direito de recurso. Isso traz a tona o caráter autoritário da decisão da Reitoria”, afirma Diana. Questionada sobre isso, a assessoria de comunicação da Reitoria respondeu que “esse tema não precisa passar pela análise do Conselho Universitário”.

Porém, o fim dos processos trouxe um aspecto positivo. Alguns dos acusados foram absolvidos administrativamente, em casos em que “a instrução processual comprovou que o aluno estava fora do prédio, muito embora seu nome constasse de documentos relativos à desocupação”, segundo o comunicado oficial. Ou seja, a própria USP admite que a versão do Boletim de Ocorrência lavrado na ocasião não é confiável.

Essa é uma das contradições identificadas pela comissão de advogados na peça de acusação apresentada pela promotora Eliana Passarelli. A denúncia se baseia quase inteiramente no conteúdo do Boletim de Ocorrência, que é, como explica a advogada Fabiana Borin, “a versão de uma das partes”. No caso, da Polícia Militar, cuja atuação foi duramente questionada. A liminar que autorizou a reintegração de posse do prédio



da Reitoria ressaltava que a força policial deveria agir de forma pacífica e nos moldes da civilidade pública. Mas o que se viu foi o uso de bombas de gás lacrimogêneo na moradia estudantil, uso de algemas e outros abusos. Isso foi documentado, com provas, no processo da reintegração de posse, mas a denúncia do MPE afirma que “os milicianos procederam a retirada de cada um dos ocupantes, sem utilização de força ou qualquer artefato químico”. Outro momento em que a Polícia Militar extrapolou suas funções foi ao assinar um laudo a respeito da situação na Reitoria.

A partir do Boletim de Ocorrência, o delegado instaurou o inquérito. “No começo, foi muito difícil conseguir informação sobre esse inquérito. A gente não sabia em que delegacia estava e teve que monitorar pelo fórum”, conta o advogado Fernando Barboza Dias, também da comissão jurídica de defesa. “A gente esperava que durante o inquérito pelo menos algumas diligências fossem feitas, que se apurasse alguma coisa, mas muito pouco foi feito”, continua. Após o envio do inquérito ao MPE, o promotor que substituíra Eliana Passarelli, então de licença, pediu apenas um laudo da periculosidade de um artefato que teria sido encontrado no local, e a oitiva de alguns policiais, para ver se conseguia identificar quem estava do lado de fora. “Mas isso não feito, nem os policiais lembrariam. Juntou-se ao inquérito um relatório fotográfico de um grupo de pessoas que foi separado duran-

te a ocupação e que foi apontado como líder. Os autos voltam para o fórum e ficam de quatro a cinco meses com a promotora, parados”, relata Fernando.

A principal falha do processo é que não aponta quem teria feito o quê, ou seja, a individualização das condutas. Como no Boletim de Ocorrência, a denúncia apresentada pela promotora Passarelli alega que todos os 72 listados são responsáveis, pois “malgrado a presente exordial não exponha minuciosamente a conduta perpetrada por cada um dos denunciados (...) a omissão dos agentes é de extrema relevância, porquanto, mesmo cientes dos acontecimentos ocorridos dentro do prédio da Reitoria da universidade, nada fizeram para impedir a consumação dos diversos delitos”. O advogado Fernando explica que ninguém é obrigado a impedir crimes: “Se não, a responsabilidade por um assalto aqui seria sua, também porque você não fez nada. Você também não é obrigado a reportar um crime”.

Esse tipo de alegação já foi recusado pelo Judiciário em diversas ocasiões, uma delas bastante similar ao caso da USP. Em 2008, 48 estudantes da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) ocuparam a Reitoria para reivindicar melhores condições. Foram presos e, posteriormente, denunciados pelo Ministério Público Federal por formação de quadrilha, entre outros crimes. A juíza federal Letícia Dea Bankas Ferreira Lopes, da 3ª Vara Criminal de São Paulo, rejeitou as alegações, por considerar

que a formação de quadrilha exigiria “vínculo estável ou permanente para o cometimento de crimes”, o que não foi comprovado, e que para “não se constatarem elementos suficientes para a identificação da autoria [de dano ao patrimônio público], uma vez que, a partir dos depoimentos prestados e dos vídeos encaminhados, não há como se individualizar a conduta de invasão ao prédio da Unifesp, de modo a se apurar quem efetivamente causou a lesão ao patrimônio daquela entidade”. A denúncia foi arquivada.

Os estudantes da Unifesp declararam repúdio à denúncia do MPE contra os alunos e funcionários da USP. “Nosso objetivo é fortalecer essa campanha nos unificando com outros setores que vêm sendo criminalizados e perseguidos. Longe de achar que só juridicamente vamos conseguir nos defender, sabemos que é fundamental uma articulação política”, explica Fernando Pardal. Essa campanha, segundo Diana Assunção, vai além da luta contra a perseguição política contra o movimento estudantil e sindical. “O objetivo do governo é direcionar o conhecimento que é produzido na universidade para o mercado. O movimento questiona a universidade como ela é. Nós do Sintusp questionamos toda a estrutura de poder e de acesso a essa universidade, defendendo o fim do modelo do vestibular, do Conselho Universitário, que de fato quem dirige a universidade sejam estudantes, trabalhadores e professores. Essa campanha é por outro projeto”.



**EMOÇÃO.** Na missa por Alexandre Vannucchi Leme celebrada em 15 de março de 2013 na Catedral da Sé, em São Paulo, Sérgio Ricardo canta "Calabouço", acompanhado pelo coral Martin Luther King. Imagem captada pelo repórter-fotográfico Daniel Garcia

## ERRATA



*Professor André Prado, do Cotel/EEL*



*Carlos Maia, funcionário da EEL*

**Edição 53.** Na reportagem “Escola de Engenharia de Lorena, ingresso na USP ainda incompleto”, publicamos na página 19 imagem do funcionário Carlos Henrique Maia, o *Pedigree*, como se fosse do professor André Prado. Pedimos desculpas a ambos, e aos leitores, pela confusão.

As fotografias publicadas nas páginas 51 e 102 são de autoria do repórter-fotográfico Daniel Garcia.